UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
SUBJETIVAÇÕES E PRÁXIS PEDAGÓGICA

RAFAEL DE JESUS SOUZA

RITOS, VULTOS E SÍMBOLOS: A EDUCAÇÃO PARA O CIVISMO NO COLÉGIO ALBERTO TORRES EM CRUZ DAS ALMAS, BA (1948-1985).

Salvador
2019

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Souza, Rafael de Jesus.
Ritos, vultos e símbolos : a educação para o civismo no Colégio Alberto Torres em Cruz das Almas, BA (1948-1985) / Rafael de Jesus Souza. - 2019.
109 f. : il.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Solyane Silveira Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

1. Educação - Cruz das Almas (BA) - História. 2. Civismo. 3. Ditadura - Brasil - História - 1964-1985. 4. Memória. 5. Educação moral e cívica. 6. Narrativas pessoais. I. Lima, Solyane Silveira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 370.98142 - 23.ed.

RAFAEL DE JESUS SOUZA

RITOS, VULTOS E SÍMBOLOS: A EDUCAÇÃO PARA O CIVISMO NO COLÉGIO ALBERTO TORRES EM CRUZ DAS ALMAS, BA (1948-1985).

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Bahia, como requisito parcial de avaliação para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Profª. Drª. Solyane Silveira Lima (Orientadora)

.

Salvador

2019

RAFAEL DE JESUS SOUZA

RITOS, VULTOS E SÍMBOLOS: A EDUCAÇÃO PARA O CIVISMO NO COLÉGIO ALBERTO TORRES EM CRUZ DAS ALMAS, BA (1948-1985).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de abril de 2019.

Ione Celeste Jesus de Sousa
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho
Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Estadual do Recôncavo da Bahia - UFRB

Solyane Silveira Lima – Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dona Raimunda (In Memorian), minha avó, que mesmo não tendo lido nada além do mundo, me ensinou que ler era o melhor caminho.

AGRADECIMENTOS

“Gente espelho da vida, doce mistério”. Em tempos de incertezas, angústias, epifanias, aprendizados, essa canção me acompanhou, foi força motriz. Nestes dois anos de Mestrado a mudança é o que melhor traduz essa experiência e sou grato por tudo que vivi e aprendi e por todo caminho percorrido.

Agradeço a todos que foram sinônimos de presença durante minha jornada. A minha família, pelo carinho e preocupação, em especial a Juliana, minha irmã, a flor de maracujá.

Agradeço aos meus amigos, estes que foram sustento, em todos os sentidos que essa palavra pode ter, de perto e de longe e eu sou imensamente feliz de tê-los comigo. Queria poder citar e abraçar cada um. O abraço eu garanto. Mesmo assim vou citar aqui Firmino, aquele que aventura morar comigo e Sidney, meu companheiro de bar e viagens filosóficas.

Agradeço à Adriana (Laly) por todos os livros, fontes, conselhos, caronas e a Arilma pela contribuição no tratamento das fontes, sem vocês não seria possível. Grato pela acolhida da Equipe da Biblioteca Municipal e do Arquivo do CEAT, assim como pela confiança prestada pelos depoentes e seus familiares.

Queria agradecer à Bila Brandão, ao feliz encontro e a escuta sensível que me permitiu confrontar comigo mesmo e entender que a gente nem precisa de asas para poder voar.

Agradeço à minha orientadora, Solyane Lima, e aproveito para agradecer a todos que durante a vida me ensinaram/orientaram, permitindo, na condição de aluno que eu desejasse ser professor.

“Gente é pra brilhar!”.

Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações

(Chico Buarque - Vai Passar)

RESUMO

Este trabalho discute a tentativa de consolidação de um ideário cívico-patriótico que preconizava o zelo à pátria e suas instituições. Compreender a contribuição dos intelectuais que pensaram o civismo, o papel das escolas em sua disseminação e as memórias dos sujeitos, professores e estudantes do Colégio Alberto Torres, das atividades cívicas foram objetivos desta pesquisa. Em 1948 o colégio foi fundado sob a égide da inspiração ruralista e foi palco cotidiano dos ritos cívicos que marcaram a vida das escolas na República. Em 1969, com a instituição da disciplina de Educação Moral e Cívica, esses ritos foram colocados em evidência, tal como foram ressignificados. Neste sentido o recorte temporal da pesquisa abarca desde a fundação do colégio ao processo de recomposição da democracia na década de 1980. O civismo, ideário que se constitui de muitos símbolos, imagens, projeções de nacionalidade e de cidadão, precisou das instituições escolares para ser difundido. Cabe dizer, que nas experiências ditatoriais brasileiras o civismo foi manejado com afinco, sobretudo na Ditadura Militar (1964-1985) na qual foi instituído um decreto-lei 869/1969 que tornava obrigatório o Ensino de Educação Moral e Cívica e dava outras providências. Uma educação para o civismo se tornou uma das prioridades dos intelectuais ligados ao Regime e foi concebida de forma ampliada, pois o componente curricular criado pelo decreto tinha por objetivo ser uma “prática educativa” e não uma mera disciplina. A partir de relatos de memorialistas, fotografias, depoimentos orais de ex-alunos e professores serão discutidas as vivências dos sujeitos que compõem a instituição escolar no que se refere aos ritos e símbolos cívicos. A partir deste escopo de fontes buscou-se, no campo da História Cultural, evidenciar os elementos do civismo como componentes do imaginário social e que estão presentes na memória dos sujeitos que viveram a Ditadura Militar (1964-1985).

Palavras-chaves: Civismo – Memória - Instituições Escolares

ABSTRACT

This paper discusses the attempt to consolidate a civic-patriotic ideology that advocated zeal for the motherland and its institutions. Understanding the contribution of intellectuals who thought of civics, the role of schools in their dissemination and the memories of the subjects, teachers and students of the Alberto Torres College, of civic activities were the objectives of this research. In 1948 the school was founded under the aegis of ruralist inspiration and was the daily stage of the civic rites that marked the life of schools in the Republic. In 1969, with the institution of the discipline of Moral and Civic Education, these rites were put in evidence, as they were resigned. In this sense, the temporal dimension of the research ranges from the founding of the college to the process of recomposition of democracy in the 1980s. Citizenship, an ideal that consists of many symbols, images, projections of citizenship and nationality, needed school institutions to be widespread. It is worth mentioning that in the Brazilian dictatorial experiences civism was handled hard, especially in the Military Dictatorship (1964-1985) in which a decree-law 869/1969 was instituted that made the Teaching of Moral and Civic Education compulsory and gave other measures. An education for civility has become a priority for regime-minded intellectuals and has been devised in an expanded way, since the curricular component created by the decree was intended to be an "educational practice" and not a mere discipline. From the reports of memorialists, photographs, oral testimonies of former students and teachers will be discussed the experiences of the subjects that make up the school institution with regard to rites and civic symbols. From this scope of sources, in the field of Cultural History, we sought to highlight the elements of civism as components of the social imaginary and that are present in the memory of the subjects who lived the Military Dictatorship (1964-1985)

Keywords: Civic - Memory - School Institutions

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: A redenção de Cam, Modesto Brocos, 1895.....30
Imagem 2: Brasão de Armas de Cruz das Almas.....58
imagem 3: Escoteiros do C.E.G.E.C.C em atividade de campo década de 70.....62
Imagem 4: Estudantes do CEAT em desfile cívico em comemoração a Independência do país.....75
Imagem 5: Fachada do CEAT década de 1970.....76
Imagem 6: Time de futebol em desfile cívico em Cruz da Almas, década de 1970.....81
Imagem 7: Apresentação do grupo “Os Rebeldes” no Cruz das Almas Club.....95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT - Colégio Alberto Torres

CCE – Centros Cívicos Estudantis

CEAT – Colégio Estadual Alberto Torres

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DALA – Diretório Acadêmico Landulfo Alves

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Doutrina Social da Igreja

EAB – Escola de Agronomia da Bahia

EMC- Educação Moral e Cívica

EPB - Estudo dos Problemas Brasileiros

EUA – Estados Unidos da América

GEGECC – Grupo de Escoteiros General Edegard da Cruz Cordeiro

GLECA – Grêmio Lítero-Esportivo Castro Alves

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1- CIVISMO, MORALIDADE E IDENTIDADE NACIONAL. 18
1.1 IMAGINÁRIO SOCIAL E REGIMES POLÍTICOS MODERNOS 18
1.2 CIVISMO: UM DEBATE REPUBLICANO 23
1.3 A EDUCAÇÃO PARA O CIVISMO NA DITADURA MILITAR 32
2 - COLÉGIO ALBERTO TORRES – "A VOZ DO CIVISMO E DO DEVER" 39
2.1 INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO ESPAÇOS SÓCIO CULTURAIS 39
2.2 UMA EDUCAÇÃO RURALISTA PARA UMA CIDADE AGRÍCOLA 42
2.3 O CIVISMO EM ARES DEMOCRÁTICOS 45
2.4 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, REVERBERAÇÕES EM CRUZ DAS ALMAS 55
3 - MEMÓRIA DE UMA NAÇÃO INTERROMPIDA 66
3.1 REGIMES AUTORITÁRIOS E OS CONFLITOS DA MEMÓRIA 66
3.2 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, UM PRÁTICA EDUCATIVA. 72
3.3 TENSÕES, DESCONTENTAMENTOS E IRREVERÊNCIA. 88
CONSIDERAÇÕES FINAIS 98
REFERÊNCIAS 102
LISTA DE FONTES 106
ANEXOS 108

INTRODUÇÃO

O olhar dos historiadores é dedicado ao passado, mas nunca é alheio ao presente. Todavia, para a História, será um desafio futuro compreender as movimentações políticas que o Brasil têm vivido. De todo modo, algumas revisitações a um passado recente têm sido feitas pelo poder político e diversos grupos sociais. Algumas dessas revistações são intencionais e propagandeadas, outras são mascaradas, por vezes acabam sendo denuciadas. A Ditadura Militar (1964-1985), que até pouco tempo fazia parte dos temas interditados, indigestos, que historiadores faziam questão de lembrar é atualmente tema corrente e de interpretações diversas.

Os esforços de rememoração da Ditadura e seus temas nos anos 2004 e 2014, marcando os 40 anos de Golpe e 50 anos de Golpe, respectivamente, não se comparam a mobilização dos grupos de direita em trazer a Ditadura Militar como tema para o debate público. Nas mobilizações para o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff os pedidos de “intervenção militar” por alguns setores ganharam visibilidade nas mídias sociais. Esse pedido, por si só, já relativiza a experiência histórica de rompimento da normalidade democrática.

A rememoração da Ditadura por esses grupos é sensivelmente diferente da que se consolidou nas pesquisas de História, no imaginário das vítimas da ditadura, nas tradições políticas de esquerda e democráticas. Essas memórias advogam por um passado no qual o lema positivista do pendão brasileiro, ordem e progresso, era de fato cumprido.

A Educação Moral e Cívica é uma das principais bandeiras destes grupos na educação. Porém, o desejo de retorno da disciplina não é somente deles, encontra adesão em várias nuances do espectro político. A disciplina de Educação Moral e Cívica, obrigatória durante a ditadura, e reformulada de modo a ter alcance em políticas culturais, além das educacionais, encontra na memória de muitos que a estudaram o saudosimo.

Decerto que a referida disciplina não foi fundanda pela Ditadura e está articulada com as experiências de consolidação de uma identidade nacional, de forma mais específica a visão da pátria e a circunscrição da participação do povo no

mundo público, a política. Para compreender as mobilizações atuais em torno da educação para o civismo é necessário compreender que existiu um discurso que sempre apontou para esta demanda.

No dia 12 de setembro do ano de 1969, a junta militar, que substituiu o então presidente General Costa e Silva, junto com o ministro da Educação Tarso Dutra, assinou o decreto-lei 869/1969 que tornava obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os estabelecimentos de ensino do país. O projeto de lei materializou e institucionalizou muitas práticas cívicas e conteúdos antes difusos nos currículos e práticas escolares. Mais uma vez, a demanda de construção de um "senso cívico" encontra em vias institucionais formas de se consolidar. Muito mais do que propor uma disciplina e seus conteúdos, o decreto fomentava uma série finalidades que deveriam ser cumpridas pela escola.

A partir da lei foi desenhado o escopo para a vivência do civismo nas instituições escolares, bem como, foram criadas as medidas de observância do seu cumprimento. No mesmo decreto foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) responsável por pensar políticas culturais e educacionais voltadas para o civismo em todos os espaços de difusão possíveis. "O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história, [...] o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família" (BRASIL, 1969, p.2). São estas algumas das finalidades da Educação Moral e Cívica (EMC). Estes objetivos, num contexto de regime militar, de cerceamento das liberdades, nos colocam diante de questões como a da constituição de outro cidadão, que não vive plenamente sua cidadania, por não gozar da plenitude dos direitos civis e políticos.

As instituições escolares foram especialmente tratadas pelo regime através da Comissão Nacional de Moral e Civismo, um esforço que pode ser verificado nas experiências históricas dos regimes autoritários brasileiros. Em 1971, outro decreto-lei dava conta de oferecer os caminhos para o cumprimento da EMC, detalhando a função da Comissão Nacional de Moral e Civismo e criava os Centros Cívicos Estudantis que visavam substituir as outras formas de agremiações de estudantes.

O recorte espacial desta pesquisa é a cidade de Cruz das Almas, localizada no Recôncavo Baiano, que possuía algumas características que a colocam na cena

das cidades observadas pela Ditadura. A cidade teve sua vida política agitada com o Golpe de 1964. O então Prefeito, Jorge Guerra, foi convidado a renunciar ao cargo, alguns vereadores tiveram seus mandatos cassados por subversão, militantes de organizações de esquerda e estudantes da Escola de Agronomia ligados ao movimento estudantil estavam em alerta nos dias que sucederam o Golpe de 64 (SÁ, 2007, p.60). O episódio foi batizado de “Banquete dos Antropófagos” e guarda uma série de controvérsias nas narrativas e escassez documental.

O Colégio Alberto Torres (CAT), à época, vivia no centro destes conflitos, pois uma parte considerável do seu corpo docente e discente era estreitamente ligada à vida política da cidade. O CAT, vinculado à Escola de Agronomia da Bahia (EAB/UFBA), se tornou lugar de observância prioritária por parte dos militares e políticos alinhados à Ditadura. Além disso, o CAT foi uma instituição fundada sobre a égide do ruralismo de Alberto Torres, um dos mais dedicados pensadores da construção do Brasil, do ponto de vista institucional e identitário.

Pela proximidade do Colégio com o *campus* da EAB e as relações entre membros do movimento estudantil e integrantes do Grêmio Lítero-Esportivo do CEAT, a vigilância era defendida como forma de preservar os estudantes dos “aliciadores da juventude”, como afirma Mário Pinto da Cunha, memorialista que relata esses acontecimentos (CUNHA, 1982, p. 50).

Nesse contexto de acirramentos políticos, disputas de projetos políticos de país, de tentativa de legitimação da Ditadura pela opinião pública e de iniciativas de fomento da cultura cívica, objetivou-se analisar a tentativa de implantação de uma cultura cívica na juventude de Cruz das Almas a partir da Educação Moral e Cívica no Colégio Estadual Alberto Torres.

Pretende-se neste trabalho entender as criações, modificações, corruptelas, lembranças e esquecimentos que acompanharam a constituição do imaginário social sobre o civismo e patriotismo. A partir disso, será possível compreender como a disciplina e práticas escolares, que fomentam e engrandecem a pátria e seu panteão cívico, ganharam importância nas ditaduras que irromperam nossa história republicana.

Não se objetiva, porém, fazer um levantamento minucioso das estratégias dos poderes instituídos em fomentar uma cultura cívica durante toda a República. Mesmo esta sendo uma proposta instigante, não há condições objetivas de realizá-la

nesta pesquisa. Porém, será indispensável, a partir de outras pesquisas, compreender como nossas elites políticas entre fins do século XIX e XX, pensaram um projeto de país e uma forma de ser “brasileiro”.

Além disso, contribui para este debate as contradições sociais que marcavam o país na nascente República e a questão racial que oscilava entre propostas de harmonização, de esquecimento ou de aniquilação das populações negras e indígenas. Pretende-se analisar as estratégias de constituição desse imaginário sobre o civismo na ditadura militar a partir das disciplinas de Educação Cívica e demais práticas patrióticas na escola.

Compreendo que este trabalho tem uma importância acadêmica e também política neste momento em que vivemos, sobretudo pela reinserção da temática, Ditadura Militar, no cotidiano dos brasileiros. A Comissão Nacional da Verdade teve papel importante nesse processo, pois trouxe as memórias das vítimas e de suas famílias para o debate com a finalidade de constituir um diagnóstico documental a ser estudado, possibilitando à sociedade compreender as permanências de práticas de violações ao direitos por parte do estado.

O relatório da Comissão traz um panorama de como o Estado Brasileiro foi gerenciado pelos militares, as relações internacionais que sustentavam o regime, as formas de repressão, tortura e outros tipos de violações aos direitos políticos e civis. É importante situar também que a política educacional e os currículos construídos na Ditadura Militar não tiveram a ênfase necessária nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, deixando de lado um dos instrumentos mais eficazes para a construção de um otimismo-desenvolvimentista no imaginário nacional.

Além da Comissão Nacional da Verdade, outro fator que mobilizou debates sobre a Ditadura Civil-Militar foi a tentativa de setores políticos conservadores de apontar uma intervenção militar como saída para a atual crise político-institucional que vive o país. Muitos desses setores defendem que a escola brasileira é uma das instituições que necessitam de uma reforma urgente, pois, segundos estes setores, ela trabalha cotidianamente para doutrinação dos jovens, incutindo ideologias à esquerda. A disputa existe, pois esses grupos reconhecem a função social da escola de formar os sujeitos, bem como sua tradição de consolidar o ideário cívico que respalda os estados nacionais.

No campo da História da Educação, este trabalho de pesquisa visa contribuir com as interpretações das memórias dos sujeitos que viveram a Ditadura Militar nas escolas do Recôncavo Baiano. Os estudos sobre escolarização e Ditadura Civil-Militar ainda se inclinam para pesquisar a política educacional, legislação educacional e as reformas na educação, apesar de haver uma considerável possibilidade documental que oferece meios de pensar outros universos temáticos, principalmente vinculados ao cotidiano escolar, o que temos em grande parte são esforços de análise estruturais.

Ainda são poucos os trabalhos que se debruçam sobre a Educação no Recôncavo da Bahia no século XX. O mesmo pode se dizer em relação ao quantitativo de trabalhos que pesquisam o Regime Militar neste mesmo recorte. Estas duas demandas apontam para a necessidade de um estudo das compreensões das práticas educativas em uma região que teve educação e pesquisa como atividades possíveis para uma parcela da população na primeira metade do século XX, com a implantação da Escola de Agronomia da UFBA, em Cruz das Almas.

A partir da História Oral e seus diálogos com a Memória, pretende-se fazer com que este trabalho seja a oportunidade, para os sujeitos envolvidos nele, revisitar suas lembranças e contribuir para a construção das histórias de suas trajetórias diante do regime de exceção a partir da lente dos símbolos, vultos históricos e ritos que a ditadura utilizou para se afirmar. O trabalho contribui para a História institucional do Colégio Alberto Torres, trazendo um recorte temporal que se aproxima do tempo recente, contribuindo para o estabelecimento de um diálogo entre os campos da História Política e História da educação a partir das proposições teórico-metodológicas da História Cultural.

Por fim, este trabalho de pesquisa possibilitou a organização e valorização do *corpus documental* que está sendo utilizado, sejam as fontes do Semanário Municipal “Nossa Terra” na Biblioteca Municipal, as cadernetas, atas de turma do Arquivo do Colégio Estadual Alberto Torres, bem como as fontes orais produzidas durante a pesquisa. O diálogo com as instituições que guardam estes documentos, em especial o Arquivo do CEAT, e a fomentação da guarda e preservação destes documentos são necessários para a continuidade das pesquisas em História da Educação e em História, no Recôncavo da Bahia.

Os decretos-lei e toda legislação educacional utilizada foi analisada com o objetivo de compreender as estratégias do Estado Militar sobre a construção de uma cultura cívica. O debate acumulado da História da Educação e da ideologia do civismo, presentes como referências deste trabalho, orientou, a leitura destas fontes, possibilitando a comparação de aproximações e distanciamentos com outras experiências de pesquisa no tema.

O primeiro capítulo deste trabalho está organizado da seguinte forma: “Imaginário social e regimes políticos modernos”, tópico introdutório em que se discutem as estratégias dos estados modernos em mobilizar símbolos para a disputa política, no qual são discutidas as batalhas em torno da simbologia da nossa nascente república e seus esforços de consolidação. “Civismo: um debate republicano”, aqui são confrontadas as concepções sobre a responsabilidade de forjar uma consciência cívica nos brasileiros. “A educação para o civismo na Ditadura Militar”, neste tópico será discutida a legislação de educação moral e cívica pensando as modificações, ressignificações e permanências agenciadas pelos intelectuais e demais sujeitos responsáveis por ela.

No segundo capítulo foi realizado um exercício de aproximação com a instituição e as relações sociais que atravessam-na. Foi composto da seguinte maneira: “Instituições educacionais como espaços socioculturais”, no qual são discutidas as razões de uma leitura contextual da instituição escolar. “O civismo em ares democráticos”, aborda as práticas cívicas que marcam a escola desde sua fundação em 1948. “O Golpe Civil-Militar de 1964”, reverberações em Cruz das Almas, aponta as principais dinâmicas no cotidiano na cidade provocado pela Ditadura Militar.

No terceiro capítulo, foram discutidas as memórias de estudantes e professores sobre as práticas cívicas no CEAT, o cotidiano da Escola em tempos ditatoriais. Foram também discutidas algumas relações da escola com outras instituições da cidade. Contribuíram para esta pesquisa os depoentes: Manoelito Roque Sá, professor de EMC e História, ex-vereador e poeta; Antônio Roberto (Beto Rebelde), funcionário público, que fazia parte de um grupo de Rock com outros estudantes do colégio; Lêda Caldas, professora aposentada, que foi estudante do curso de magistério do CEAT e Marcelo Machado, professor de Filosofia, foi

estudante do curso cientifico, um dos idealizadores do grupo de Rock “Os Rebeldes”.

1 - CIVISMO, MORALIDADE E IDENTIDADE NACIONAL.

1.1 - IMAGINÁRIO SOCIAL E REGIMES POLÍTICOS MODERNOS

Uma característica comum dos regimes políticos que marcou a história da humanidade foi a mobilização intencional, e por vezes ostensiva, de símbolos que objetivavam influenciar a forma como estes regimes eram percebidos por suas respectivas sociedades. Os sentidos, valores, símbolos, que mesmo de forma difusa, variável, interseccionam os indivíduos na sociedade podem ser entendidos como constituintes do imaginário social. Esses símbolos costumeiramente foram utilizados para legitimar um poderio em exercício e até mesmo para apontar as fragilidades de um poder estabelecido, propondo sua superação.

O conceito de imaginário social ou imaginação social é disputado por alguns autores e se tornou uma lente de análise para o estudo das representações na política. Com o ressurgimento das pesquisas no campo da História Política a partir de novas metodologias e, sobretudo, novos enfoques, se tornou necessária a utilização de um escopo teórico-metodológico advindo das ciências sociais, em especial da antropologia (MOTTA, 1996). Uma síntese das variações conceituais é apresentada por Rodrigo Patto Sá Motta quando discute o conceito de imaginário social como possibilidade para investigar a *cultura política*[1]:

> O imaginário social seria, portanto, a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc. Tais representações encerram uma importância fundamental, na medida em que tornam aceitáveis e assimiláveis determinados aspectos da realidade, contribuindo para conferir coesão e identidade aos diversos grupos sociais (MOTTA, 1996, p.92).

A partir das contribuições da História Cultural, trabalhos no campo da História Política vêm sendo realizados superando a velha tônica factualista e oficial que marcou o campo no séc. XIX (MOTTA, 1996). O interesse nos aspectos simbólicos, por vezes subjetivos, nas representações e nas práticas elas orientadas tem sido

[1] A cultura política é entendida pelo autor de forma diferente do uso comum do termo que remete aos "comportamentos" dos sujeitos face à política. A cultura política é apresentada a partir da noção ampla de cultura proposta pelas Ciências Sociais "como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos".

uma característica destes trabalhos que não seriam concebíveis sem as reflexões paradigmáticas que apontaram para a possibilidade de se fazer uma “história cultural do social”.

> Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p.19).

O conceito de representação social é elemento fundamental para pensar o imaginário social. É através dos estudos das representações que se torna possível acessar os significados dos símbolos socialmente disputados. A construção de símbolos, mitos e ritos carregam sentidos sobre elementos que por vezes tem significação abstrata. A pátria, o amor à nação, o “Brasil potência”, por exemplo, não tem uma representação direta, ou melhor, um correspondente direto do mundo real que limite sua abstração. Suas significações dependem de esforços de imprimir sentido que são manejados pelo poder político ou por grupos sociais (DURANT, 1988).

Estes sentidos atribuídos são componentes no imaginário, são representações, que por sua vez compõem as estratégias de fazer-crer. Em consonância com essas formulações afirma Roger Chartier “De fato, é do crédito dado (ou recusado) às representações que um poder público ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo” (CHARTIER, 2002, p. 172).

Desde as sociedades mais antigas, a religião, a mitologia, os ritos, eram carregados de símbolos em que se assentavam e por vezes se justificava as relações sociais daquelas comunidades (hierarquia, relações parentesco, divisão do trabalho). Bronislaw Baczko (1985), em um dos seus estudos de caso sobre a temática da imaginação social, retoma as revoltas camponesas da França no séc. XVII para analisar como os imaginários sociais estão relacionados como a forma dos sujeitos se posicionarem diante do mundo em que vivem e de seus conflitos.

Na França, durante o século XVII, eclodiram várias revoltas camponesas que tinham como principal fator motivador a pressão fiscal contra os camponeses. Porém, este não era o único catalisador das revoltas, ao contrário, o autor critica o

binarismo miséria-revolta, a partir da consideração de outros momentos em que os impostos cobrados eram tão altos quanto em períodos de revolta, mas que não houve mobilização. Na interpretação de Baczko a mobilização de ideias globalizantes permeáveis ao imaginário coletivo era fundamental para a mobilização dos camponeses. O exemplo trazido pelo autor elucida de forma competente como os mecanismos da imaginação social dão conta de explicar o que as supostas determinações econômicas e políticas por vezes deixam escapar (BACZKO, 1985).

> É através destes que se articula a antinomia entre “nós” e “eles”, isto é, duas representações que traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os conflitos e os ressentimentos: “eles querem matar-nos de fome”; “eles querem roubar-nos”; “eles vem instalar-se em nossa casa pra nos tirar o lar”. “Eles” significam os estranhos e os traidores da comunidade; “nós” designamos os membros da comunidade por nascimento, residência e destino. (BACZKO, 1985, p.316).

Foi permeabilidade do imaginário a essas ideias que tornou possível, em momentos variados, a sublevação de camponeses com a circulação de boatos sobre a vinda de cobradores, aumento de impostos, carestia de pão. Os imaginários coletivos, somados às crises de organização social da feudalidade contribuíram para estourar as rebeliões, nas quais os camponeses instauravam o caos nas redondezas das comunidades aldeãs, punindo os cobradores de impostos em cerimônias quase que ritualistas, pela repetição em que aconteciam.

Um dos principais argumentos de Baczko, seguindo a tradição de estudos da psicologia, antropologia e sociologia é que o imaginário social regula os comportamentos dos indivíduos da sociedade (BACZKO, 1985). E, mesmo não sendo um mecanismo determinante, ou sendo mais específico, limitante, das posturas dos sujeitos, é dialogando com ele que nós agimos no mundo (BACZKO, 1985).

> Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? (BACZKO, 1985, p.298)

A Revolução Francesa é apontada pelo autor como um destes exemplos em que seus proponentes tinham uma preocupação de cultivar as utopias e esperanças

revolucionárias. Citando Mirabeau é mostrado como já se especulava o controle da imaginação pela nova classe que visava derrubar o Antigo Regime.

José Murilo de Carvalho (1990), sobre o mesmo tema afirma que a crença de Mirabeau estava assentada num momento de instabilidades políticas em que se fazia necessário redefinir identidades coletivas, criando assim um “novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo” (CARVALHO, 1990).

> Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo. Para a Revolução, a educação pública significava acima de tudo isto: formar as almas. Em 1792, a seção de propaganda do Ministério do Interior tinha exatamente este nome: Bureau de l’Esprit (CARVALHO, 1990, p.11).

Alguns elementos destes debates são importantes para construção do argumento desta pesquisa. Podemos neste momento destacar a compreensão de que a instituição do Estado Moderno, e de seus novos dispositivos de dominação, concebe a ideia de que os símbolos são instrumentos de conformação do imaginário social e que precisam ser cuidadosamente administrados. Outro ponto de partida importante é de perceber que as instituições de ensino eram lugares estratégicos para a consolidação de imaginários, apesar de não ser o único.

José Murilo de Carvalho se aproximou da definição de imaginário social de Baczko para compreender a batalha simbólica travada pelos envolvidos da proclamação da República (CARVALHO, 1990), objeto que se aproxima desta pesquisa, pois um dos principais motivos para esta batalha era dar legitimidade e direcionamentos para a nova arquitetura do poder que estaria sendo construída. Não é arriscado dizer que na Ditadura Civil-Militar, pós-golpe de 1964, também estava em jogo a legitimidade do poder e a imersão nestes símbolos foi feita a partir de revisitações, remodelamentos e silenciamentos da experiência dos primeiros republicanos e de todo o debate acumulado.

Retornando à experiência na nascente República brasileira, Carvalho (1990) remonta as tensões colocadas entre as elites econômicas, elites intelectuais e lideranças políticas, algumas mais próximas dos segmentos populares, sobre as formas como romper com a monarquia e que novo poder instituir. Há possíveis Repúblicas, apesar nenhuma delas ser originalmente nossa. Carvalho afirma que a nação se comportou “como país exportador de matérias primas e importador de

ideias e instituições", admite que isto seja uma tendência para todos os países, inclusive dos que se tornam modelos (ibidem, 1990). Talvez a crise da originalidade se devesse não ao fato de se inspirar em modelos alheios, mas o acobertamento das permanentes contradições da nossa formação colonial nos discursos dos defensores desses modelos.

Essa crise de originalidade, no que se refere às ideias políticas, projetos de país e também de seus recursos simbólicos é sintomática da forma como o poder estava distribuído no século XIX e de como as disputas por uma identidade nacional também permearam a simbologia política. Lilia Schwarcz (1995) discutindo a constituição de uma identidade nacional e o "mal-estar" da cópia, visto que nossas referências políticas, de forma genérica, eram apropriações de experiências exteriores, aponta para a desconfortável relação com a identidade nacional, marcada pela estigmatização da mestiçagem.·.

> Como um desdobramento incômodo, ao lado do "mal-estar da cópia" encontra-se outro tipo de desconforto, quase paralelo: a questão da identidade nacional. De fato, o tema da identidade mais se parece com uma "obsessão local", surgido nos momentos mais inesperado, nas horas mais reveladoras; ora como elogio, ora como demérito e acusação. (SCHWARCZ, 1995, p. 2).

No debate trazido pelo historiador José Murilo de Carvalho (1990), este mal estar da cópia aparece como uma demanda para os republicanos, mas estes não se furtam de se apropriar de símbolos vindos de outros modelos de república, como a francesa. A Marselhesa, um dos principais símbolos da revolução francesa, era cantada pelos republicanos brasileiros tidos como jacobinos. Essas apropriações eram criticadas por outros republicanos. Neste sentido é perceptível que os hinos e outros símbolos, poderiam cumprir parte da demanda de "originalidade da pátria" que estava prestes a se tornar republicana.

Na obra aqui discutida "A formação das almas – O imaginário da República no Brasil" o autor não faz um estudo dos ritos cívicos instituídos com a república. No entanto, ele faz um levantamento aprofundado das disputas pela constituição de um panteão cívico que seria capaz de encarnar a república brasileira. A partir de suas proposições e análises nota-se que estes conjuntos de símbolos sintetizaram parte da tensão estabelecida entre positivistas, liberais à americana e republicanos à francesa. Os três grupos tinham projetos políticos diferentes e um objetivo político

comum, findar com a monarquia e fundar uma nova nação.

Os desdobramentos que de fato levaram à Proclamação da República são ainda divergentes, mas os esforços para fazer deste episódio um marco é consensual. Aqui se insere uma questão crucial para pensar o civismo que vai ser discutido no século XX. Num contexto de um processo político feito nos gabinetes e não nas ruas, dominado pelas elites econômicas e intelectuais do país como imprimir no povo o sentimento republicano e demais práticas que garantam o ordenamento político necessário?

Neste momento foi que se inseriram os mecanismos discutidos por Baczko, mobilizar tanto às forças de repressão quanto o imaginário são elementos necessários para firmar o poderio. Desde os intelectuais que concebiam a república no Brasil, até as comissões de políticas culturais e educacionais voltadas para a educação cívica na Ditadura Militar, o civismo, zelo à pátria e a identidade deste país foram temas recorrentes nos pensadores do Brasil. E em sua grande maioria a conclusão de que a escola era o ambiente mais eficiente para a constituição deste sentimento foi notada.

No entanto, antes de problematizarmos o papel concebido para a escola na constituição do imaginário e as propostas de educação cívica, se faz necessário analisar alguns símbolos nacionais, suas construções, controvérsias e justificativas. Além disso, também será importante tratar aqui de alguns dos pensadores da educação cívica ou da relação entre a educação e o espírito republicano e suas filiações

1.2 - CIVISMO: UM DEBATE REPUBLICANO

Para José Murilo de Caravalho faltou um elemento no processo de proclamação da república: o povo. Agora restava a missão de fazer com que os brasileiros incorporassem as novas noções de civilidade, modernidade e civismo que os republicanos julgavam trazer consigo. As ideias positivistas, presentes no grupo que soube fazer o maior investimento simbólico na proclamação, ganham terreno e aliadas com o desejo de modernizar um país cheio de mazelas fez surgir ideias distintas de mobilização social para construção da grande pátria (CARVALHO, 1990).

Não se pretende fazer nesse trabalho um histórico minucioso das estratégias

de consolidação de uma cultura cívica. Mas evidenciar que em determinados momentos históricos específicos foi dada ênfase na formulação de modelos desejáveis de relação com a pátria. Não é a república que inaugura estas formulações em torno do civismo, já no século XIX, ainda sob jugo da monarquia, se intensificaram debates sobre o tema. Todavia, é com os republicanos, o governo dos civis, que estes temas foram discutidos com mais afinco (VIEIRA, 2012).

Mesmo na história do Brasil Republicano os temas do civismo, da pátria e dos seus símbolos oscilaram na ordem do dia, sendo readmitidos à medida que as circunstâncias políticas lhes tornavam necessários. No Estado Novo e na Ditadura Militar esses temas ganharam força e tiveram um aparato legal e institucional que garantisse sua discussão e veiculação.

Horta, investigando o regime autoritário varguista discute ideias da relação entre o exército e educação no início do século XX. Aponta uma divergência de pensamento entre Olavo Bilac e Alberto Torres. O primeiro, jornalista e poeta parnasiano, expressa publicamente grande estima pela pátria e pelo exército. O Segundo, político, jornalista e bacharel em direito, era defensor de um estado forte, antiliberal, que nos possibilitasse a evolução social. Alberto Torres foi escolhido como patrono da instituição aqui estudada que leva seu nome.

Para Bilac, era necessário constituir uma consciência cívica nas massas e isso só seria possível a partir do exército, as Forças Armadas representavam a salvaguarda do civismo. As ideias de Bilac se aproximavam das de Benjamin Constant, um dos agentes da proclamação, de que o exército tinha uma missão civilizadora e moralizadora da sociedade. A tarefa de educar as massas deveria ser realizada a partir do serviço militar obrigatório, pois as escolas administradas pelos governos locais não davam conta dessa missão (HORTA, 2012).

> Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. (BILAC,1917, p.3)

Alberto Torres discorda da campanha de Bilac e afirma em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* uma crítica à sanha militarista de Bilac*:*

> [...] a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel, não podendo criar tais qualidades, não chega também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos. (TORRES Apud COELHO, 2000 p. 90).

Ambos sinalizam a necessidade de disseminar determinadas virtudes cívicas nos brasileiros, mas por caminhos diferentes, e em nenhum deles a escola aparece como prioridade, mas a necessidade de uma instrução cívica é colocada como uma missão de uma instituição seja ela o exército em Bilac ou à família em Torres. Para Bilac o exército teria condições de cumprir a missão civilizatória do país se exercesse sua função educativa de formação das massas.

> Queremos que dentro de cada quartel haja uma aula primária; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo de seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão, com a inteligência adestrada, com a capacidade armada para o trabalho, com sua consciência formada, com seus músculos fortalecidos, com a sua alma enobrecida. No quartel cada homem encontrará a sua completa cultura indispensável. O que é preciso é que estes homens encontrem no quartel oficiais dignos, capazes, entusiastas, moços, ardentes, que sejam exclusivamente oficiais, isto é educadores e disciplinadores [...]. No quartel, o oficial deve ser como o professor da escola primária: um sacerdote, um diretor de inteligências e de caracteres (BILAC, 1917, p. 139).

Uma questão que não pode passar despercebida na proposta de educação cívica das massas de Bilac é que só homens eram convocados ao serviço militar. Ao que parece, para Bilac, o exercício do civismo é uma possibilidade masculina, ao menos em sua plenitude que incorpora a defesa nacional. O livro de contos escrito por ele que tem por título “Contos Pátrios” nos dá pistas de como eram distribuídas as tarefas cívicas nesta pátria que estava em vias de constituição.

Os textos de Bilac foram incorporados aos compêndios escolares na primeira república, tornando uma referência na construção de narrativas que atribuíram sentidos os símbolos nacionais. Bilac foi quem escreveu o Hino da Bandeira e a partir de seus textos é possível perceber os arquétipos da simbologia cívica. Para realizar essa tarefa aspectos gerais de três contos serão analisados neste trabalho.

O primeiro título da obra “Contos Pátrios” que aqui será discutido tem por

nome: “À pátria”. A personagem “Pai”, assim é chamada, é um regresso da guerra do Paraguai que conta os grandes feitos do exército brasileiro à mesa para toda sua família. Os ouvintes têm reações diferentes aos relatos, seu filho Carlos fervia de entusiasmo, enquanto a filha ouvia tudo com atenção. A “Mãe”, “revivia a angústia dos dias passados na solidão, sem notícias do marido que lá andava no Paraguai”. No desenrolar da história, o drama é de novo sentido pela família, pois Carlos decide pela carreira militar e morre em um acidente de treinamento. A temática do sacrifício pela pátria é defendida pelo conto como uma virtude que supera o individualismo. Uma das narrativas republicanas, a propósito, defendia que a inclinação aos interesses coletivos e da pátria deveria sobrepor-se aos desejos individuais (BILAC, 1931).

Neste conto de Olavo Bilac apenas os homens conseguem viver uma experiência de civismo em plenitude. A coragem e o amor à pátria, provados pela vida militar os coloca em um destino incontornável que é a glória - na forma da morte, da mutilação ou do retorno vitorioso.

A pátria é recorrentemente representada como uma figura feminina que zela pelos seus filhos. Papel que se assemelha ao da mãe, que não tem nome no conto. Ela se entristece, mas também compreende e se resigna com o destino dos que precisam combater. Já o pai, que também não tem nome, parece representar a defesa nacional. Os filhos, Carlos e Alice, têm nomes e tem projetos de vida articulados com a perspectiva patriótica de Bilac. Para Carlos, a doação da vida pela pátria, mesmo sem guerra, Carlos vira mártir. Para Alice, a vida conjugal é que lhe confere felicidade, ao casar com um soldado está ela submetida também aos possíveis sofrimentos da mãe. O zelo à pátria aqui é mais importante que a felicidade pessoal, que o amor familiar e que a própria vida.

Antes de discutir o segundo conto cabe antes um parêntese. Na bibliografia de José Murilo de Carvalho aqui utilizada é apontada que a agitação republicana pertence à cidade e setores seletos dela, sobretudo a elite letrada. Apesar de muitos republicanos serem fazendeiros a vida política é em geral associada à urbanidade. Nos textos, os debates em torno do republicanismo têm contornos essencialmente urbanos, são os homens da cidade que debatem a República. Assim, no segundo conto de Bilac, “O recruta”, observa-se que a personagem principal é um homem do campo, do interior do país, que vivia do trabalho braçal e por isso não sabia o que

era a pátria.

Para Anselmo, o recruta, suas relações de pertencimento estavam limitadas a sua comunidade e o recrutamento forçado foi um sofrimento demasiado. Após a chegada ao Rio de Janeiro, os treinamentos, as conversas com outros soldados, o convencimento da existência de um grande inimigo, o Presidente do Paraguai Solano Lopez, Anselmo foi compreendendo o motivo de ele estar ali. Mas foi diante dos grandes símbolos da pátria que ele se tornou brasileiro. (BILAC, 1931)

> De repente, a música tocou os primeiros compassos do hino nacional. Um vento brando, vindo do mar, agitou a bandeira brasileira, que estava no centro do pelotão. A bandeira desdobrou-se, palpitou no ar, espalmada, com um meneio triunfal. Parecia que o símbolo da Pátria abençoava os filhos que iam partir, para defendê-la. E, então, ali, a ideia sagrada da Pátria se apresentou nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele, compreendendo enfim que a sua vida valia menos que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada como as madrugadas da sua terra. (BILAC, 1931, p.20).

Neste conto, Olavo Bilac reforça a ideia da ação educativa do exército, pois foi o recrutamento que possibilitou Anselmo de conhecer a pátria e seus símbolos. Nas palavras de Bilac, só a aspereza do treinamento poderia transformar aquele homem rude em um homem virtuoso. A ênfase dada aos símbolos nacionais, hino e bandeira, faz parte ainda do esforço de consolidação deste imaginário sobre a pátria que ainda era bombardeado de críticas pelos desiludidos da república ou pelos contrários às influências positivistas nesses símbolos. Na narrativa, a Bandeira e Hino, os símbolos, componentes da ritualística cívica foram capazes de mobilizar a ideia de pátria recém-apreendida por Anselmo.

Por fim, a partir do conto “Civilização” é possível fazer uma ressalva nas ideias de formação cívica de Bilac. Ele não desconsidera o papel da escola na missão moralizadora, apesar de ser o maior propagandista da Educação Cívica protagonizada pelo exército.

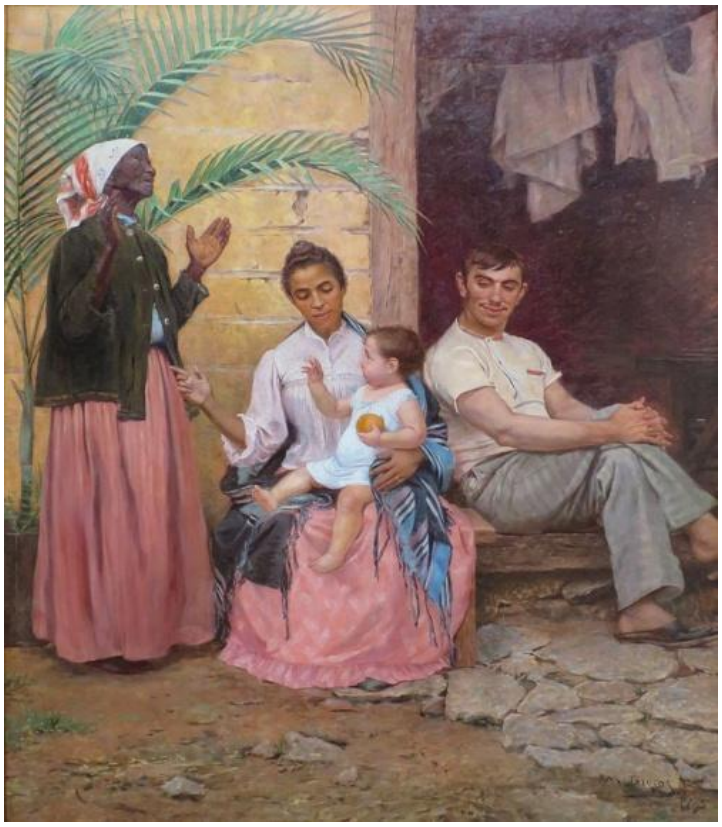
O diálogo entre pai e filho pretende-se explicativo ao leitor. A pergunta “Pai, que quer dizer ‘civilização’?” é feito pelo filho após ler sobre as missões civilizadoras na Ásia e África. “Então os homens que lá vivem não são homens como nós?”. Responde o pai "São homens como nós, meu filho, mas não são civilizados como nós somos”. No conto Olavo Bilac busca explicitar o que ele entende como

civilização e progresso. Assume a narrativa da civilização em oposição à selvageria a qual supostamente viviam os povos originários e os povos em diáspora. A escola aparece aqui como instrumento civilizatório, pois até ela é civilizada, distantes dos castigos físicos e sofrimentos e movida pela vontade de aprender dos estudantes. A ideia de progresso cumulativo é reforçada na medida em que se conjugam esforços para desenvolver a sociedade. Alguns valores como bondade, amor, saúde moral, vontade de saber são valorizados como posturas civilizadas (BILAC, 1931).

Afinal, o tipo ideal de cidadão requerido pelos republicanos, ou mais especificamente proposto por Olavo Bilac pode ser alcançado por todos? Ao que parece alguns marcadores sociais limitam ou dificultam a experiência do civismo e da doação à pátria. Às mulheres é devotada uma função afastada da política e da defesa da pátria. Entre os homens, uma necessidade: é preciso difundir o civismo e o serviço à pátria para o interior de um país com dimensões continentais. A "população de cor" que ocupava a cena urbana neste momento em tensões pela inserção social também foi tematizada pelo autor.

Em 1895, "A redenção de Cam" [2], foi premiada na Exposição de Belas Artes em sua exposição pública e no período Olavo Bilac escreveu uma nota elogiosa à obra. Literato respeitado no Rio de Janeiro, Olavo Bilac tinha grandes afinidades com a elite intelectual da época. A obra rendeu muitos comentários à época num contexto de pós-abolição e a posição de Bilac figurou no jornal "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro.

[2] "A redenção de Cam" pintura de Modesto Brocos y Gómez retrata a miscigenação das raças no Brasil e reforça a ideia de um embranquecimento a partir de relações inter-raciais.



A redenção de Cam – Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural

A tela exprime as ideias de embranquecimento do país através da mestiçagem. À época havia cientistas que defendiam esse como o caminho inexorável da nação brasileira, com é o caso de João Batista Lacerda, que defendia que o Brasil extinguiria a raça negra pela miscigenação (SCHWARCZ, 1994). Bilac comenta a obra:

> Na sua grande tela belissima, já a filha da velha preta está meio lavada da maldição secular: já não tem na pelle a lugubre côr da noite, mas a côr indecisa de um crespusculo. E vêde agora aquelle latagão que alli está, ao lado d'ella, branco como o dia: é um Semita puro, que se encarregou de completar a obra da redempção, transformando o crepusculo n'uma aurora radiante. Vêde a aurora-creança como sorri e fulgura, no collo da mulata, - aurora filha do dilúculo, neta da noite... Cham está redimido! Está gorada a praga de Noé! ("A redempção de Cham". Gazeta de Noticias, 5 set. 1895. Fantasio na Exposição II, p. 1.).

O posicionamento de Bilac não é uma novidade entre os republicanos. Desde o processo de Proclamação da República, muitos partidários eram contrários à abolição da escravatura e defendiam a manutenção do *status quo* da sociedade brasileira. Porém, apesar de perceber uma inclinação ao darwinismo social no texto

de Bilac, não parece que permaneceu filiado a esta ideia. Em “A defesa nacional” texto de uma conferência proferida por ele em 1915 defende a incorporação de negros e mestiços na defesa da pátria, atestando que o problema da população negra foi o cativeiro e a imobilidade dos governantes em dar-lhes “instrução e organização do trabalho”. Por fim, defende:

> Todas as raças são boas para o trabalho e para a felicidade; todos os climas são bons para a cultura humana; todos os meios são bons para o exercício do pensamento e da vontade. Atendendo ao caso particular do Brasil, lembremos que foram os nossos mestiços que, em grande parte, na época colonial, fizeram a exploração e a defesa do território do país: e, durante a época do Império, sustentaram com a sua bravura e o seu sangue as guerras do sul; e, ainda agora, estão desbravando as regiões brutas do Acre. (BILAC, 1917, p.71).

As posições de Olavo Bilac foram aqui destacadas, pois ele se tornou um dos mais influentes propagandistas do alistamento militar e da educação para o civismo, publicando vários discursos, poemas e contos para tal fim. Foi proclamado patrono do serviço militar pelo exército brasileiro, tornando-se depois referência de livros didáticos para educação moral e cívica por sua apologética do civismo (HORTA, 2012). Seus contos permitem compreender, sobretudo pelo seu didatismo, os usos e sentidos atribuídos aos símbolos, hinos, ritos nacionais, assim como as instituições que deveriam preservá-los. As ideias de Bilac sobre o Civismo, somadas a de outros autores, bem como as decisões legais sobre dos símbolos e ritos, o papel das instituições como o exército, a escola, etc. contribuíram para a consolidação do civismo como um elemento da cultura política; ou até mesmo como uma cultura política específica: a cultura cívica (MOTTA, 1996, p. 95).

De qualquer maneira, o que parece evidente é que o novo regime político que estava sendo construído a partir de modelos exteriores se embaraçava com uma série de questões. Como uma estrutura social marcada pela herança escravocrata, desigualdade social, analfabetismo das massas. O discurso do civismo só vai se aproximar de um universalismo com o enfraquecimento do discurso de embranquecimento da população, com o projeto de unificação nacional de Vargas e com advento dos meios de comunicação de massa, em especial o rádio, à época (HORTA, 2012).

É importante destacar aqui que está sendo considerado que desde as

articulações pela proclamação em 1870 até o Varguismo, período até agora discutido, se constituíram emaranhadas redes de poder que não devem ser simplificadas como uniformes. Mas a preocupação, ao menos no discurso, com a participação social e ausência de sentimentos cívicos na população acompanhou as narrativas do poder desde então.

Antes do golpe de estado que colocou Getúlio Vargas no poder e de sua posterior política de formação de uma identidade nacional voltada para o civismo e o trabalhismo existiram tentativas formais de consolidação de uma formação em Educação Moral e Cívica por meio da instrução pública. Horta (2012) analisa a Reforma Rocha Vaz, promulgada pelo presidente Artur Bernardes, como uma das tentativas de incluir os conhecimentos de Educação Moral e Cívica nos exames de admissão para o primeiro ano do curso secundário. À época Francisco Campos defendia que os esforços por uma educação moral e cívica vinham para dar conta de um vácuo produzido pela separação entre Igreja e Estado e por consequência, enfraquecimento da educação religiosa (HORTA, 2012).

No texto apresentado pelo presidente há uma atenção especial pelas novas gerações. Esse cuidado com cultivo da consciência cívica com os mais jovens passa a se tornar mais frequente nos discursos oficiais. No texto, Bernardes afirma:

> Estamos convencidos que uma das maiores necessidades nacionais consiste na Educação Cívica e na instrução moral das novas gerações. Poderíamos dizer “reeducação”, porque é incontestável que o sentimento e a educação moral de nosso povo já pairaram, em épocas anteriores de nossa história, em nível superior àquele a que baixaram em tempo recente. (BRASIL Apud HORTA, 2012, p.120).

Uma série de decretos e reformas educacionais nos estados passa a incorporar a Educação Moral e Cívica em seus currículos. Quando não são incorporadas como uma disciplina específica, surgem orientações de práticas de ensino para todas as disciplinas do currículo. No entanto, é durante o governo de Vargas que as propostas de educação para o civismo terão um caráter nacionalmente integrado e sistematizado.

O manifesto à Nação, discurso lido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1931, apresentava os princípios em que se firmavam a junta que assumia o governo e seu chefe: Getúlio Vargas. No texto, há uma relação feita entre a “educação do povo” e a “glorificação da pátria”. A educação das massas e a valorização do

trabalho são elementos articulados. Porém, não é devotada só a escola a missão de fomentar o sentimento patriótico na população.

Vargas, em 1934, declarará que cabe ao cinema, o rádio e o esporte, fomentar o sentimento patriótico em nossa população. A postura de Vargas tem uma similaridade com a de Olavo Bilac. Dada às condições de analfabetismo e do restrito acesso à escola eram outros instrumentos que seriam responsáveis pela disseminação do patriotismo. Em Bilac será o exército o responsável, para Vargas os meios de comunicação e as artes de espetáculo. Ambas as estratégias poderiam se desvencilhar da cultura letrada para formar consciências cívicas. Nas escolas, o canto orfeônico e a prática da educação cívica, visam cumprir a finalidade de construir brasileiros físico, intelectual e moralmente notáveis. (HORTA, 2012).

Um discurso começa a tomar corpo na Ditadura Varguista que é o investimento na educação cívica das pessoas como medida preventiva ao avanço do comunismo, de forma especial na juventude. Vargas chega afirmar que a falta de ideias políticas nacionais fortes cede espaço para essas “doutrinas exóticas e subversivas”. Este discurso será uma das principais justificativas da institucionalização da Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar, acirrado pelos embates geopolíticos entre os Estados Unidos e União Soviética.

Até então foi pretendido discutir as disputas de imaginário na legitimação do poder político e as articulações entre a cultura cívico-patriótica e as condições de construção de nossa identidade frente às contradições que a rodeavam o estabelecimento da república. O civismo, enquanto uma demanda da pátria existiu desde o império, mas na república ele ganha uma centralidade no debate na medida em que é preciso forjar um modelo de cidadão.

1.3 - A EDUCAÇÃO PARA O CIVISMO NA DITADURA MILITAR[3].

Para a organização do civismo na ditadura militar as questões apresentadas anteriormente são de grande importância. Todavia é preciso também compreender os novos elementos que estavam em jogo na segunda metade do século XX, nas

[3] Optei por utilizar a definição de Napolitano (2011) de Golpe civil-militar para os eventos protagonizados por políticos e empresários, civis, e militares que culminaram na deposição do presidente Jango e implantação de uma ditadura. Para descrever o regime, concordando com o referido autor, utilizarei o termo Ditadura Militar pelo afastamento das lideranças civis, mesmo as golpistas, do controle político do país.

esferas globais e nacionais, que desembocam em ditaduras na América Latina.

Fervilham os debates sobre as motivações para o golpe militar de 1964. Por sinal o termo “civil” vem sendo incorporado ao desfecho institucional autoritário que colocou militares no comando do país por duas décadas. Antes do fim do regime, cientistas políticos, sociólogos e historiadores se orientaram por esquemas interpretativos funcionalistas, das grandes relações de poder ou do interior da política institucional (NAPOLITANO, 2011).

Uma nova historiografia vem tentando entrelaçar esses eixos interpretativos com outros atores sociais e perspectivas de análise. Não cabe aqui discutir os pormenores desta tensão, mas nos guiar pelo que há de mais consensual sobre o regime autoritário que se instalou no país.

Em plena Guerra Fria, caracterizada pela polarização mundial em dois grandes blocos de poderio político-econômico, a ditadura implantada no Brasil se justificava na ideia de estabelecer o equilíbrio político de uma nação lesada pela corrupção e sob a sedução do comunismo. Há uma teia de relações muito complexas que desfecham no golpe militar e atores com interesses distintos que torna dispensável uma narrativa simplista. É preciso considerar fatores como: valorização dos militares na política e uma postura intervencionista desde a guerra do Paraguai, no Estado Novo, etc.; Fortalecimento de uma burguesia nacional organizada em institutos civis de mobilização política; instabilidade política institucional; fortalecimento dos movimentos sociais de esquerda.

Diferentemente do período que antecede a proclamação da república a Ditadura não é declaradamente concebida antes do Golpe de 1964, como proposta de governo, com valores deste modelo de governo. Mesmo assim, se instala em um país que já tem uma tradição em ser comandado pelas Forças Armadas com uma democracia que tem dificuldades de se firmar.

As mobilizações de símbolos feitas pelos militares eram, sobretudo, ressignificações dos já existentes na cultura republicana. Agora respaldados pelo longo alcance das ondas de radiodifusão, pela nascente televisão, escolas públicas e privadas, grupos de escoteiros, etc. Eram vários os suportes e espaços do civismo e ele fora concebido e organizado legalmente como veremos adiante.

Em 12 de setembro de 1969 foi aprovada a lei 869/1969 e instituiu a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em todos os

estabelecimentos de ensino do país, sejam eles públicos ou privados. A lei também cria a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e lhe confere as atribuições de “manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica”, formulação de currículos e programas de educação moral e cívica, diálogo com os meios de comunicação, etc.

O texto da lei é permeado pelas representações simbólicas sobre o civismo, sobre nossa nacionalidade e sobre a sociedade ideal pretendida pelos proponentes. Sobre os objetivos da lei, Nelson Jahr Garcia (1990) afirma:

> O objetivo, expresso e confessado, era a doutrinação dos jovens dentro da ideologia assumida pelo Estado. Dois meses antes da promulgação do Decreto que instituiu a disciplina, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, afirmava que "a inquietação da juventude atual e sua incompreensão quanto aos problemas do país talvez pudessem ser eliminadas se houvesse formação em moral e civismo". Um mês depois o Ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmava que a educação cívica seria "uma contestação dentro da escola brasileira, contra a infiltração ideológica que tem de ser repelida de todas as formas". (GARCIA, 1990, p. 102).

Tarso Dutra, o ministro citado, foi convocado por Costa e Silva para assumir a pasta do Ministério da Educação e Cultura, foi também um dos revisores do texto do Ato Institucional n°5. É difícil não fazer uma relação entre o período de maior rigidez do regime, maior repressão política e de esforços de constituição de um imaginário que viesse legitimar suas ações.

Para essa demanda foi aprovado o decreto-lei 869/1969. Alguns aspectos presentes no texto do decreto relacionam discursos e símbolos que acompanharam a empreitada da construção de nossa nacionalidade. As finalidades da lei estão, conforme o texto, “apoiando-se nas tradições nacionais”.

A questão da tradição é peça fundamental na narrativa dos intelectuais do Civismo, a partir dela é que o civismo nos une enquanto nação de uma história compartilhada. A noção de comunidade imaginada está relacionada ao esforço de construção de uma história pátria e também aos investimentos de políticas culturais e histórico-patrimoniais para engrandecer a nação.

A lei cria uma espécie de política educacional e cultural, é válido pontuar que Educação e Cultura dividiam o mesmo ministério. Essa característica permitiu que os princípios do civismo tivessem abrangência em espaços não escolares, como meios de comunicação, nos espaços públicos etc. Outra questão é que, como já foi

pontuado, o civismo, a nacionalidade, eram temáticas presentes na vida política brasileira muito antes da Ditadura, ao que parece o regime pretendia dar a palavra final a respeito daquilo que nos constituía enquanto brasileiros. Pois, foram os militares quem empreenderam ações em vários campos de atuação para forjar nos brasileiros o zelo à pátria, uma consciência nacional.

> A ideia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada na organização de uma política de proteção do passado. Esse passado compreendido como memória era considerado o elemento síntese da tradição nacional – esta a principal responsável por fornecer os registros da nacionalidade. Assim, o passado deveria ser cultuado por meio do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade necessária entre o Estado e a sociedade civil. (MAIA, 2013, p.198).

Essa postura de buscar referências no passado a fim de criar uma tradição foi uma característica da formação dos estados nacionais. Aqui estamos lidando com uma nação que possui uma identidade bastante disputada e fragilizada, sobretudo pelas contradições sócio-raciais que marcaram a formação nacional. A demanda de criar uma relação entre sociedade civil e Estado era sanada pelo papel de circunscrição da participação política do civismo.

Antes do Golpe Civil-Militar e durante a Ditadura havia uma participação política considerável. Sindicatos, ligas camponesas, movimentos culturais, movimentos de alfabetização, entre outros grupos que traziam demandas de variados setores da população para à cena pública. O início dos anos 60 foi um dos períodos de grande participação social e de grande instabilidade do poder institucional. O golpe que tirou Jango do poder e instalou uma ditadura foi justificado pelo fervor social provocado pelas reformas de base.

Um ponto a respeito deste período é importante para nossa discussão. O golpe militar, do ponto de vista dos militares e civis conservadores, seria um instrumento de fim da instabilidade política e restabelecimento da democracia e do desenvolvimento econômico. O civismo foi utilizado neste sentido, como uma doutrina que possibilitou a participação social dos brasileiros nos rumos da pátria. No entanto, de maneira similar ao processo de instauração da República, ele surge na prática como um conjunto de ideias que legitimam as ações do poder instituído.

A participação política orientada por um pluralismo político não era bem vinda, pois ela dava margem para as ideologias ditas alienígenas (socialismos, anarquismos). A participação política concebida tinha que lidar com uma espécie de cidadania fraturada, pois os cidadãos não gozavam plenamente de seus direitos.

Para Carvalho, a cidadania moderna é constituída pela tríade dos direitos civis, os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; direitos políticos, à participação do cidadão no governo da sociedade; direitos sociais, que garantem a participação na riqueza coletiva (CARVALHO, 2002). Durante a Ditadura esses direitos foram desigualmente distribuídos e não havia garantia pelo estado que eles eram perenes. Assim, o civismo era uma forma de dar conta da contradição de uma Ditadura que pretendia estabelecer uma democracia e de uma participação social com limitação ou cassação de direitos civis e políticos.

> O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; limitar a capacidade de organização política coletiva; aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores superiores nacionais. (MAIA, 2014, p.96).

Funda-se um novo ideal de participação política expresso nas finalidades da lei. A Educação Moral e Cívica não concebia este novo cidadão somente na esfera política, mas também na sua vida cotidiana particular, no convívio familiar, ou seja, era uma orientação para a construção de um sujeito ideal para a “utopia” de país a se construir. O segundo artigo da lei nos oferece as pistas dos elementos que estavam sendo revisitados ou apresentados pelos proponentes do decreto. Apesar da aparente contradição, a primeira finalidade da lei consiste na “defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus” (BRASIL, 1969, p.1).

Esteve presente no discurso dos militares a ideia de uma ditadura transitória que estabeleceria a democracia, porém, na medida em que se passavam os anos se tornava cada vez mais imprevisível o fim do regime. Porém, a defesa da democracia, mesmo não vivida, foi presente.

Outro aspecto importante neste ponto é o “amor à liberdade com

responsabilidade", a ressalva presente na lei indica que a liberdade é limitada pelo senso da responsabilidade, esta ênfase no contexto de disciplinarização da juventude não é tão óbvia como aparenta. Este ponto da lei explicita a relação entre o civismo e a religião no Brasil, ambos formadores morais de conduta.

Outras duas finalidades da lei podem ser destacadas: "a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;" e "o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana". Como trazido por Baczko, os Estados Modernos fizeram uma mobilização simbólica para dar conta desta necessidade e a escola, desde a Revolução Francesa, foi concebida como lugar privilegiado para cumprir esta tarefa.

A Educação Moral e Cívica foi gestada como uma prática educativa que atravessava as disciplinas e o cotidiano da escola, além das as grandes atividades públicas que deveriam mobilizar a comunidade externa. Nesse contexto de matérias escolares que apoiaram a EMC estão a História e Geografia. As duas, desde a República tinham um histórico de contribuição para forjar um sentimento patriótico dos brasileiros. (GOMES, 2009).

Na lei uma finalidade respalda esta compreensão: "o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história" (BRASIL, 1969, p.1). Essa valorização da História é um ponto que atravessa a política educacional e cultural do ministério, pois além dos currículos de História incorporarem elementos da doutrina cívica foram colocadas em pauta políticas culturais, de patrimônio, etc., que tinham como objetivo divulgar os grandes homens e grandes feitos de nossa história.

Como já foi discutido, este civismo presente no texto da lei e nos documentos que depois seriam redigidos pela Comissão Nacional de Moral e Civismo traziam valores que estavam à frente da noção de democracia e cidadania tal como concebemos. A defesa desses valores justificava as ações do Regime Militar para que fosse possível alcançar um bem maior.

> A defesa desses valores superiores absolutos, que por princípio são imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever perdia também seus direitos políticos e sociais, ou

> seja, deixava de ser cidadão, tornava-se um subversivo. (MAIA, 2014, p.96).

Pode parecer que a “ideologia do civismo” e todo esforço de construção de um imaginário social de amor à pátria tem relação com a natureza de processos políticos não democráticos. No entanto, originalmente não é este o objetivo do civismo. Sejam civis ou militares, por via democrática ou por regime de exceção, existiram práticas de afastamento da população dos assuntos públicos em vários contextos.

> A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado (CARVALHO, 1990, p.58).

Em nossos dias, a Educação Moral e Cívica é automaticamente vinculada aos usos e sentidos que foram a ela atribuídos pela Ditadura Militar (1964-1985), sendo desprezadas experiências anteriores e criando-se rejeição aos temas a ela vinculados.

A partir dos autores citados, é possível afirmar que o civismo se tornou um discurso político estrategicamente pensado para cumprir algumas funções, entre elas estão a de circunscrever a participação política, desarticular o perigo das ideologias comunistas e dar legitimidade a um governo não eleito que precisou forjar uma nova noção de cidadania que sustentasse essa contradição.

2 - COLÉGIO ALBERTO TORRES – “A VOZ DO CIVISMO E DO DEVER”

2.1 - INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS COMO ESPAÇOS SÓCIO CULTURAIS

Non scholae sed vitae discimus.“Não aprendemos para a escola, mas para a vida”. O lema do Colégio Alberto Torres, além de ocupar as paredes do grande prédio localizado em Cruz das Almas, estampava a capa da publicação semanal do jornal “Nossa Terra”[4], alardeando a formatura de mais uma turma de jovens cruzalmenses. A data é 11 de dezembro de 1955 e a comemoração é descrita em tom de júbilo e elogio.

> Para quem tem olhos de ver; para quantos cultivem as seáras sempre uberrimas do espirito, certo que, da sua colheita, pontificará a menor ou maior diferenciação entre o homem e o irracional; para os que acariciam o esmeramento da alma como o caminho certo, limpo, nobre e sempre florido da vida, as solenidades de que foi palco, nas noites memoráveis de 8 e 9 do corrente mês, o amplo e elegante salão do ‘Cine Glória’ local, pertencem as iluminuras e à estirpe daquelas que cintilam em paginas historicas e que, por intangiveis ao desgastamento do tempo, se perpetuam e imortalizam na memoria dos povos, como perenes manifestações que são desse hifem sublime que liga os anseios do nadir humano em marcha ascencional para o zênite divino.[5]

Em outras edições do jornal “Nossa Terra”, o Colégio Alberto Torres é repetidamente tema de notícia. Suas atividades pedagógicas, lúdicas e cívicas são publicizadas como assuntos de interesse dos leitores do periódico. A presença da comunidade pode ser notada em algumas notícias. Além disso, a ligação da escola com outras instituições pode também ser percebida. A Igreja, os políticos, a imprensa, os universitários, instituições e grupos sociais, interagem com a instituição escolar e seus sujeitos. Essas relações apontam para a necessidade de uma lente de análise que não observa a escola apenas como uma instituição fechada, dotada de uma história particular, alheia às complexas redes de relações sociais.

---

[4] O Semanário “Nossa Terra” foi fundado em 1955 por iniciativa de Verdival Pitanga, falecido em 1956. Após o ocorrido, Jorge Guerra e João Gustavo da Silva assumiram o jornal. O periódico era peça fundamental da luta da Frente Nacionalista de Cruz das Almas e além de pautar as aspirações políticas dos grupos progressistas é uma importante fonte para a investigação dos modos de vida da época

[5] Editorial do Semanário “Nossa Terra”, 11 de dezembro de 1955.

Este é um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento das argumentações vindouras e nos primeiros passos é necessário sinalizar a aproximação deste trabalho com o esforço de investigação da história das instituições escolares assumido por pesquisadores do campo da História da Educação. No entanto, cabe sinalizar que não se pretendeu construir estritamente uma história do CAT[6] enquanto instituição escolar. Mas não seria possível compreender os diferentes usos o civismo durante o Regime Militar sem pensar nos aspectos que as heranças institucionais legaram aos sujeitos.

Partindo da concepção de Justino Magalhães sobre instituições escolares, o CEAT foi entendido como uma instituição educativa envolvida em um ambiente sociocultural, cabendo assim, compreender quais outras relações professores e estudantes estabeleciam com a sociedade através da escola e também como a dinâmica externa à escola, num nível micro e macro de análise. Magalhães (1999) defende essa perspectiva de análise como enriquecedora para investigar a história institucional:

> Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida em sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Esse movimento proposto por Magalhães pode ser feito partindo da escola e observando as relações nos plano macro*, meso ou micro - histórico.* Assim sendo, é preciso considerar as instituições escolares, enquanto concepção, como um produto de longa data, regado de tradições, disputas que antecedem o recorte histórico desta pesquisa. Quando se funda uma escola, essas tradições, formas de fazer, ao seu tempo, já estão pré-estabelecidas e a partir delas os sujeitos envolvidos a reforçam, negam, modificam, vivem/fazem a história.

Cynthia Greive Veiga (2003), a partir da apropriação conceitual de Norbert Elias, afirma que “Poderíamos pensar a escola como uma produção cultural que se

[6] A instituição escolar estudada neste trabalho teve várias nomenclaturas desde sua fundação em 1948. Instituto Educacional Alberto Torres, Complexo Educacional Alberto Torres, foram alguns deles, porém foi como Colégio Alberto Torres - CAT e Colégio Estadual Alberto Torres – CEAT (Pós-1964) que se tornou mais referido. Para fins didáticos utilizarei as siglas CAT e CEAT, pois representam dois períodos distintos: de administração pelo convênio com a Escola de Agronomia da Bahia e o de Estadualização pós 1964, respectivamente.

fez pela necessidade de se estabelecerem unidades de referência civilizatória - ler, escrever, contar… - e não somente como questão de obediência". Todavia, a autora questiona quais conflitos e tensões que "demandaram a escola como fator de coesão social/nacional". Esse questionamento contribui para não incorrer no erro de observar a instituição escolar apenas como uma demanda pelo saber.

Pensar a instituição em seu caráter sociocultural, multidimensional e, somado a isso, considerar as aspirações civilizatórias devotadas às instituições escolares são exercícios fundamentais para compreender como o Civismo se manifestava para além de uma disciplina escolar. Também, isso contribui para perceber como o civismo foi justificado, em diferentes momentos, com elementos similares aos que eram usados para propagandear instituição. No entanto, cumpriria ele, ou reforçaria a dimensão moral, normativa e de referendo dos signos nacionais que cabia à escola.

Nesse exercício é que se assenta a tentativa de levantar alguns marcos sobre a elaboração do civismo e suas relações com a instituição escolar concebida inicialmente por intelectuais como Olavo Bilac, Coelho Neto e o próprio Alberto Torres. Com visões de Brasil sensivelmente diferentes, coincidiam em lidar com a identidade nacional e relação dos brasileiros com a pátria, seus símbolos e instituições como um problema nacional.

Para dar conta desta tarefa, foram feitos dois movimentos em relação à interpretação das fontes e construção da narrativa/análise: um diacrônico, já no capítulo anterior, estabelecendo alguns marcadores temporais que indicam para os usos do civismo em nossa história republicana; e um sincrônico, enfatizando o olhar para as práticas culturais dos sujeitos que compunham o CAT durante a Ditadura Militar, atentando-se às dinâmicas locais, regionais, nacionais e internacionais que dialogam com o objeto. Nesse sentido se estabelecerá um diálogo com uma história das instituições educativas que não é apenas descritiva, mas que se funda em problemas teóricos que permitem ler seus espaços, arquitetura, gestão diretiva e pedagógica e a estrutura social que a escola constitui.

2.2 - UMA EDUCAÇÃO RURALISTA PARA UMA CIDADE AGRÍCOLA

Os fatores que motivaram a implantação do Colégio Alberto Torres na cidade de Cruz das Almas fazem parte de uma cadeia de acontecimentos ligados ao desenvolvimento econômico e científico da cidade. Em 1943 a cidade recebeu a Escola de Agronomia, instituição de nível superior, que visava formação de agrônomos. A Escola de Agronomia (EAB) [7] é herdeira dos esforços do Imperador Dom Pedro II para formação de profissionais das ciências agrárias. Ela é herdeira do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, criado em 1875, em São Francisco do Conde. Após sucessivas mudanças dos órgãos responsáveis pela escola, além de transferências de suas instalações, a escola foi instalada em Cruz das Almas em 1943, com esforços de Landulfo Alves e lideranças regionais.

A implantação de um curso superior em uma cidade do interior na Bahia modificou sensivelmente suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais. O verbete da Enciclopédia dos Municípios brasileiros, publicada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aborda os “aspectos urbanos” de Cruz das Almas da seguinte forma.

> Está em fase de acentuado desenvolvimento o interesse local por construções modernas. Deve-se essa modernização à influência progressista da abertura e funcionamento, na cidade, dos estabelecimentos de ensino superior e médio e, também, à orientação ou influência técnica do pessoal de nível universitário ali fixado e em atividade docente ou profissional (FERREIRA, 1958, p. 206).

O CEAT foi fundado em 1948. O trecho acima o menciona, pois é o único estabelecimento de ensino médio da cidade no período. O Colégio, junto com a Escola de Agronomia, era comumente associado à ideia de modificação das sociabilidades da cidade. Tanto a EAB quanto o CAT recebiam estudantes de outras cidades e até de outros estados. A comunidade estudantil demandava da cidade espaços culturais e de interação social, como o Cine Glória e Cruz das Almas Clube. Estes espaços congregavam jovens e adultos, membros dessas instituições e da

[7] Sobre a Escola de Agronomia da Bahia: NACIF, Paulo Gabriel Soledade. A **Escola de Agronomia: ascensão e queda de uma potência.** Acesso em 10 de dezembro de 2018; Disponível em: <http://paulonacif.com.br/2018/08/13/a-escola-de-agronomia-ascensao-e-queda-de-uma-potencia/>. LINS, Alene et al. (orgs.) **UFRB. 5 Anos- Caminhos, Histórias e Memórias**. Cruz das Almas (BA). Editora UFRB, 2010.

.

comunidade em torno de atividade lúdicas e formativas. Ainda no verbete “Cruz das Almas” da enciclopédia aparece a seguinte visão:

> É digna de registro a evolução atingida pelos hábitos e costumes da população. No trabalho, o proletariado, é sindicalizado; nas edificações, está havendo modernização. Sente-se o interêsse e o entusiasmo da população pelo progresso da cidade. Nota-se a influência dos técnicos e professores universitários na implantação de métodos modernos de trabalho, de estudo e de organização da vida urbana e doméstica. O intercâmbio e contacto mantidos pelos técnicos e mestres de nível universitário com a população urbana e com o homem do campo, as excursões à zona rural, os estudos e a convivência no âmbito da sociedade cruzalmense, educam, estimulam e melhoram a mentalidade da classe média imprimindo-lhes tendência para a transformação cultural, que se manifesta no bangalô modernizado, na eletrificação do lar, em novos métodos culinários, no desenvolvimento e no aperfeiçoamento intelectual, no aprimoramento dos costumes sociais, na disciplina do trabalho e nas recreações (FERREIRA, 1958, p. 209).

Mais uma vez as relações entre instituições educativas e a comunidade em que elas estão inseridas aparece. Uma característica interessante desta narrativa é o olhar voltado para o “homem do campo”, pois Cruz das Almas, assim como a maioria dos municípios brasileiros na década de 50, tinha uma população rural maior que a urbana. No censo demográfico de 1950, realizado pelo IBGE, a distribuição percentual da população do município era de 19,46% urbana; 8,15% suburbana e 72,38% rural (FERREIRA, 1958). Este olhar diferenciado para as populações do campo era justificado pelas próprias competências profissionais do agrônomo e estabelece uma interessante relação entre uma ideia de desenvolvimento social, cultural e econômico que não passava necessariamente pela via da indústria em sua concepção mais comum; pois eram instituições voltadas à pesquisa e formação técnicas para o campo que inspiravam essa modernização. Além da EAB, funcionava em Cruz das Almas o Instituto Agronômico Leste, do Governo Federal, que a tornava o maior centro de pesquisas agrícolas do estado.

Fazendo um pequeno recuo para 1948 tem-se a fundação do Colégio Alberto Torres, aqui já citado ao lado da EAB como as principais referências educacionais da cidade. A ligação destas duas instituições não se dá apenas pela visibilidade que tomaram, em alcances diferentes, mas pelo seguinte motivo, o CEAT foi criado para dar conta, em especial, da demanda de formação de filhos de professores e técnicos da EAB.

Na ata da primeira sessão solene para a inauguração da Escola de Agronomia e Medicina Veterinária da Bahia, no dia 1 de maio de 1943, tem-se registrado o apelo do professor Orlando Gonçalves ao Gen. Renato Aleixo, interventor federal, para a criação de um ginásio oficial na cidade. Em janeiro de 1948, o Governador da Bahia Otávio Mangabeira assina um termo de contrato entre o governo do Estado e o Sr. Oldegar Franco Vieira para a instalação do curso secundário em Cruz das Almas. Em fevereiro de 1948 o funcionamento da escola foi autorizado pelo Ministro da Educação e Saúde tendo com os seguintes objetivos:

> a) Ministrar à mocidade estudiosa uma educação ruralista. Cultura moral e pedagógica, letras e ciência, formação artística e educação física são, pois, os seus objetivos.
> b) O ensino literário e científico compreende o ensino primário, ginasial e colegial, abrangendo o ensino técnico-agrícola, com Escola Agro-técnica.
> c) A orientação ruralística será assegurada pelo ensino das noções agro-técnicas fundamentais, que serão ministradas gradualmente em todos os cursos (SANTANA, 2008, p.61).

Percebe-se a vinculação de projetos entre a Escola de Agronomia da Bahia e o Colégio Alberto Torres. O Colégio, além de ser de responsabilidade da EAB tinha como objetivos elementos em comuns com a instituição, como a vinculação com uma educação ruralista. Esse compromisso com uma educação ruralista será reafirmado pelos gestores da escola e outras autoridades que a ela se referiam como um elemento que constitui sua identidade. O corpo docente inicial da escola foi formado por 18 professores, todos homens, catedráticos da EAB e 4 professoras, essas não eram da EAB. O referido corpo docente era composto por Floriano Araújo de Mendonça, Geraldo Carlos Pereira Pinto, Gilberto da Matta, Afonso da Silva Ramos, Grimaldo Paternostro, José de Vasconcelos Sampaio, Zinaldo Figueroa de Senna, Antônio da Silva Ramos, Moisés Waxman, Pedro Batista Peres, Minos Silva de Azevedo, José Francisco Junqueira Aires, Antônio Cândido de Oliveira, Flávio Dias Tavares, Tacino Neto, Francisco Teixeira Alves, Ivan de Souza Carneiro, Aníbal da Silva Ramos, Ivete Sampaio Passos, Gilda Mitidieri Paternostro, Faustelina Eloy de Almeida e Iara Ornelas Mendonça.

Entre os professores acima citados, muitos eram destacados pesquisadores

da EAB com relevância nacional e tinham ligações com os órgãos nacionais de interesse na agricultura e pecuária. O corpo de professores do Colégio Alberto Torres era composto pela mesma elite intelectual que compunha a Escola de Agronomia. Essa elite se tornara referência em muitos aspectos para a população cruzalmense, seja no que diz respeito à formação dos grandes e pequenos proprietários de terras e agricultores, mas também do ponto de vista das relações que estabeleciam com a política, com a imprensa e outras organizações e grupos sociais.

Nesse sentido, a escola gerou um determinado impacto para a cidade que até então não tinha nenhuma instituição com ensino ginasial. No censo de 1950, realizado pelo IBGE, entre os habitantes de Cruz das Almas de cinco anos ou mais, apenas 28,2% sabiam ler e escrever. Em 1956, existiam 2006 matrículas efetivas no curso primário, sobre responsabilidade do estado, município e iniciativa privada (FERREIRA, 1958, p. 207).

A partir das informações levantadas, é possível notar o impacto da implantação da Escola de Agronomia da Bahia e do Colégio Alberto Torres para a população da cidade de Cruz das Almas. Em uma cidade, como a maioria dos municípios do país à época, com uma população, sobretudo, campesina, que historicamente teve seu acesso dificultado à educação formal, essas duas instituições representaram possibilidade de formação da juventude. É preciso pesar, também, que o Colégio Alberto Torres foi por bastante tempo particular e funcionava por meio de um convênio com o estado. Em outro momento histórico um teste de admissão era a barreira a ser ultrapassada pelos estudantes que ansiavam estudar lá. De sua fundação, em 1948, até a década de 80, a escola foi passando por um processo de democratização do acesso, que decorreu de sua estadualização em 1964.

2.3 - O CIVISMO EM ARES DEMOCRÁTICOS

A pesquisa e organização de marcos históricos do Colégio Alberto Torres e, sobretudo, a tentativa de desenhar a trajetória de alguns dos seus personagens, permitiu a percepção de um argumento defendido por autores que discutem o civismo como MAIA (2015). Não é ele, o civismo, uma invenção da Ditadura, assim como não foi ela que normatizou suas práticas e símbolos. O termo foi estigmatizado

pelo intenso uso na propaganda do regime militar pós-64. Hoje, muitos compreendem o seu sentido estritamente associado à nação, seus símbolos e ritos, dificilmente se associa à participação política, como, em outros momentos, foi concebido.

A jornada de formação da nação, da identidade nacional, da estabilidade política, dos conflitos raciais e da ambição civilizatória se confundem com os esforços de estabelecimentos de ritos cívicos, posturas cívicas. Até o termo civismo é utilizado em variados contextos com sentidos diferentes, assim como outros termos são utilizados para denominar o que comumente entendemos como civismo. Civilização, cidadania, patriotismo, ufanismo, nacionalismo são termos que acabam se entrelaçando nos discursos que não tem pretensão conceitual. No entanto, sempre que eles surgem para falar da relação do sujeito com a pátria e seus símbolos ou sobre as normas de conduta que o sujeito tem que assumir perante uma coletividade em sua dimensão política e as instituições e símbolos que dela emergem será aqui tratado como uma concepção de civismo.

No “Manual das escolas elementares D’Ensino Mútuo” por exemplo, existe um capítulo destinado à “instrucção moral e religiosa”, o texto conclui que a cabe à escola uma formação moral, mas que só a religião é capaz de forjar “a plenitude do caracter moral” (SARAZIN,1854, p. 111-117). “Tornando doceis, submissos, silenciosos, suas famílias serão felizes de lhes verem desenvolver tão bellas qualidades”, estes eram os benefícios que a formação moral da escola deveria oferecer. Contudo, o texto não sugere uma formação que tenha relação direta com a pátria (SARAZIN, 1854). Após a ruptura política que instaura a república, depois de um grande jogo dos sentidos da política e também de seus símbolos, falar de uma instrução moral é também falar de um sujeito diante de outra arquitetura das instituições de poder.

Alguns textos de Alberto Torres, assim como os de Bilac, também são dedicados a pensar o “brasileiro” diante de sua pátria. Ambos escrevem em um país com demandas políticas diferentes e estão utilizando e orientando a partir de novas representações políticas, forjadas em um contexto sociopolítico de mudança de regimes, da monarquia para a república. Alberto de Seixas Martins Torres foi político, jornalista, bacharel em direito e um dos principais pensadores sociais do Brasil. Apesar de ser muito referenciado como um exemplo de civismo pelos

membros do CEAT, ele tinha uma visão peculiar sobre o patriotismo em seus escritos. O termo civismo pouco aparece em uma de suas principais obras, “O problema nacional brasileiro”, porém, a preocupação como a vida pública e a forma como os brasileiros se veem coletivamente é matéria de seu interesse.

> Esta bela noção afetiva da pátria, que mostra, nas migrações de selvagens e de bárbaros, como um astro orientador, a terra ignorada e formosa, onde se oculta a promissão do Reino de Javé para o gozo e alegria da mulher e dos filhos arrastados pelos areais dos desertos, e que marca, para os povos sedentários, na curva azul do céu místico que iluminou os sonhos dos antepassados e que fulge aos olhos ardentes da prole, o ideal de um futuro de benções; essa noção da pátria viva, da pátria do irmão, da pátria do sangue, da pátria dos pais, da pátria dos filhos, não é o símbolo do patriotismo brasileiro, a imagem do nosso zelo pela comunidade nacional. Nós não exprimimos o interesse pela conservação nacional, senão com a forma dramática do culto da Bandeira e do ardor militar (TORRES, 1978, p. 140).

O “senso nacional” para Torres não seria desejado se gerado a partir dos símbolos e dos ritos herdados da caserna. Outros sentimentos deveriam ser mobilizados na visão de Torres, sentimentos que eram universais e que uniriam fraternalmente toda a humanidade, apesar das nacionalidades. Também é perceptível à crítica a tentativa de formar consciências nacionais através exército. Para Torres, caberia a todas as instituições cumprirem esse papel, em especial a família.

Independentemente da visão de Alberto Torres sobre o civismo não se alinhar com as que comumente eram publicadas, era ele motivo de inspiração cívica para os estudantes do CAT, ou pelo menos alguns professores desejavam que fosse assim. Entre os entusiastas da figura de Alberto Torres está o Engenheiro Agrônomo Clodoaldo Gomes da Costa. Por sinal, o agrônomo ganhou notoriedade como “Professor Clodoaldo” ou “Diretor Clodoaldo”. Foi um dos fundadores do colégio e posteriormente homenageado como “Patrono da Educação Cruzalmense”. O professor Clodoaldo escrevia uma coluna intitulada “Do meu ‘Dossier’” para o semanário “Nossa Terra” e, em umas de suas contribuições, falou a respeito de Alberto Torres. Citando Oliveira Viana, o tratou como uma “das maiores consciências cívicas” do país e no seu parecer pessoal assevera:

> Em todas as suas obras está vivo o sentido nacionalista. Alberto Torres foi incontestavelmente o nosso maior RURALISTA. Estudou

> os problemas nacionais, inclusive o da educação. Sua preocupação era fazer com que o brasileiro que já provara saber ser soldado da República, podesse provar que saber[8]

Apesar de Alberto Torres ser uma figura sempre lembrada pelos cronistas que fala sobre o colégio, inclusive o Clodoaldo Costa, era o fundador, diretor, professor que representava a personificação do civismo e das expectativas projetadas nos estudantes do CAT. Segundo o cronista, Mário Pinto da Cunha, Clodoaldo Gomes da Costa, foi o grande nome da educação cruzalmense. Homem de letras, professor da Escola de Agronomia e colaborador do Jornal Nossa Terra era figura respeitável na cidade. A educação para Clodoaldo era um projeto da nação, nunca encerrado em si. Cunha (1983) cita o professor quando afirmava:

> Como os povos civilizados, penso que não precisamos apenas de escolas; precisamos, sim, de boas escolas, de bons centros de formação cultural. Este é o maior problema, o verdadeiro desafio que está a exigir revisão e reformulação geral, com a adoção das medidas e reformas necessárias para a preservação dos valores morais que devem ser transformados em hábitos no comportamento dos jovens (COSTA Apud CUNHA, 1983, p 171).

A preocupação com o mundo público, com a formação das novas gerações e com a política eram visíveis nos textos do professor Clodoaldo, assim como a defesa da retidão, honestidade e do projeto de país que estava vinculado. Clodoaldo teve participação no movimento integralista, como apurou o historiador Heber Oliveira (2013) em sua pesquisa sobre o movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas (1957-1964). Porém, quando escrevia no Jornal “Nossa Terra”, mencionava a participação como findada.

As ligações do professor com a política ficam evidentes em seu texto, principalmente, com a preocupação formativa, seja por meio da escola, seja por meio dos homens exemplares. Passada as eleições de 1954, escreve Clodoaldo Costa na capa do semanário um texto-denúncia intitulado “Ó tempore! ó mores!”[9]. A expressão em latim já dá o tom de inconformação do que ele apontava como crise moral no meio político de seus contemporâneos.

> É preciso que haja, nas próximas campanhas homens de envergadura moral e civica do quilate daqueles políticos do Império e da Primeira República, que venham para o meio do povo

[8] Semanário “Nossa Terra”, 10 de outubro de 1954, p.5.

[9] Expressão em Latim que expressa crítica à mudança dos costumes. “Oh tempos! Oh costumes!”, em tradução literal.

> doutriná-lo, apresentar-lhe uma palavra nova, um programa sólido, honesto, como um mínimo de reivindicações, sem a demagogia tão usada entre nós.[10]

Um passado honroso e de exemplaridade moral é comumente resgatado como modelo a ser seguido nas narrativas que versam sobre uma cultura cívica ideal. É nos vultos históricos do passado é que residem as formas possíveis de ser um grande político, um zeloso cidadão. Em 1964, Clodoaldo Costa não era mais diretor do CAT. Contudo, lançou um livro de memórias que tematiza a EAB e o colégio, "Poeira da Gleba". Novamente no passado que residem as experiências nobres dos estudantes em relação a seu país. "O hino do Colégio, marcial, vibrante, aflorava nos lábios dos alunos e era cantado nas festas de família. A alma do Colégio confundia-se com a da própria Cidade".

Um aspecto interessante que aparece nas opiniões de Costa é sua defesa do espírito democrático e da participação da juventude na vida política. Em seu texto, podemos recuperar o sentido do civismo que vem acompanhado com a experiência da vida política, em seu sentido mais ampliado. "As lutas estudantis que se processavam no âmbito do educandário eram o reflexo de que os alunos eram portadores de formação democrática", diz o professor sobre as mobilizações dos estudantes no CAT e completa "Quase sempre o alvo dessas lutas era o diretor [...] Sou dos que acreditam na Juventude! Por isso só a compreendo viril, combativa"(COSTA, 1964, p. 93).

Clodoaldo também era um entusiasta da fé. O CAT, desde sua fundação manteve estreita ligação com a Igreja Católica da cidade, que tem como padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso. As novenas marianas do mês de maio contavam com a presença obrigatória de todos os estudantes, que, independente de vinculações com outras religiões ou de não professar nenhuma religião, tinham que ser fazer presentes.

No dia 13 de maio, a imagem de Nossa Senhora de Fátima, padroeira do Colégio, era levada em procissão para a Igreja Matriz. A imagem de Nossa Senhora de Fátima reside há décadas no pátio da escola, que foi transformado em templo católico em diversas ocasiões acolhendo celebrações católicas. "O que poderei dizer-te, Excelsa Rainha e Senhora, nesta mensagem que Te dirijo em

[10] Semanário "Nossa Terra", 10 de outubro de 1954, p.1, capa.

nome do Ginásio “Alberto Torres”, ao receber-Te triunfalmente na peregrinação que realizas pelos bairros dessa cidade que Te recebem cantando hinos em Teu louvor” escreve Clodoaldo Gomes em *Poeira da Gleba* sobre a procissão que acontece desde a fundação da escola em 1948 e se mantém até a década de 90 (COSTA, 1964, p. 69).

A religião cumpre um papel decisivo na construção de uma cultura cívica. Muitos valores caros ao civismo tem uma justificação fundamentalmente cristã. O cristianismo católico neste momento tinha suas prerrogativas por sua robustez institucional. A herança da tradição Igreja Católica/Estado ainda fazia-se valer nas celebrações cívicas em que a Igreja Católica ainda inspirava vestígios de oficialidade. Segundo o memorialista Mário Pinto da Cunha, os protestantes “chegaram” em Cruz das Almas entre as décadas de 30 e 40, adventistas, assembleianos e batistas que não receberam destaque nas memórias do autor em comparação com as práticas católicas da fé. O autor não esconde sua inclinação ao catolicismo. Sua narrativa a respeito da fundação da cidade graças ao “pioneirismo” dos católicos reforça o caráter de oficialidade da religião que é capaz de criar cidades e as civilizá-las (CUNHA, 1954).

Mário Pinto cita outros cultos religiosos como o Espiritismo, a “Macumba” e a “Umbanda” como presentes na cidade em 1959, “porém de maneira despercebida e sem o colorido pitoresco e fervor do culto afro-brasileiro que as caracterizam em outras partes”. É interessante que existe um discurso que associa o crescimento da instrução em Cruz das Almas como fenômeno reformador dos hábitos, comumente à EAB e ao CAT são devotados o mérito de tais mudanças. Mesmo quando não são citados, paira uma crença de evolução pelo esclarecimento.Tornam-se mais evidentes discursos que pintam Cruz das Almas como uma cidade ilustrada. “Há superstições e as naturais abusões. Mas já se fazem notar também os efeitos do esclarecimento, da instrução e evolução, que vão desgastando a crendice, destruindo os fetiches e anulando tabus”. A religião das liturgias solenes era a que melhor se relacionava com os ritos do poder, as outras eram escamoteadas (CUNHA, 1954).

As narrativas da moralidade e civismo eram, neste momento, mobilizadas muitas vezes em conjunto para dar continuidade às pretensões civilizatórias. Os hinos, os ritos, as condutas no mundo público, são concebidas para dar coesão

aos povos que compunham a nação e a variedades de suas práticas sociais. Há neste momento, no Recôncavo da Bahia, uma memória muito presente das relações coloniais de outrora, nas quais a diferença racial conferia e suspendia a cidadania, bem como direcionava as condições de trabalho, moradia, sociabilidade, etc.

O sociólogo Costa Pinto, em seu trabalho intitulado “Recôncavo”, aborda também a cidade de Cruz das Almas. O texto é 1958 e traz algumas generalizações a respeito das cidades que compõem a região. Em uma dessas caracterizações gerais, Costa Pinto afirma que há uma sociabilidade em comum nos bairros proletários de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas. Habitações escuras, desconfortáveis representam arquitetonicamente a pobreza da classe trabalhadora fumageira. Sobre as relações entre homens e mulheres e o trabalho assevera:

> As môças, desde a adolescência, engajam-se nas fábricas e em pouco tempo arranjam companheiro, ao qual comumente sustentam. A intensa utilização de mão-de-obra feminina, aliado ao padrão de uniões conjugais extra-legais, de puro amasiado, tão freqüente entre as classes mais pobres brasileiras, especialmente no interior - são fatores que, nas áreas urbanas da zona de fumo do Recôncavo, quase institucionalizaram a prática da mulher operária sustentar o companheiro que passa o dia nos bares e bilhares,jogando dama ou “jaburú”, pegando, aquí e alí, um ou outro biscate, quando não simplesmente, vadiando. Em casa, a tarefa que cabe ao homem é, pela manhã, carregar latas d’agua do rio ou da fonte e, a noite, multiplicar a espécie (PINTO, 1958, p. 56).

O trabalho é um elemento indispensável na narrativa sobre o civismo. O amor pela pátria demanda um compromisso com o labor e o consequente desenvolvimento do país. No entanto, Costa Pinto não é aqui tratado como um apologista do civismo e sim como um observador que tem um juízo moralista sobre as formas de viver das classes mais pobres. Este relato tem um lugar interessante na reflexão sobre o destino na propaganda cívica, sobre as limitações da “campanha pela escolarização” no período e sobre as visões de modernização de outros textos do mesmo período.

Logo quando foi fundado, o CEAT tinha como objetivo prioritário formar os filhos de professores da EAB e os das famílias que tinham condições de mantê-los em rotina escolar, pagar mensalidade e cumprir com demais gastos estudantis.

Boa parte da população cruzalmense ainda não tinha condições para tal. Nas primeiras décadas de existência, seu público foi mais restrito. Formado por estudantes que circulavam em ambientes socialmente valorizados com o Cruz das Almas Club e o Cine Glória; o primeiro, um clube de lazer que contava com um grande salão para eventos de finalidades artísticas, religiosas, políticas; o segundo, um cinema localizado no centro da cidade que exibia, além de produções cinematográficas, apresentações teatrais e shows de calouros.

As clivagens sociais e raciais não puderam ser pormenorizadas neste trabalho, porém, é possível inferir que dentro de um contexto de uma cidade na qual a maioria de sua população nas décadas de 1940, 1950, 1960 vivia no campo, e que o trabalho mobilizou famílias inteiras, inclusive crianças e adolescentes, a escola ocupou um lugar desprivilegiado na escala de prioridades dessas famílias. Uma parcela significativa da população urbana também estava ligada ao trabalho agroindustrial fumageiro, entre essa parcela: adolescentes.

Todavia é preciso estar atento para a fragilidade da diferenciação em urbano/rural no contexto de uma cidade do interior que tinha o cotidiano vinculado com atividades agrícolas. De qualquer modo, no início do colégio, seu público era formado, em sua maioria, por estudantes de famílias com condição privilegiada. Com o passar do tempo, se tornou mais comum pessoas pobres e negras estamparem fotos nos registros de matrícula e fotos de formatura.

Retornando as memórias do Professor Clodoaldo Gomes da Costa em Poeira da Gleba tem-se o CAT completando 10 anos em 1958. O relato da celebração nos oferece pistas interessantes para compreender os ritos oficiais neste momento. Na celebração, estiveram presentes ex-alunos da escola, autoridades políticas e eclesiásticas. A celebração foi iniciada com uma missa e benção da imagem de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da escola. À noite, foi realizada uma sessão solene com a Associação de Ex-alunos do CAT, presidida pelo universitário José Alberto Passos. A sessão foi iniciada com o hino do colégio cantado pelos alunos e com acompanhamento de uma orquestra. Passados os discursos dos componentes da mesa, inclusive do professor Clodoaldo, a orquestra voltou a tocar números musicais e finalizou a sessão tocando o Hino Nacional Brasileiro (COSTA, 1964, p.115).

No relato do professor Clodoaldo, os ritos representam menos que os

homens e suas falas. Ele apresenta um detalhismo elogioso aos convidados e o conteúdo de suas explanações, porém, não faz o mesmo com os ritos cívicos conferem caráter solene à sessão. Talvez esses ritos não sejam desimportantes para Costa, a timidez de sua abordagem pode dever-se a normalidade que estes representavam na vida escola.

Após o relato, o professor expõe a letra do Hino do Colégio Alberto Torres, de autoria de Floriano de Araújo Mendonça, que também compôs o Hino de Cruz das Almas, foi seminarista, poeta, agrônomo e professor de Estudos dos Problemas Brasileiros (Componente curricular vinculado à legislação de Educação Moral e Cívica durante a Ditadura Militar) na Universidade Federal da Bahia (SANTANA, 1997, p. 126). O Hino do Colégio Alberto Torres[11] oferece pistas sobre como se articulavam os ideais de civismo, educação e progresso, antes de 1964, na utopia ruralista dos inspirados por Alberto Torres.

"Mocidade vibrante e luzida
Vinde ansiosa nos livros haurir
O vigor para as lutas da vida
Para a Pátria garbosa servir"

"Mocidade em que brilha a esperança
Do Brasil poderosa nação
Cujo o braço erguerá como uma lança
Desta Pátria auri verde pendão" (1 - 8)

Nas primeiras estrofes do Hino, uma ideia basilar da associação entre o civismo e escola aparece que é o papel da educação em formar os jovens para o serviço à pátria. A ideia de um Brasil grande está associada ao afinco da juventude em sua jornada estudantil. A menção à bandeira do Brasil, "auri verde pendão", que será levantada com ímpeto pela juventude, reforça a presença dos símbolos nacionais enquanto organizadores dos sentidos que estão associados com a pátria.

Alberto Tôrres seja o nosso lema
O farol que devemos acender
Ele foi do Brasil a voz suprema
Foi a voz do "civismo" e do dever"

[11] O Hino do Colégio Alberto Torres pode ser encontrado em alguns livros de memorialistas da cidade, mas sem datação (SANTANA, 2008). Segundo o Professor Manoelito Sá, em entrevista concedida para este trabalho, o hino foi criado no ano de fundação do colégio, em 1948.

“Contemplando os heróis do passado
Redivivos no culto da história
Relembrai foi por eles legado
Nobre exemplo de luta e vitória” (9-16)

A figura de Alberto Torres, modelo de cidadão para os estudantes do colégio é celebrada como “o farol”, aquele que orienta que indica a direção a seguir. “A voz do ‘civismo’ e do ‘dever’” era um modelo de responsabilidade e preocupação com a pátria. Cabe no discurso do civismo uma expectativa em relação aos sujeitos diante da pátria que precisa de sua doação.

Nos versos (13-16) é notada uma característica fundamental da *ideologia do civismo* que o papel da história na consolidação de um panteão cívico. A história contada como epopeia dos grandes homens cumpriu a função de criar no imaginário social heróis e eternizar seus feitos e virtudes. Assim a história poderia até ser considerada como a ciência do “civismo”, pois ela, em sua experiência mais tradicional, forjaria as narrativas sobre acontecimentos e personagens que engrandeceram a pátria.

“Nesta casa que é templo de ensino
pensai sempre na Pátria gentil
Levantai vossa voz este hino
Seja um viva sonoro ao Brasil” (25-28)

A última estrofe do Hino do CAT, o “templo de ensino”, saúda a pátria. Cantar o hino é uma celebração institucional. Celebra-se com ele não só o CAT, mas a finalidade de sua existência, formar cidadãos, formar brasileiros patriotas. O Hino do CAT, os textos de Clodoaldo Gomes da Costa, os Editoriais do semanário Nossa Terra, os relatos de Memória de Mário Pinto da Cunha, apontam para uma experiência com os ritos cívicos e símbolos da pátria que atravessava Colégio Alberto Torres, seja nas aulas, na visão de mundo de seus professores, em suas atividades culturais, científicas, religiosas. Ainda que diluídas, pouco organizadas do ponto de vista curricular, as práticas cívicas existiam e se associavam com outras práticas sociais, as religiosas, por exemplo, e já compunham o rol das preocupações que a instituição escolar deveria ter para com seus estudantes.

2.4 - O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, REVERBERAÇÕES EM CRUZ DAS ALMAS

As décadas de 1960/70 representaram pra humanidade um período de grandes modificações em várias esferas da vida. O mundo experimentou a acentuação da Guerra Fria, em que umas redes de acontecimentos políticos, sociais, culturais em todo o globo se relacionavam com essa tensão geopolítica entre os Estados Unidos e União Soviética, desde o avanço da tecnologia espacial à disputa pela disseminação de culturas, modos de vida, ideologias. Um período marcado pelo estabelecimento de regimes conservador e também pela derrubada de muitos outros (HOBSBAWN, 1995).

Na América Latina, esse período, também influenciado pelas dinâmicas da luta por hegemonia política, foi palco da deposição de presidentes e o estabelecimento de violentas ditaduras, algumas consideradas mais sanguinárias que outras pela quantidade de vítimas comprovadas. Mas, em geral, foram golpes na normalidade democrática desses países e nas possibilidades de liberdades nesse período.

No Brasil, o golpe foi dado em 1964, depondo o então presidente João Goulart. Protagonizado por militares do alto escalão das Forças Armadas e por lideranças políticas e dos setores produtivos, o golpe estancou um dos momentos de maior agitação política no país. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foram instituições com atuação similar a das *think thanks,* e em conjunto com a Escola Superior de Guerra, ajudaram a pavimentar a desestabilização do governo de Jango e propagandear uma iminente ameaça comunista que rondava a América Latina (DREIFUSS, 1981).

A caçada aos “inimigos internos”, termo belicoso utilizado para diferenciar cidadãos brasileiros dos tachados inimigos da pátria. A perseguição justificada pelo espectro político, condutas, vinculações partidárias, se deu de forma instantânea com cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, mas, também, de forma orquestrada e duradoura com o desmantelamento das guerrilhas de oposição, instrumentalização da tortura, censura, propaganda política, etc.

Cruz das Almas, nas primeiras semanas pós-golpe, teve sua vida política agitada. Todos aqueles que de alguma forma tinham vinculação política com “movimentos comunistas”, ou que até mesmo assumiam uma postura política mais

combativa, ficaram sobressaltados com os rumores de risco de prisão que tomavam a cidade. No dia 7 de Abril de 1964, na sessão da câmara de vereadores de Cruz das Almas, a “Revolução” foi celebrada pelos vereadores alinhados ao regime recém instalado e por todos que temiam represálias. Narra Heber Oliveira:

> Nas sessões, agradecimentos e Moções de aplausos às Forças Armadas, ao General da Sexta Região Militar e aos demais “chefes civis e militares da Revolução pela legalidade democrática” foram apresentados e aprovados. Uma das solicitações afirmava que, graças aos “revolucionários”, “o Brasil foi libertado da nefasta comunista”. Continuando a série de discursos, outro representante da Bancada da União Democrática, em tom de deboche,“declarou ser com tristeza que no dia da reabertura dos trabalhos desta casa não compareceram [...] os seus adversários por estarem envergonhados pela demagogia pregada por eles perante o povo”. (OLIVEIRA, 2013, p. 105)

Os vereadores mencionados eram o José Alberto Bandeira Ramos e os suplentes, Hélio Pitanga e Mario Santos. Foi solicitada por um vereador da UDN a cassação dos mandatos dos vereadores que estavam em fuga com receio de serem presos como alguns militantes chegaram a ser em Cruz das Almas. Os mandatos foram cassados no dia 6 de maio de 1964 com a justificativa de os vereadores serem “comprovadamente comunistas” (OLIVEIRA, 2013, p. 106).

No entanto, o fato político que marcou as memórias do poder em Cruz das Almas foi a renúncia de Jorge Guerra. As motivações de sua saída não foram muito bem esclarecidas, pois o próprio Jorge Guerra assumiu oficialmente que tomou sua decisão por desejo próprio. O professor Manoelito Roque Sá comenta o fato, quando rememora a figura de Waltércio Fonseca, militar, que substituiu Jorge Guerra.

> Era tenente da Reserva do Exército, “Persona Grata” das Forças dominantes, e dos amigos de Jorge Guerra, que foi afastado do Poder, mesmo sem ter implicações anti-democráticas e muito menos subversivas. Fazia parte da meta dos seus inimigos políticos, o Golpe de 31 de Março de 1964, foi denominado em Cruz das Almas, de “Banquete dos Antropófagos”, a verdade após a renúncia e antes mesmo, envolve fatos ainda obscuros, da História Política da Cidade (SÁ, 2007, p. 60).

O golpe civil-militar de 1964 foi vivido em Cruz das Almas de forma similar ao que aconteceu nos grandes centros urbanos. Cassação de mandatos, fechamento de instituições, fugas e narrativas amedrontadas e desafiadoras irrompiam o cotidiano .

Em 1983, Mário Pinto da Cunha, relançou sua obra corográfica “História de Cruz das Almas” com um novo título “Aquarelas de Cruz das Almas”. Há, na obra, novos textos e memórias que sucedem o ano de 1959, quando foi lançada a primeira edição. Mário Pinto da Cunha veio para a cidade com o objetivo de trabalhar no Departamento de Correios e Telégrafos, foi colaborador do Jornal “Nossa Terra”, foi Inspetor Federal de Ensino e “Secretário da Prefeitura”.

Os textos de Cunha ganham uma conotação diferente dos escritos na década de 50. O patriotismo, o enaltecimento dos símbolos cívicos e a glorificação do golpe de 1964 entram na cena. No capítulo IX da obra “Aquarelas de Cruz das Almas” dois tópicos estão curiosamente articulados. São eles “Instituição do Brasão de Armas do Município” e “A revolução de 64 chega ao planalto Cruzalmense”. No primeiro tópico um breve relato da articulação para a composição de um Brasão de Armas e Bandeira para o município instituídos por decreto em 29 de julho de 1971, 74º aniversário de emancipação política da cidade. A descrição do Brasão acomoda significados em comum com as visões construídas sobre o CEAT, a EAB, e dinâmica socioeconômica da cidade. “escudo de ouro, uma cruz firmada de preto, acompanhada de quatro enxadas do mesmo esmalte e insígnias: Coroa mural com quatro torres de prata [...] e o lema ‘DEUS ADJUVAT’”.

Brasão de Armas de Cruz das Almas – FONTE: Portal da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas

O texto do decreto Nº 977, de 29 de julho de 1971 indica o ouro, representado pela cor amarela, como uma alusão às riquezas da terra de Cruz das Almas. As enxadas, a representação do trabalho agrícola. E o lema “Com a ajuda de Deus” reforça a relação entre a religião cristã e os signos do civismo. O brasão de armas busca seguir a heráldica portuguesa e foi concebido pelo Beneditino Irmão Paulo Larchemayer, que foi responsável pela criação de brasões para cidades e circunscrições eclesiásticas (FREIRE, 2014). Assinam o decreto o prefeito Fernando Carvalho de Araújo e o próprio Mário Pinto da Cunha como secretário.

Na abertura do capítulo IX, aqui discutido, Cunha apresenta na epígrafe a frase do Professor José Honório Rodrigues “A História de um povo, escrita por este mesmo povo tem tanto valor, ou talvez mais que as produções da historiografia erudita”. A frase aparenta ser uma reflexão sobre o próprio ofício de Mário Pinto da Cunha, pois este era conhecido como “historiador da cidade”, mesmo não sendo formado na área. É sobre uma “história” construída a partir dos documentos oficiais, testemunhas oculares e perspectiva pessoal que Cunha quer falar. Não é a toa que a instituição dos símbolos municipais antecede seu relato sobre a “gloriosa revolução”. O civismo em suas variadas manifestações, símbolos, ritos, personagens, efemérides, se tornam corriqueiros em seus textos após o golpe (CUNHA, 1983, p. 154) .

Os primeiros dias de Abril de 1964 são narrados por Mário Pinto da Cunha com fervor e elogio.

> Foi quando, inopinadamente, surgiu a notícia da vitória da Revolução. – mais um movimento que se propunha salvar a nação, redimi-la e conduzi-la ao seu natural destino, - a democracia, com liberdade e independência econômica, além do combate à corrupção e à subversão que realmente ameaçavam a paz e a estabilidade social (CUNHA, 1983, p.160).

Além da preocupação com os aspectos da grande política, Cunha também se importava com formação da juventude. Para ele, o golpe era uma oportunidade de estancar o movimento de doutrinação comunista ao qual os jovens estão sendo submetidos. “Havia os aproveitadores e pseudo marxistas infiltrados nos meios estudantis e operários. Nada de grave, porém, e muito menos ameaça à ordem pública”.

Tudo indica que a referência ao meio operário tem relação com a indústria

fumageira, a de maior relevância, e os meios estudantis podem indicar a EAB, que tinha articulações evidentes com grupos de esquerda, mas também, em alguma medida, o CEAT, sobretudo os estudantes dos anos finais do científico, que chegaram a compor, antes do golpe, parte da militância nacionalista na cidade (OLIVEIRA, 2013).

No entanto, um dos coletivos mais visados que foi prontamente desarticulado com a ditadura foi o Clube das Mães Pobres, entidade que contava com mulheres operárias da indústria fumageira e prestava assistência para pessoas "carentes". O clube foi considerado célula comunista. Cunha dá coro aos relatos de fugas de militantes de esquerda. Para ele, no entanto, havia mais especulação que perigo real para os ditos subversivos. Ao que parece, Cunha desejava eufemizar a situação, pois, houve ,de fato, interdição na normalidade democrática na cidade.

> Com fulminante rapidez espalharam-se as notícias tendenciosas. Os atos institucionais eram apresentados como dragões apocalípticos. O terror generalizou-se. Todos temiam a ira sagrada dos arcanjos vingadores. Aconteceu, então, a debandada, tragicomédia iniciada na noite de 31 de março, com lances dramáticos, fugas e correrias desatinadas, em busca de refúgio e salvaguarda, daqueles, de qualquer forma, julgavam ter ligação ou ideias subversivas (CUNHA, 1983, p.161).

A ênfase dada ao Civismo por Mário Pinto da Cunha pode ser percebida não apenas nos momentos em que defende a "revolução de 64" como instrumento de redenção da pátria, mas também na forma como Cunha recompõe a memória das instituições e suas responsabilidades diante da *Alma mater.* O grupo de Escoteiros "Gen. Edgard da Cruz Cordeiro", fundado em 1953, é um multiplicador do movimento criado em 1907 pelo britânico Baden Powell, o escotismo, prática educacional-filosófica-lúdica que visava formar física, moral e socialmente crianças, adolescentes e jovens. (THOMÉ, 2006, p 174). O GEGECC, como é conhecido, é celebrado por Mário Pinto da Cunha como uma das instituições que se responsabilizavam por "manter acesa nos corações juvenis e na comunidade, a chama do civismo". Também é presente em seu relato o "Tiro de Guerra", instituição do exército brasileiro que foi criada para formar soldados de 2ª categoria na cidade.

As duas instituições cumprem um papel formativo para demandas diferenciadas, porém, entre si, há um objetivo em comum; formar patriotas. Nas

palavras de Mário Pinto da Cunha “duas escolas do civismo” ou “instituições cívicas”. As duas instituições já existiam, quando o autor escreveu, História de Cruz das Almas (1959), são mencionadas e descritas em seus aspectos organizacionais, mas seu caráter cívico-formativo não é explicitado. É provável que, durante o regime militar, essas instituições tenham se destacado pela incumbência de fomentar o zelo aos símbolos nacionais e posturas patrióticas. Além disso, as duas instituições protagonizaram desfiles cívicos em conjunto com instituições escolares, clubes e fanfarras durante as efemérides políticas na cidade.

Escoteiros do C.E.G.E.C. C[12] em atividade de campo década de 70 - FONTE: Projeto “Cruz das Almas Fotos Antigas”.

A historiadora Lucileide Cardoso também traz importantes informações para a compreensão da ressonância do Golpe e Ditadura na cidade. Ela levanta a possibilidade de ligações entre o movimento estudantil universitário e secundarista.

[12] O Grupo de Escoteiros General Edgard da Cruz Cordeiro é um dos mais tradicionais grupos de escotismo da Bahia. Fundado em 1953 é um dos poucos que não teve seu funcionamento interrompido. Nos registros fotográficos dos desfiles cívicos da cidade a participação do grupo e sua banda marcial é sempre notada.

O CEAT e a EAB partilham do mesmo campus, vasto terreno doado para a construção da Escola de Agronomia. Além disso, partilhavam muitos professores que lecionam nas duas instituições. Muitos egressos do CEAT foram pleitear vagas nos cursos da Escola Agronômica. No entanto, a escassez de documentos no CEAT, dificulta a montagem desse cenário a partir do Colégio (CARDOSO, 2012).

Olhar o CEAT a partir de fontes documentais externas à escola é uma das estratégias possíveis. Cardoso aponta que, nos depoimentos orais colhidos em sua pesquisa, foi possível estabelecer ligações entre o movimento estudantil da EAB, capitaneado pelo DALA, Diretório Acadêmico Landulfo Alves e o GLECA, Grêmio Lítero-Esportivo Castro Alves. No entanto, há poucas fontes documentais sobre o grêmio durante a ditadura. Uma razão para as raras fontes documentais é que a escola não preservou as atas de reunião de nenhum dos seus setores. A documentação se limita a fichas individuais de estudantes e professores. A dificuldade de acesso às fontes do Grêmio, durante o Regime Militar, também pode se justificar pelo seu fechamento e substituição pelo Centro Cívico.

Retornando às contribuições de Lucileide Cardoso, tem-se um debate sobre o movimento estudantil na EAB. Algumas informações são importantes para compor o cenário institucional do CEAT em 1964, quando o colégio foi estadualizado, mas apenas o ginásio foi assumido pelo governo do Estado. A manutenção orçamentária e direção do curso científico ficaram de responsabilidade da EAB, até a escola ser totalmente estadualizada (SANTANA, 2008). Nesse momento a gestão da EAB se posicionou em relação ao novo regime político instalado, no trecho a seguir os encaminhamentos da reunião de congregação da EAB em 13 de Abril de 1964. Todos os professores citados na Ata faziam parte do corpo docente do Colégio Alberto Torres.

> O senhor presidente José de Vasconcelos Sampaio […] declarou que no intervalo compreendido entre a reunião passada e o presente houve uma revolução nacional, em que as classes armadas visaram reintegrar o país na órbita democrática e na linha da evolução cristã. Teceram entusiásticos elogios as classes armadas pelo seu alto espírito democrático e pelo modo decisivo e patriótico com que procuraram eliminar o comunismo ateu do organismo pátrio. Disse que a diretoria da Escola se manteve serena e vigilante, em contexto com as autoridades, com docentes e discentes e em consonância com as medidas tomadas pelo Comando Revolucionário, para solver

> a guarda do regime democrático brasileiro, tendo baixado portarias destituindo a direção do Diretório Acadêmico Landulfo Alves e dissolvendo a Associação Beneficente dos Trabalhadores da E.A.B. por suspeição de infiltração comunista no seu seio, lendo cópias das citadas portarias. […] Por proposta do professor Gilberto da Mota, a congregação, por unanimidade, resolveu fosse passado um telegrama de apoio e congratulações ao Presidente da República, eleito, General Castelo Branco. […] O professor Geraldo Pinto disse do compromisso patriótico que se deve assumir com a pátria ameaçada pelo comunismo e a necessidade de se passar da fase do aplauso à colaboração com as Forças Armadas, no sentido de descomunização do país. (CARDOSO, 2012, p. 196).

A contribuição do professor José de Vasconcelos Sampaio, que também lecionava no CAT, novamente vincula o ideário cívico à experiência religiosa. Os ideais comunistas, por carregar leituras imanentes da realidade, compreensões objetivas, conflitavam com as percepções transcendentais do mundo legadas ao ocidente pelo cristianismo. A intervenção dos militares na ordem constitucional permite, na visão do professor, preservar uma democracia e a "linha da evolução cristã". A seguir, o texto aponta para uma adesão de mais professores presentes na reunião ao elogio direcionado às Forças Armadas.

A defesa da interrupção democrática com um artifício necessário para conservar a própria democracia está presente no texto e pode ser notada em outros discursos sobre o golpe. A postura cívica supõe o zelo ao estado independente das intermitências do poder. Coube aos gestores, como sinalizado, tomar medidas na EAB, garantindo o alinhamento com as demandas ideológicas do governo instalado.

A neutralização das temidas células comunistas era um sinal que o alinhamento dos gestores que protagonizaram essas ações extrapolava o simples elogio. Assumia-se, assim, o compromisso cívico de defesa da pátria do inimigo interno, os infiltrados comunistas. A descomunização se constituía assim como uma estratégia política que carecia mais do que a cassação dos representantes socialistas eleitos, uma cruzada de desarticulação dos canais de formação comunistas. Importante pontuar que, em muitos momentos, o rótulo de comunista foi empregado em sujeitos e grupos que mal conheciam a expressão, sendo utilizado até para cumprir interesses políticos locais e pontuais.

No trecho "necessidade de se passar da fase do aplauso à colaboração com as Forças Armadas, no sentido de descomunização do país", firma-se um

compromisso com os militares e o novo poder instituído. A fala é de outro professor do CAT, Geraldo Pinto, e explicita, ao menos na retórica, a disposição para a colaboração com o regime. Não foram encontradas muitas evidências de colaboração desses professores com a Ditadura Militar no “Alberto Torres”. Os depoimentos discutidos no terceiro capítulo apontam para uma experiência com a Ditadura marcada mais por silêncios e interdições de debates e posturas do que denúncias.

A própria militância dos jovens estudantes do CEAT parece arrefecer com a tomada do poder pelos militares e dos dispositivos de controles das organizações estudantis implantadas. Antes do golpe, houve algumas lutas que ocuparam o espaço público, como a estadualização do colégio que foi encampada pelo Grêmio Lítero-Esportivo Castro Alves e a adesão de alguns estudantes a Frente Nacionalista de Cruz das Almas, movimento alinhado com as “bases de reivindicação das associações políticas que lutavam em prol do desenvolvimento econômico e social do país” (OLIVEIRA, 2013, p 15). Apesar de alguns depoimentos minimizarem a relação dos estudantes com a luta política, existem evidências que havia uma movimentação política e de ideias, mesmo que não tão publicamente combativa quanto antes.

A seguir está reproduzido um trecho da entrevista concedida a Heber Oliveira por Cyro Mascarenhas, militante do grêmio do colégio antes de golpe e opositor da ditadura enquanto estudante da EAB. O espaço público como lugar da intervenção política e da oposição declarada eram experiências ainda possíveis, apesar da repressão. No cotidiano autoritário pós 1964 a organização de atividades desse caráter eram desestimuladas pela escola e tratadas com receio por muitos estudantes.

> Me recordo que na renúncia de Jânio, como membro do Grêmio do Colégio Alberto Torres, eu e alguns colegas saímos às ruas fazendo comícios relâmpagos em defesa da posse de Jango que estava em visita à China e os militares queriam obstar. O último foi dissolvido pela polícia no momento em que eu falava aos operários na saída da Fábrica Suerdieck. Recordo-me que abriu o comício o presidente do Grêmio Leonardo Mendes exatamente na hora em que tocou o apito da fábrica e começaram a sair os operários, a maioria mulheres. Ele, com aquele vozeirão (era tudo no gogó, sem amplificador)

> levantou o braço direito e gritou: "É soada a hora da liberdade e da legalidade...!" Foi emocionante[13]

Não foram encontrados muitos indícios que durante a Ditadura Militar aconteceram atos dessa natureza no CEAT, sobretudo com tanta visibilidade e ocupação do espaço público. É oportuno pontuar que, no processo de levantamento de fontes documentais pouco foi encontrado sobre o período da vigência da ditadura. A maior parte das fontes documentais remonta à história de fundação e estabelecimento do Colégio. Cabe dizer, também, que essas fontes foram fundamentais para cumprir algumas demandas desta pesquisa, como refletir sobre a experiência com os ritos cívicos, narrativas sobre o civismo e posturas correlatas que podem ser notadas, de forma mais acentuada, na constituição da república e também nas instituições escolares.

> [...] as normas e os processos codificados das relações sociais possuem funções integradoras, mas também divisoras e separadoras, principalmente no momento do desenvolvimento dos Estados-Nações, onde a referência é a nacionalidade. Destaca-se ainda que, no momento de consolidação das nações e a partir do desenvolvimento das diferentes configurações sociais, as práticas de poder passaram a ser adotadas em nome de uma coletividade soberana. Isso demandou a produção de novos vínculos simbólicos que traduzisse os vínculos emocionais dos indivíduos com a coletividade, num contexto em que aprofundou-se a interdependência das classes sociais e foi necessário o apelo às lealdades nacionais. (VEIGA, 2012, p. 34)

A discussão trazida por Cynthia Veiga é provocativa e reforça algumas questões levantadas até aqui. O civismo manifestado nos ritos, símbolos nacionais, hinos, estórias, vultos históricos, efemérides pode também ser considerado como componente de um esforço civilizatório, pois ele não é só responsável corporificar formas ideais de ser zeloso com a pátria, mas também de formular condutas públicas, maneiras de expressão pública, manejo dos corpos, sexualidades, padrões de família, disciplina para o trabalho, etc.

Veiga (2012) ainda afirma que pensar a escola como "unidades referência civilizatória" não é somente pensar aspectos da obediência, disciplina, mas também de práticas como "ler, escrever, contar", todas essas práticas dentro de um espaço que foi responsabilizado de cumprir parte da tarefa da "coesão social/nacional",

---

[13] Trecho da entrevista cedida por Cyro Mascarenhas para a dissertação de Heber Oliveira "*O movimento de luta nacionalista* em *Cruz das Almas-Recôncavo Baiano (1957-1964)".*

lidando com as múltiplas tensões e conflitos presentes nas novas configurações sociais do país.

> No caso do Brasil, tais tensionamentos estiveram presentes tanto no processo de constituição do Estado e das elites políticas e intelectuais, nacionais e locais, bem como na relação entre estas e a população. Mas também, evidentemente, é possível capturá-los no interior da escola, através das múltiplas práticas que buscaram representá-la como espaço legítimo de educação (VEIGA, 2012, p. 35).

Justifica-se, assim, a necessidade de pensar as práticas cívicas na escola a partir das relações que a escolas estabelece com outras instituições, sejam educacionais, políticas, religiosas, pois o fenômeno discutido não é estritamente interno. Também aponta para um exercício de pensar o civismo, e as práticas manifestas dele, como em constante mobilização para dar conta das novas configurações sociais que se estabelecem. Se a escola, de uma forma geral, já tem como intuito cumprir a tarefa de civilizar e formar cidadãos para a pátria, o civismo é o seu recurso mais sofisticado. Sua extrema sofisticação e demasiada relevância, porém, estiveram em sintonia com os hiatos democráticos que a história do Brasil experimentou.

3 - MEMÓRIA DE UMA NAÇÃO INTERROPIDA

3.1 - REGIMES AUTORITÁRIOS E OS CONFLITOS DA MEMÓRIA

O caminho até aqui percorrido foi marcado por uma reflexão sobre o civismo no Colégio Alberto Torres em suas várias manifestações, protagonizado por diversos sujeitos, atravessando um recorte temporal que remonta à fundação da escola, e que, a partir das fontes, foi possível uma aproximação. A percepção de que as práticas cívicas são objetos de atenção em tempos de suspensão democráticas tornam a investigação dessas práticas uma ação necessária para compreender como a escola cumpre, também, um papel de instrumento de consolidação de imaginário nacional.

No entanto, os registros desses ritos cívicos e até mesmo os textos dos entusiastas do civismo não oferecem, por si só, informações sobre como os sujeitos lidavam com essas práticas. Os testemunhos orais cumprem função importante nesse sentido, pois, a partir de sua coleta e análise, podemos compreender como diferentes sujeitos, em postos distintos, com filiações específicas, se relacionam com as ideias e práticas associadas ao civismo e zelo à pátria.

Por essa razão, neste capítulo, será discutido mais detidamente o lugar do civismo no Colégio Alberto Torres durante a Ditadura Militar no Brasil. Para esta discussão, serão utilizadas diferentes fontes resguardadas pela memória em Cruz das Almas. As já citadas corografias de Mário Pinto da Cunha, o Documentário de Ângela Machado “Os Rebeldes - A volta dos que não foram”, fotografias e depoimentos orais de estudantes e professores do CEAT compõe o variado conjunto de fontes utilizadas neste capítulo.

As fontes supracitadas se relacionam diretamente com a memória. Não estritamente a operação mental presente nas habilidades psíquicas do ser humano. Mas o conjunto de lembranças que dada sociedade recorda coletivamente. O passado rememorado que articula afetiva, política e socialmente determinados grupos sociais em torno elementos compartilhados.

As entrevistas têm certo destaque no arsenal de fontes apresentado, pois, por sua natureza de fontes que são produzidas durante a pesquisa, permitem esmiuçar informações sobre o passado que os documentos podem não ter revelado. Isso porque, na medida em que o historiador, diante de algum documento material,

“desconfia de versões” sobre acontecimentos, se interessa pelas impressões dos sujeitos sobre experiências, entre outras indagações, a entrevista possibilita recompor peças que faltam do “quebra-cabeça” que é o objeto. Isso não quer dizer que, por meio dela, se espera reconstituir uma totalidade ou construir uma verdade, até porque, é ela também uma fonte histórica que será submetida a critérios de “verificabilidade”, será questionada e analisada.

Neste debate, a memória e a História Oral andam juntas. Pois é por meio do acúmulo teórico-metodológico dos pesquisadores que fazem o manejo dessas fontes que lidamos com a memória advinda da fala dos sujeitos. Na fala do sujeito, individual, buscamos as redes de sentido que articulam essas narrativas com experiência e lembranças compartilhadas, essas, coletivas.

> Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 2).

Os depoimentos presentes neste trabalho são ilustrativos da afirmação de Michael Pollak, pois, eles trazem as experiências pessoais daqueles que contam, repletas de suas especificidades provenientes de suas histórias de vida e lembranças, pontos de vista, ideais, sentimentos partilhados coletivamente sobre determinados temas que não necessariamente foram por eles vivenciados.

Falando de memória, cabe aqui, também, um debate a respeito de sua importância no que se refere a relação do imaginário coletivo com a experiência de regimes ditatoriais. O debate entre memória e experiências traumáticas socialmente compartilhadas foi produtivo durante o século XX. E experiência com os regimes totalitários, a desestruturação social causada pelas grandes guerras, foram temas caros para pensar a produção da memória em um lugar de tensionamento. Além da oposição entre memória oficial (por vezes nacional) e memórias subterrâneas, aquelas marginalizadas, têm-se também a dimensão do silenciamento, quando os sujeitos preferem se desfazer de lembranças de determinada época. O movimento gerado a partir das manifestações sociais dessas memórias, Pollak chamou de

“memórias em disputa” (POLLACK, 1989).

Se durante a sucessão de acontecimentos que instituíram uma ditadura no país várias versões, justificativas, juízos se espalharam, não foi diferente com a memória constituída oficialmente e pelos diferentes grupos civis que compõem a sociedade brasileira. A memória da ditadura militar em todos os seus campos temáticos, seja na economia, atos institucionais, violência, censura, repressão, moralidade, corrupção, etc. estão em disputas que envolvem diferentes atores. Seja entre o exército e civis, Estado e a sociedade civil, partidos de direita e esquerda, para pensar em grandes oposições, seja em grupos com pautas específicas, jornalistas, sobre a censura e perseguição, partidos comunistas, sobre a clandestinidade, comunidades eclesiais de base, pela proximidade com a política, a memória da ditadura está em constante disputa.

Nos últimos anos, esses debates foram trazidos novamente à tona pelo aniversário de 50 anos do golpe militar, pelo estabelecimento da Comissão da Verdade, e mais recentemente, pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, acirramento da disputa política entre projetos de poder autodeclarados conservadores e progressistas. A memória da ditadura, antes cuidadosamente discutida - postura comum em relação a eventos históricos que foram traumatizantes para determinados grupos - foi reabilitada no mundo da política como pauta, sobretudo pelos que advogam por intervenções militares.

Cabe aqui uma atenção especial a um desses fenômenos políticos: a instalação da Comissão da Verdade[14]. A comissão tinha por objetivo discutir as violações dos direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 - datas de promulgação das constituições de 1946 e 1988, respectivamente - porém, também se tornou uma oportunidade de emersão das memórias silenciadas pelo regime militar. Os trabalhos que tiveram por objetivo a investigação de lembranças indesejadas, às vezes heroicas, outras vezes saudosistas ou até alheias ao Regime Militar, antecedem a criação da comissão e foi feito por historiadores logo que o risco da perda das versões não oficiais da ditadura

[14] Como afirma STAMPA e RODRIGUES (2012) “As ‘comissões da verdade’ são órgãos oficiais e temporários, estabelecidos por um Estado para investigar violações dos direitos humanos que ocorreram em determinado período histórico. Dito de outra forma, as comissões são uma modalidade de inquérito não judicial (extrajudicial) utilizada para revelar, retificar e sugerir os encaminhamentos pertinentes a informações sobre um passado de violações de direitos humanos”.

começou a se manifestar.

Nas experiências em que os colaboradores da pesquisa traziam à tona seus relatos sobre a ditadura, o medo foi um elemento presente nas narrativas. Antônio Torres Montenegro (2010), investigando a experiência dos sujeitos ligados às Ligas Camponesas em Pernambuco desenha uma situação conjuntural na qual o medo do comunismo, proliferado pela tensão EUA X URSS, estava presente no discurso de combate a essas organizações. Além disso, o medo se configura como uma experiência histórica na medida em que ele é orquestrado pelos organismos de poder a fim de controlar posturas.

Assim como pesquisas dessa natureza revelaram práticas corriqueiras de ataques aos direitos democráticos durante a ditadura, a Comissão da Verdade também revelou tais práticas, bem como o medo como uma experiência histórica, muitas vezes cotidiana, para muitos sujeitos. Nas 3388 páginas do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, há um levantamento minucioso dos instrumentos de violência política, de censura ideológica e de tortura perpassando o recorte temporal estabelecido, mas que ganham complexidade e institucionalidade a partir do Golpe de 1964.

O que chama atenção é que pouco se fala sobre a reverberação da ditadura nas instituições escolares e na educação de uma forma geral. Talvez pelo objetivo da comissão de investigar, sobretudo, as violações de direitos humanos, estes temas foram deixados de lado. A Educação Moral e Cívica, não só a disciplina, mas o conjunto de ações na pasta ministerial de Educação e Cultura que orientavam a celebração de efemérides, fiscalização de materiais didáticos, modificações no currículo, entre outras práticas, não aparecem no relatório. Em todo relatório, há apenas uma menção ao termo civismo que é:

> A posição oficial da ICAR, imediatamente após o golpe, foi descrita pelo embaixador brasileiro na Santa Sé Henrique de Souza Gomes. Ele recebeu telegrama, em 2 de abril de 1964, para ouvir a paternal posição do Papa Paulo VI em relação à situação política no Brasil, pelo porta-voz cardeal Angelo Dell'Acqua. O Papa expressou, nas orações daquele dia, que os eventos se desdobrassem sem violência e derramamento de sangue. Posteriormente, o Papa, em visita ao Colégio Pio Brasileiro, elogiou que o movimento tivesse transcorrido sem violência e com civismo, conforme telegrama do embaixador Gomes, de 29 de abril de 1964 (BRASIL, 2014, p. 158).

O debate das memórias da ditadura nas instituições escolares, até por seus mecanismos mais sutis de reprodução é necessário, pois, a política como é aqui entendida se manifesta em variados níveis e espaços. Além disso, as lembranças mobilizadas, por parte de setores que rememoram o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura, são de julgamentos positivos em relação a sua interferência na vida escolar

Apesar do tema desta pesquisa não se aproximar das temáticas que comumente são delicadas para os depoentes que trazem relatos sobre a ditadura, foi perceptível o receio que acompanhava alguns deles. A memória da ditadura em uma instituição escolar como o CEAT, por mais que distanciada do centro dos grandes conflitos políticos, por ser uma cidade do interior, está perpassada pelos conflitos e interesses políticos presentes nas trajetórias de professores, alunos, funcionários e gestores da escola.

É preciso, também, considerar a memória como uma mobilização influenciada pelo presente, na qual os temas ligados à ditadura militar são disputados pelo diverso espectro ideológico político. Falar das memórias da ditadura para o depoente é um exercício de reconstituição da experiência vivida, das memórias compartilhadas, mas também de um reposicionamento frente às expectativas políticas do presente.

“Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, afirma Pierre Nora (1993). Para o autor, com o fim das “sociedades-memória”, aquelas que por sua constituição simples conseguiam conservar as lembranças que lhes eram caras por meio da oralidade, teve que se constituir formas de lembrar.

No filme brasileiro Narradores de Javé,[15] a necessidade de provar a relevância de uma comunidade para barrar a construção de uma represa coloca os moradores diante da necessidade trazida por Nora de construir formas de lembrança além da oralidade. Escrever as memórias de depoentes é a saída encontrada pela comunidade de Javé para garantir que a memória se torne História, científica, a ponto de dar legitimidade para a existência do povoado. Um problema é colocado pela personagem Mariardina: “E como vamos contar as histórias se tá tudo

[15] Narradores de Javé é um filme brasileiro de 2003, dirigido por Eliane Caffé que retrata a história do povoado de Javé, comunidade ameaçada pela construção de uma represa que alagaria toda cidade. O filme perpassa as temáticas: memória, escrita da história, patrimônio, etc.

‘espaiádo’ na cabeça do povo?”

O questionamento da personagem nos mobiliza a pensar sobre o papel da História Oral na organização dessas memórias. Se, para Nora, a criação de “lugares de memória” tem relação com a incapacidade de lembrança espontânea das sociedades pós-industriais, o esforço de coleta, organização e análise dos depoimentos tem função semelhante.

> Os lugares de memórias são, antes de tudo, restos. A forma onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade (NORA, 1993, p. 12).

Os ritos cívicos, os símbolos da pátria e seus significados, os monumentos dos “grandes homens”, os hinos oficiais, se constituem também como lugares de memória. Através deles, se recordava a memória dos grandes homens que construíram a pátria e se reforçava também a ideia de um passado mais heroico e patriótico que se tornava referência. As glórias do passado são, em geral, a grande justificativa para se orgulhar da pátria. É importante pontuar que os lugares de memória que se constituem os ritos e símbolos nacionais foram forjados por uma memória oficial.

A pertinência deste debate é justificada pelas informações colhidas nas entrevistas, pois, nos depoimentos, a memórias da celebração das efemérides, dos preparativos ritualísticos da educação cívica, parecem ter se consolidado mais que qualquer conteúdo discutido nas aulas de Educação Moral e Cívica. Os depoimentos a seguir permitem a reconstituição de aspectos das trajetórias dos depoentes, assim como a identificação de memórias partilhadas, dissonantes, nostálgicas sobre estudar/ensinar no CEAT durante a Ditadura Militar.

3.2 - A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, UMA PRÁTICA EDUCATIVA.

Essa pesquisa contou com a colaboração de quatro depoentes, um professor e três ex-alunos do CEAT. O Professor Manoelito Roque Sá foi estudante do CAT e logo que terminou os estudos no colégio foi, convidado a seguir a carreira docente. Aceitou, iniciou os estudos e ensinou no CEAT de 1961 até o final da década de 80. Durante todo o Regime Militar, este professor lecionou na instituição, passando pelas disciplinas de História do Brasil, Educação Moral e Cívica, Organização Social e política do Brasil e Relações Humanas. Poeta e memorialista, Manoelito Sá é figura importante na história política de Cruz das Almas, cumpriu dois mandatos como vereador (1958-1961) e (1962 a 1966), acompanhou os desdobramentos do Golpe Civil-Militar de 1964 na vida política da cidade.

Os outros entrevistados foram estudantes do CEAT. Antônio Roberto, funcionário público, músico e membro da Igreja Católica. Ingressou no Colégio com 10 anos em 1963, através de um exame de admissão. Abandonou os estudos por um tempo formando-se em 1973 no curso científico. No colégio, conheceu Marcelo Machado, que também ingressou em 1963, e da adolescência para a juventude criaram juntos o grupo musical chamado “Os rebeldes” com outros estudantes do Colégio. Marcelo Machado é professor de Filosofia da rede pública em Salvador, escreve poemas, crônicas e se autodeclara seguidor de uma “metodologia delirante”. Por último, Lêda Caldas, professora aposentada, radialista, é ouvida frequentemente na locução de programas católicos no recôncavo baiano. Começou os estudos no CEAT em 1966, no curso ginasial, e em 1971 formou-se junto com 98 estudantes no curso de magistério.

As memórias trazidas pelos entrevistados com o CEAT, de forma geral, reúnem elementos para apresentar a vida escolar como momento importante em suas vidas que os legou conhecimento e saudade.

> Lá no CEAT, eu tenho boas recordações né? Porque foi um tempo vivido, é… com muito respeito, com muita amizade, com muita partilha, né? Naquele tempo não havia aquele índice de maldades que a gente tem hoje. Não havia aquele índice de violências, não se falava em drogas, não se falava em desrespeito né? E foi um tempo muito bem vivido, eu tinha um nível de coleguismo muito bom, meus colegas eram assim (pausa) amigos mesmo, amigos! Claro que quando a gente tem um grupo de colegas tem aqueles que ficam mais recanteados né? Aqueles que são mais egoístas, são aqueles que concorrem e ao tempo todo só competindo, competindo,

> competindo. Mas eu não tenho nada de ruim pra falar assim da minha época.[16]

A professora Lêda Caldas rememora de forma enfática a disciplina do CEAT. “Não era o que é hoje”. “Havia todo aquele civismo que era exigido”. A normatização do fardamento, vestimentas impecáveis são motivos de orgulho da professora. Além disso, reforça o uso das saias pelas meninas, antes das calças, sempre com a barra abaixo do joelho.

Estudantes do CEAT em desfile cívico em comemoração a Independência do país, “7 de setembro” - Início da década de 1970 – FONTE: Projeto “Cruz das Almas fotos antigas”

A formação de pelotões enfileirados, fardamentos alinhados, marcha sincronizada, eram elementos dos ritos cívicos, como o desfile representado na foto. Tal prática não ficava reservada aos militares, mas se estendia às instituições que por sua relevância performaram dessa forma no espaço público.

Ainda sobre as primeiras lembranças dos entrevistados e a vida escolar no

[16] Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

Alberto Torres, o relato curioso de Marcelo Machado sobre sua ligação com a escola remete uma história contada pela mãe do seu próprio nascimento.

> O colégio assim! Isso aqui assim, ele abraça (Apontando para a fotografia da escola). E meu umbigo tá enterrado na antiga entrada do colégio, que não é mais onde era hoje era uma ponta que tinha aqui assim tinha uma venda de seu Antão e ali seu Damião esse que arrancaram as unhas na revolução enterrou meu umbigo segundo minha mãe não foi, isso vocês não sabiam, na entrada do colégio para ser um cara que gosta de livros, gosta de ler, gosta disso.[17]

.

Fachada do CEAT década de 1970[18] -FONTE: Projeto “Cruz das Almas fotos antigas”

[17] Entrevista concedida por Marcelo Machado a Rafael de Jesus Souza em março de 2019 na cidade de Salvador.

[18] As fotografias presentes no trabalho fazem parte de uma iniciativa popular chamada “Cruz das Almas- Fotos Antigas”. Foi criado um acervo digital on-line para divulgação de fotografias e trocas de

Do ponto de vista espacial e arquitetônico, o CEAT, era uma escola privilegiada. Foi construído em parte do campus da Escola de Agronomia da Bahia e contava com vasta área. Prédio grande com vastos corredores, salas amplas e espaçosas e um memorável cajueiro que aparece na maioria dos relatos. Para o professor Manoelito Sá, uma das características notáveis de uma educação ruralista eram as aulas de campo realizadas embaixo das árvores do colégio, em contato com a paisagem natural que circundava a escola.

As memórias do professor Manoelito sobre a escola antecedem a Ditadura Militar, visto que ele foi aluno da escola na década de 50. A lembrança mais perene é a do professor Clodoaldo Gomes, fundador do colégio e que foi diretor por muito tempo e mesmo fora do cargo sempre acompanhou os rumos da escola.

> Clodoaldo era ruralista, Clodoaldo era defensor da natureza, ele era integralista. Os integralistas faziam parte de uma facção política chamada do integralismo os camisas verdes que foram perseguidos no governo Getúlio Vargas. [...] Plínio Salgado foi um grande ruralista, defensor da natureza e Clodoaldo não passava por menos, ele era ruralista por isto que o colégio tem o nome de Alberto Torres, por que Alberto Torres foi um dos grandes ruralistas que o Brasil já teve. Como deputado um dos grandes ruralistas, Alberto Seixas Martins Torres, nasceu no Rio de Janeiro na fazenda Conceição e daí ele foi deputado, foi ministro de Estado, por isso Dr. Clodoaldo colocou o nome de Alberto Torres (MANOELITO SÁ, 2018). [19]

A recordação do professor Clodoaldo carrega em si o discurso de que ele era o exemplo de cidadão a ser seguido. Se o discurso cívico se ancorou na epopeia dos grandes homens, vultos históricos, para produzir suas narrativas, Clodoaldo Gomes da Costa pode ser considerado um desses vultos. Não há nos seus escritos uma defesa de um explícito projeto político - apesar da menção do professor Manoelito de sua inclinação ao integralismo, informação confirmada pelo próprio Clodoaldo em uma edição do Jornal Nossa Terra como uma filiação passada - o que, em geral, aparece nos textos do professor Clodoaldo é uma defesa do progresso do país atrelada à educação, especialmente ruralista.

O tom saudosista acompanha a maior parte das entrevistas. Todavia os

---

informações históricas sobre a cidade. Muitas fotos não tem datação exata e foram realizadas estimativas a partir das informações trazidas pelos depoentes.

[19] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em março de 2018 na cidade de Cruz das Almas.

relatos se tornam mais cuidadosos, refletidos, pausados, quando a Ditadura Militar passa a compor o cenário descrito. A resposta do professor Manoelito Sá sobre a reverberação da Ditadura no colégio é provocativa, pois carrega a negativa da influência e a descrição dos instrumentos de vigilância do Regime.

> Não, olha, o colégio não sofreu quase nada com o golpe militar, o sargento do tiro de guerra que era o espião era muito amigo, era amigo de todos os professores, se dava muito com a gente e quando ele via qualquer coisa de perigo ele vinha com a gente e conversava, tem professor tal que tá fazendo, tá dando aula diferente, e a gente aí controlava, geralmente não houve influência nenhuma pro colégio. (Manoelito Sá, 2016).[20]

Algumas questões desse trecho merecem ser debatidas. Ao que parece a presença de um espião do exército da escola para contribuir com a vigilância dos jovens do CEAT é rememorada com certa naturalização. O referido Sargento tornou-se professor da escola, lecionando, segundo os depoentes, Matemática e Educação Física. O termo "perigo" neste contexto remete aos medos, discutidos por Antônio Montenegro, que eram disseminados pelas instituições que combatiam o comunismo e o inimigo interno. "Tá dando aula diferente", um indício que a rotina docente é modificada, também vigiada, sobretudo em uma escola que tinha simpatizantes do Regime e militares como professor.

A prática descrita acima busca garantir a eliminação das chamadas ideologias alienígenas do ambiente escolar, assim como desencorajar possíveis associações de cunho político oposicionista. O civismo surge então como a alternativa bem quista pelos setores conservadores para os jovens que pretendiam politizar-se. Como aponta a historiadora Tatyana Maia (2014), o civismo passou a ser considerado "valor superior e absoluto, sobrepondo-se ao ideal originário – a cidadania moderna – sob a justificativa da defesa dos interesses nacionais". Através da legislação de EMC, da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) a Educação Cívica foi tomando contornos e tornando-se uma "prática educativa" como previa o decreto-lei 869/1969.

> Assim, o investimento em políticas que ensinassem aos cidadãos os seus deveres diante da nação, promovendo a "consciência cívica nacional", era tarefa urgente da área educacional. Defender a nação contra ideologias externas, sobretudo a comunista, combater o

[20] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

> inimigo interno e contribuir para a ordem social eram funções essenciais do bom cidadão. (MAIA, 2014, p. 107).

Esse ambiente de perseguição ao comunismo e de certo "denuncismo" pairava sobre a escola. O professor Manoelito relata que uma diretora do CEAT costumava ameaçar os professores com frase do tipo "vou denunciar aos 'DOPS[21]'". Ela era irmã de Giocondo Dias, secretário do partido Comunista, parceiro de Carlos Prestes. Sobre a diretora, o Prof. Manoelito afirma rindo "Ela era fascista, ela era do lado de Mussolini, e ameaçava a gente, pensando que a gente era comunista" e conclui, "Depois ela 'não sei o que… não tem ninguém comunista aqui não".

Após o relato se recorda de Armando Rosa, professor do CEAT, que foi preso pela ditadura durante um congresso da UNE em São Paulo. Sobre Armando Rosa, diz o professor Manoelito "tinha vestígios de comunista, mas não o era". O rótulo de "comunista" em Cruz das Almas, assim como em outros lugares do país, foi utilizado muitas vezes com o objetivo de estigmatizar militantes de esquerda ou apenas oposicionistas.

O Trabalho de Heber de Oliveira (2013), por exemplo, reflete sobre a existência de uma Frente Nacionalista, que não se denominava comunista, mas por ter como uma de suas principais bandeiras a luta contra o imperialismo norte-americano recebeu, em variados momentos, o epíteto (OLIVEIRA, 2013). No entanto, para o Prof. Manoelito, o exercício contrário é mais comum. Durante a entrevista ele nega a existência de comunistas na cena política da cidade, mesmo havendo filiados ao PCB, e também diz não serem comunistas aqueles que se autodeclararam desta forma. É provável que a intenção do professor seja de distanciar esses personagens das caricaturas perigosas e maliciosas que faziam deles quando lhes chamavam de comunistas.

Sobre os impactos da nova ordem política no Colégio Alberto Torres, é possível perceber que alguns sujeitos se destacam como representantes da disciplina, ordem e vigilância tão requerida naqueles dias. O "espião" a que se refere o Prof. Manoelito é o Sargento Melo, que lecionou Matemática e Educação Física

[21] Departamento de Ordem Política e Social, criado em 1924 foi atuante no Estado Novo e Ditadura Militar. Um dos principais instrumentos de repressão através de suspeições da Ditadura (MAGALHÃES, 1997).

na instituição, das quatro entrevistas realizadas ele aparece espontaneamente em três depoimentos como representante da manutenção da disciplina.

> O Sargento Melo, José de Oliveira Melo, era amigo de todo mundo, era professor de Educação
>
> Física do colégio, e ele como professor de educação física, ele equilibrava aquelas turmas, quando ele via que um aluno ou outro tinha tendência ele controlava, era muito pacífica a Educação Física, ele era Sargento do tiro de guerra e instrutor de Educação Física do Alberto Torres. [22]

Existe uma característica na fala do professor de não nomear as posturas que eram vigiadas e eufemizar as práticas de observância. “Quando ele via qualquer coisa de perigo ele vinha com a gente e conversava”, “quando ele via que um aluno ou outro tinha tendência ele controlava”. O professor Manoelito não reivindica a posição de apoio à Ditadura Militar, nem faz falas saudosas ao período. Fica mais evidente, em seus relatos, que ele cumpria as atribuições que lhe eram dadas pela direção da escola e estabeleceu boas relações com seus colegas do mais variado espectro político.

Sobre sua menção ao Sargento Melo, um trecho chama atenção: “era professor de educação física do colégio, e ele como professor de educação física, ele equilibrava aquelas turmas”. Existe uma ênfase na função da educação física exercendo uma função disciplinar. Essa prerrogativa era prevista pelo decreto Nº 68.065, DE 14 de Janeiro de 1971 que articulava outras disciplinas com a Educação Moral e Cívica.

> A Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daqueles cujas áreas de ensino tenham com ela conexão, como: Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo (BRASIL, 1971).

Os pesquisadores da História do ensino de Educação Física[23] tem feito um debate a respeito das vinculações da disciplina com a cultura cívico-patriótica que a

---

[22] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

[23]Ver: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio**. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. São Paulo: Ed. Universidade São Francisco, 2003; REI, Bruno Duarte. LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Educação Física escolar e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas rev. **Educ. Fis/UEM**, v. 23, n. 3, p. 483-497. 2012.

ditadura visava implantar. Perspectivas voltadas para o “aprimoramento físico”, ensino do esporte de alto rendimento objetivando formação de atletas, condicionamento para o trabalho fabril, são discutidas pelos autores. O que é de comum acordo é que os gestores da educação também atribuíram a Educação Física e ao esporte a função de difundir valores cívicos.

O futebol, de forma geral, por ser um desporto de grande alcance no país, teve papel importante na difusão das ideias do militares. Segundo estudo histórico sobre a propaganda no Governo Médici, o futebol foi a segunda temática mais abordada, só perdendo para “desenvolvimento e progresso” (OLIVEIRA, 2014, p.67).

Time de futebol em desfile cívico em Cruz da Almas, década de 1970 – FONTE: Projeto “Cruz das Almas fotos antigas”

Na foto acima, desfila o time de futebol montado com alunos do CEAT. Os uniformes utilizam as cores da bandeira da cidade, amarelo e preto. A fotografia foi tirada em frente à prefeitura da cidade. Nos desfiles cívicos as autoridades políticas

e religiosas se reuniam com outros membros da elite da cidade em frente ao prédio público e eram saudados por todos os pelotões desfilantes.

Retornando às menções ao professor de Educação Física, o Sargento Melo, nota-se uma descrição de uma figura rígida e intimidatória. Lêda Caldas relembra que o Sargento Melo foi seu professor de Matemática. “A gente tremia nas bases [...] bastava entrar na sala aí lançava aquele olhar pra gente, todo mundo tremia mesmo, todo mundo tinha medo”. Segundo a depoente, o fato de ser militar já lhe conferia mais autoridade. Ela recorda, também, das rotinas das aulas do professor:

> Na aula dele,m quando ele entrava na sala, outro dia o Ministro da Educação fez um exigência aí sobre o hino nacional e eu me lembrei muito dele. Ele quando entrava na sala, hoje tem aula de matemática, todos ficavam de pé, ele fazia a continência e nós respondíamos, e era assim.[24]

Como já foi anteriormente discutido, nas aulas de outras disciplinas aconteciam mobilizações em torno dos símbolos nacionais e rotinas cívicas. O Sargento Melo, pela carreira militar, trazia, em sua prática docente, elementos disciplinares dos quartéis. Exigia “postura correta” e acabada por vezes intimidando os alunos na sala de aula “muitas vezes a gente tinha medo, tinha dúvida e guardava porque tinha medo de perguntar a gente não tinha, assim, aquela abertura, que ele não dava”, diz a entrevista.

Para Marcelo Machado, o Sargento Melo também lhe trazia lembranças que remetiam à disciplina. É possível que essas posturas por parte dos professores não tivessem um ligação direta com a Ditadura Militar, porém, na memória dos depoentes, essas práticas estão associadas com as características mais gerais daqueles tempos.

> Matemática era Sargento Melo, eu me lembro, e eu criei uma certa, não digo animosidade não, mas uma certa antipatia discreta, que eu não ousava dizer, mas eu rejeitei um pouco a *postura, com apito na boca* (simulando voz autoritária) parecendo Capitão Aurino quando fazia aula de Educação Cívica. Não chamava Seu Marcelo não, chamava “MACHADO!”, o sobrenome, “SIM, CAPITÃO”, “SIM, CAPITÃO”. (Educação Física, no caso?) É, eu misturava Educação Cívica com Educação Física. É uma rima inevitável. [25]

---

[24] Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

[25] Entrevista concedida por Marcelo Machado a Rafael de Jesus Souza em março de 2019 na cidade de Salvador.

Além das outras disciplinas escolares, o civismo também se articulou com outras práticas comuns no ambiente escolar. As práticas religiosas cristãs estiveram *pari passu* com o civismo. O professor Manoelito foi questionado a respeito da relação entre a Educação Moral e Cívica e a religião e prontamente respondeu "O Zé Major de Carvalho era protestante, mas um protestante muito bom, a aí ele não pregava protestantismo na sala de aula, ele era professor, ensinava a matéria". Um primeiro aspecto da fala é a exceção, apesar de ser protestante, era um protestante muito bom. O referido professor substituiu o professor Manoelito na disciplina. Curiosamente, ele não avaliou o período em que ministrou a disciplina. Provavelmente, todos os valores ensinados a partir de uma ótica cristã católica eram tão naturalizados que soavam como inerentes à disciplina.

A primeira finalidade da Educação Moral e Cívica segundo o decreto 869/1969 é "a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus" (BRASIL, 1969). Tal finalidade é importante para compreender as narrativas que se estabelecem sobre o civismo. Primeiro, a defesa do princípio democrático, pode parecer contraditório, porém a ditadura se pretendia legal e democrática. A justificativa dos militares de estarem construindo as bases democráticas do país através da Ditadura era recorrente e a democracia era, por vezes, reivindicada como princípio por eles.

O princípio democrático que a EMC tinha por finalidade instituir viria através do espírito religioso, antes mesmo da dignidade da pessoa humana e da liberdade. "O amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus", a construção da frase já carrega os condicionamentos estabelecidos para a aspiração da liberdade. Certamente, a responsabilidade sob a inspiração de Deus circunscreve a interpretação aos limites morais e da tradição cristã.

A crença cristã estava, assim, associada com a "prática educativa" da Educação Moral e Cívica. No CEAT, este cristianismo era o Católico, Apostólico, Romano, representado pela maioria de seus professores e alunos adeptos. Conta o professor Manoelito Sá:

> O colégio trouxe Nossa Senhora de Fátima para ser a padroeira do colégio e todo ano em 13 de maio o colégio fazia uma procissão e o

> curso diurno também, vinha em procissão para a Igreja, pra rezar a novena de 13 de maio, dedicada à Nossa Senhora de Fátima,. No ano que eu fui diretor, em 88, foi tanta chuva que nós resolvemos mandar a Santa vim de tarde num carro fechado e foi feita a procissão ao redor da Igreja, para não se fugir a tradição. Mas sempre as festas religiosas sempre eram patrocinadas, organizadas pelo colégio, por que o diretor o Dr. Clodoaldo era muito católico, todos os professores do colégio, não tinha nenhum que dissesse é vesgo o catolicismo. E aí quando tinha as festas de Igreja sempre nomeava aquelas comissões dos professores mais chegados ao Padre, a gente ia com o maior prazer.[26]

A expressa ligação entre o colégio e a Igreja Católica é antiga, não poderia ser dito que as rotinas de acompanhamento das atividades religiosas foram instituídas com a Educação Moral e Cívica em 1969. Porém, através da disciplina a presença em atividades extracurriculares passa a ser avaliada por nota. Recorda Lêda Caldas das convocações ”Hoje vai ter a procissão do colégio para a Igreja, não dispensamos ninguém”. Quando perguntada sobre a presença dos protestantes nos ritos católicos respondeu “Iriam também. Ia porque tinha professor ou professora que falava que quem não fosse perdia ponto e a gente acreditava”.

Apesar das já discutidas práticas disciplinares presentes em alguns componentes curriculares, das manifestações religiosas na escola, era a disciplina de Educação Moral e Cívica a principal responsável de formar para o Civismo. O professor Manoelito Sá foi responsável por ministrar a disciplina ao tempo que era professor de História do Brasil. Essa relação entre História e Educação Cívica já foi discutida por Ângela de Castro Gomes (2009). A autora defende que esta foi uma vinculação que esteve presente nas primeiras décadas da República, momento em que a educação foi eleita como “instrumento estratégico e decisivo” para construir uma cultura cívico-patriótica, necessidade de um povo que precisava lidar com um novo sistema político. As disciplinas de História e Geografia eram responsáveis por mobilizar esses saberes (GOMES, 2009).

No contexto da Ditadura Militar, as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia viveram certa instabilidade. Supressões, renomeações, conflitos, marcaram o percurso das disciplinas do campo das humanidades, sobretudo por sua natureza reflexiva. O Professor Manoelito, como já foi dito, ensinou História e EMC concomitantemente e estabelecia relações entre os

[26] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

conteúdos das duas disciplinas. No planejamento de História do Brasil, datado de 11 de maio de 1970, destinado ao 1° ano do curso Normal, consta a lista dos conteúdos divididos em quatro unidades. Chama a atenção, apesar da brevidade dos fatos, o Golpe de 1964 estar como penúltimo conteúdo, intitulado “A revolução de 1964”.

Nas falas o professor Manoelito utiliza as expressões “Golpe Militar de 64” e “Revolução de 64”. Não aparenta ter grandes preocupações com a nomenclatura. Ela por si só não indica a abordagem do conteúdo, mas, ao menos, dá pistas que a leitura que os militares faziam da ditadura precisava ser reproduzida, no mínimo de forma documental. No planejamento de História do Brasil do 2º ano Ginasial consta na última unidade os seguintes conteúdos “Atos institucionais da Revolução de 1964”, “Evolução social, política e econômica do Brasil” e “Biografias de vultos históricos”.

Os títulos dos conteúdos desta vez são mais sugestivos de uma interpretação positiva que se fazia do período estudado. Na unidade em que seriam trabalhados os Atos institucionais da Ditadura Militar, também haveria uma discussão sobre a evolução do país do ponto de vista social, político e econômico e o mais interessante, para concluir, biografia de vultos históricos. A função da história como mobilizadora de narrativas que engrandecem a pátria e se articula com algumas finalidades da Educação Moral e Cívica: “o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história”. “A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País”, outra finalidade, também articulada com os conteúdos previstos no programa.

Não se pretende dizer que havia uma relação de cumprimento à risca dessa legislação, nem que o professor tinha conhecimento do texto expresso na lei, mas que, de alguma forma, as expectativas da Educação Moral e Cívica eram, em parte, cumpridas porque, algumas delas já integravam a tradição escolar. Além disso, os materiais didáticos oferecidos, assim como as orientações curriculares direcionaram a atuação dos professores nesta disciplina. Como o Professor Manoelito lecionava História, EMC e em um momento OSPB, havia uma relação possível entre os conteúdos que era feita pelo professor.

> A educação moral e cívica a gente dava de acordo com os livros que vinham da (pausa) livros adotados, livros de educação moral e cívica,

> hino, bandeiras, decreto da bandeira, decreto que relacionava aos símbolos nacionais, hino da bandeira, hino do colégio. Nesse tempo, eu fiz o hino do colégio, é oficial, mas não levaram avante. Hino do colégio, hino da bandeira, hino da proclamação da república, hino da marinha, esses hinos todos nós ensinávamos na sala de aula e assuntos cívicos, datas cívicas, as datas cívicas a gente comemorava, falava, baseado na história, porque as datas cívicas todas estão na história do Brasil, a gente incorporava ao texto da história do Brasil, eu que era professor de história do Brasil pra mim era muito bom, porque eu colava, acoplava, história do Brasil a educação moral e cívica, me sentia muito bem.[27]

Os hinos e símbolos nacionais são o carro-chefe da EMC. Foram os conteúdos mais referenciados pelos depoentes de forma saudosista. Até os estudantes com perfis reflexivos, "questionadores", se recordam dos ensaios dos hinos em sala de aula com nostalgia.

> É, nós estudávamos Educação Moral e Cívica e estudávamos Organização Social e Política, essas duas matérias eram obrigatórias. E eu te digo, não me arrependo das noções que eram ensinadas em relação a essas duas matérias porque contribuíram muito na minha formação, muito, muito, muito. E para formação da família que tenho hoje porque muitas coisas que eu aprendi lá eu transmiti para meus filhos, apesar de que meu pai já fazia isso, meu pai era militar e nossa criação foi muito rígida, porque meu pai exigia muito da gente. Então assim, era ainda aquela época de reunir os alunos no pátio para cantar o hino, hastear a bandeira (voz enfática), as aulas de educação física ali na quadra do colégio eram assim aulas maravilhosas.[28]

A lembrança dos aspectos morais ensinados na disciplina acompanha as memórias da formação familiar de Lêda Caldas, que tinha pai militar. Ao contrário do que se pode imaginar, não era ele um apoiador do Regime Militar, mas partilhava das pretensões disciplinares que tinha o componente curricular. O hasteamento da bandeira, rito cívico de maior reverência, é recordado com ênfase pela depoente.

A recordação de Antônio Roberto, o "Beto Rebelde", é menos elogiosa e guarda um certo descontentamento. Quando questionado se na disciplina de EMC ou de OSPB a política nacional aparecia como tema responde: "Que eu me lembro não, apenas para demonstrar respeito, como tratar uma pessoa que tem um alto grau, mas o modo deles fazerem política não, tinha apenas de obedecer, eu como

[27] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.
[28] Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

jovem tinha apenas que obedecer". No entanto, apesar de na fala aparecer algumas críticas e descontentamentos à dureza do Regime Militar, isso não se estende à escola. O entrevistado defende a disciplina: "não achava uma coisa imposta assim, mas uma coisa educativa, boa".

Fora dos muros do Alberto Torres, a Educação Cívica também acontecia. Embalados pelo ritmo das bandas marciais de instituições militares, grupos de escoteiros ou pelas harmoniosas filarmônicas Euterpe Cruzalmense ou Lyra Guarani a multidão acompanhava os desfiles na Praça Senador Temístocles. As ocasiões para os desfiles cívicos eram: a efeméride política "7 de setembro" e o desfile da primavera, no mesmo mês. Em meados da década de 1970 o aniversário de emancipação política da cidade, dia 29 de Julho, começou a ser comemorado com desfile. Atualmente, apenas o 29 de Julho é comemorado com desfile em Cruz das Almas.

As memórias dos desfiles são as mais marcantes e com relatos entusiasmados. O surgimento dos tradicionais desfiles cívicos nada tem a ver com a Ditadura Militar. Os depoentes recordam que, com a instituição da EMC, a presença era obrigatória. Na memória do professor Manoelito, "Tinha desfile, desfile do bom, desfile que abalava a cidade". Na pasta do Professor Manoelito, conservada no arquivo do colégio, consta o ofício da professora Eliacy Eloy, do ano de 1978, parabenizando-o pela participação na semana da pátria e no desfile cívico "dando prova de verdadeiro senso de civismo e amor a causa que abraçamos".

A professora Lêda recorda também faz um relato nostálgico dos desfiles. "Eram de uma organização fora do comum, ninguém podia ficar de fora a não ser por ordem médica. E eram desfiles de causar inveja a qualquer um. Muito organizado, Eram desfiles que você ia pro colégio ensaiar pelotões". A descrição do desfile tem a ênfase em uma experiência pessoal e sua narrativa beira a cinematografia, a qual Marcelo Machado é apreciador.

> Com a ditadura, única coisa que eu senti era assim mais disciplina, assim que hoje eu tô sentindo que querem implantar na educação novamente, assim todo mundo aprendia a cantar o Hino Nacional, todo mundo sabia, não só o Hino Nacional não, tinha uns cinco hinos, tinha aquele que era lindão da Marinha que eu achava bonito "Cisne branco que em noite de lua" ai eu viajava naquilo (risos). Porque eu me lembro que eu era baixinho pequeno atarracado e só aí na rabada do Sete de Setembro, mas teve um dia na rua do Jenipapo que eu me lembro assim: A gente cantava as palavras da

> boca para fora sem num sabor não saboreava, liberdade não, a gente cantava uma palavra chamada Liberdade. Aí velho! Um dia eu vim por cima do telhado da casa da Rua do Rua do Jenipapo, sol quente da porra, devia ser mês de Agosto se preparando para Setembro uma arraia (pipa) no céu que ali eu disse é minha bandeira você entendeu? Eu senti que aquela arraia no céu era a liberdade. Que eu cantava, mas não tava lá.[29]

A memória dos ritos cívicos não são necessariamente memórias da disciplina, da ordem ou de qualquer sentido que o Regime Militar possa ter imprimido nestas ocasiões. A partir de repertórios diversos os sujeitos significam e ressignificam esses símbolos. Os ensaios do hino, a preparação para os desfiles são carregadas de outros componentes que não se confundem com a marcha acertada das aparições públicas. O relato de Marcelo sobre um desfile de 7 de setembro - talvez semana da pátria, pois ele está vacilante na data - aborda uma lembrança que remete à liberdade, palavra perigosa na Ditadura dependendo do seu enunciador. Pois, era permitido o "amor à liberdade, com responsabilidade; sob a inspiração de Deus". (BRASIL, 1969).

As variadas práticas aqui descritas, cerimonial de hasteamento da bandeira, preparação para os ritos cívicos, desfiles cívicos, estudos dos hinos, ritos e símbolos, podem ser considerados como lugares de memória. Podem eles cumprir a função de mobilizar os sujeitos para referências temporais que os antecedem. Estudar os símbolos nacionais, por exemplo, a bandeira nacional, aprender sua história, seu significados, a liturgia que rege seu manejo e participar destas cerimônias são práticas rememoram versões da história e identidade nacional, atores a elas associados e um passado compartilhado em comum pela comunidade que saúda flâmula. Nesse sentido, esses ritos se tornam lugares de memória, mesmo que nem sempre explícitos como uma exposição museal temática, buscam lembrar de elementos que unem determinado povo enquanto pátria.

Os desfiles cívicos que celebram efemérides políticas também se constituem em lugares de memória. Celebrar um fato histórico como a independência do Brasil é reafirmar a adesão da cultura política vigente à memória de um marco que ainda lhe é referência. Não faria sentido, na República Brasileira, celebrar acontecimentos políticos que não contribuíram para a definição do território como pátria. É preciso

[29] Entrevista concedida por Marcelo Machado a Rafael de Jesus Souza em março de 2019 na cidade de Salvador.

pontuar que esse ponto de vista está inscrito nas pretensões da memória oficial. As memórias levantadas pelos sujeitos nos desfiles de 7 de setembro das décadas de 1960/70 poderiam ser várias. Memórias dos desfiles em tempos democráticos, lembranças do envio de tropas da FEB para a Europa na 2ª Guerra, memórias da vida escolar, entre tantas outras possibilidades estritamente pessoais ou compartilhadas. O que pode ser dito é que estes ritos têm em si um apelo à rememoração do passado para legitimação das instituições.

As experiências com a disciplina de Educação Moral e Cívica nem sempre se associam com a ideia de um cotidiano autoritário. A disciplina foi rememorada com uma disciplina leve, em comparação aos outros componentes curriculares que eram obstáculos na trajetória escolar dos depoentes. Além disso, ela aparece como uma alternativa à crise de autoridade vivida nos dias atuais nas escolas.

> Eu acho que muitas coisas, a própria educação das crianças, dos jovens, eu acho que muitas coisas da ditadura deveriam permanecer. Não com aquele regime rigoroso com aquele regime monstruoso que era ditadura, mas tem algumas coisinhas que deveriam estar enraizadas até hoje, eu acho que a gente estaria vivendo em um país melhor com um povo melhor, eu acho né.[30]

A disciplina foi extinta do currículo em 1993 pela Lei nº 8.663, aprovada pelo congresso nacional e assinada pelo presidente Itamar Franco. O texto da lei substituía as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) pelos componentes das ciências humanas e sociais extintos durante o Regime Militar

> Foi um desastre, foi um desastre, porque de qualquer forma a EMC e OSPB dava sustentação ao civismo do aluno, o aluno se entusiasmava mais pela matéria, ou pelas datas, ou pelos temas cívicos que eram abordadas em sala de aula, um desastre quando tirou EMC e OSPB.[31]

A temática do civismo, após a Ditadura Militar, está sempre acompanhada dos fantasmas da Ditadura. O civismo como manifestação de amor a pátria é cercado de uma áurea de desconfiança e por vezes quando é vivenciado, estimulado, é por outros termos. A cidadania substituiu o civismo na

[30] Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

[31] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

redemocratização, mesmo não sendo correspondentes diretos, ambos tratam na natureza da relação dos indivíduos com uma organização dos sujeitos que lhes escapa e lhes contém, a Pátria e o Estado.

A fala do professor Manoelito ganha coro com outros trechos dos depoentes que indicam uma insatisfação com a extinção da disciplina, sobretudo com um argumento a partir do presente, denunciando a indisciplina e falta de valores cívicos e morais. É importante refletir que até mesmo esse justificativa não se concilia com as principais preocupações da criação da disciplina como um componente de formação ideológica capaz de competir com os ideais socialistas.

3.3 - TENSÕES, DESCONTENTAMENTOS E IRREVERÊNCIA.

Fortalecer o senso cívico dos brasileiros cumpriria também uma demanda de desestimulação das ideias comunistas. Apesar de nunca ter havido uma hegemonia política comunista no Brasil, pensando em nossa cultura política, exista um receio pelos grupos conservadores da adesão das massas às organizações de esquerda pela condição de subalternidade que a maior parte da população brasileira estava submetida. Por essa razão, “a Ditadura promoveu políticas educacionais e culturais com o objetivo de formar um novo cidadão e extirpar da sociedade aquilo que consideravam as “ideologias alienígenas”, conforme Tatyana Maia (MAIA, 2013 p. 1).

O civismo era uma nova referência e antagonizava com o comunismo enquanto doutrina. Foi dada uma atenção especial pelos “teóricos do civismo” a definir o comunismo a fim de descredibilizá-lo, mostrar seu suposto risco e inviabilidade. O discurso de proteção da juventude ao suposto aliciamento por militantes era uma justificativa para a observância dos ambientes escolares e também motivo para a construção de narrativas políticas que fizessem oposição às utopias revolucionárias. Em Cruz das Almas, esse discurso estava presente na obra de Mário Pinto da Cunha em sua memória da “Revolução de 64”:

> Acontece que também aqui, como em toda parte, então, havia insatisfação com a situação reinante; parte da juventude era doutrinada por alguns elementos, poucos, aliás, ditos militantes que procuravam canhestramente embora, disseminar suas ideias e aliciar adeptos. Havia os aproveitadores e pseudo marxistas infiltrados nos

> meios estudantis e operários. Eram apenas os reflexos e o fermento da desordem que ameaçava o país, salvo pela Revolução (CUNHA, 1983, p. 160).

O tema do comunismo também esteve presente nos relatos de Cunha. Apesar de algumas referências aos comunistas de Cruz das Almas feitas pelo Professor Manoelito serem de eufemizar a filiação política desses personagens, assim como Mário Pinto da Cunha que minimiza a atuação desses sujeitos, pode ser notado que houve militantes comunistas organizados ou pessoas ligadas a movimentos sociais.

Lêda Caldas tocou em um ponto até então desconhecido por mim. Quando questionada se a situação política do país era tema na escola ela negou, disse que essas discussões eram podadas e disse "Então, naquela época ainda tinha um problema não sei se cabe aí na sua entrevista, mas eu vou falar":

> Meu pai se chamava Mario, mas as pessoas chamavam ele de Mario comunista porque ele tinha uma ideologia totalmente diferente e aí ele passou a noite inteira com minha mãe queimando jornais, queimando livros a noite inteira. Depois eu lembro que ele e mais um grupo que vivia aqui em Cruz das Almas tiveram que fugir, meu pai ficou fugido por conta da ditadura ficou mais ou menos, uns, quatro ou cinco meses fora de casa e a gente não tinha notícias, pra não ser preso. E eu vivi na pele isso, vivi na pele. Mas foi um tempo assim que ninguém podia falar nada, ninguém podia demonstrar nada porque qualquer coisa, qualquer gesto, qualquer tipo de comportamento, a polícia já tava em cima.[32]

Antes de discutir propriamente o conteúdo do relato, cabe um parêntese sobre a relação entrevistador-entrevistado na História Oral. Nesse momento, a entrevistada toma para si a condução do relato para falar de uma experiência pessoal que foi marcante. Nas perguntas seguintes, ela sempre retoma sua memória da relação de seu pai com a Ditadura Militar. "Mário Comunista", como era conhecido, foi um jovem militar que com pouco tempo de serviço, foi afastado da função por motivações políticas e só foi readmitido ao exército muitos anos depois, por vias judiciais. No relato de Lêda seu tom de voz muda e parece confidenciar essa sua mágoa ao registro histórico. A caracterização da História Oral de Delgado explicita essa relação de disponibilidade para a escuta, a ponto do depoente partilhar suas lembranças, mesmo as doloridas.

[32]Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

> Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar (DELGADO, 2003, p. 23).

Esta é a lembrança mais inconformada que a depoente revela, em diversos âmbitos, pois não é satisfeita com as interdições ao pensamento diverso feito pela Ditadura, inclusive no colégio, “ninguém podia falar nada, ninguém podia demonstrar qualquer coisa”, afirma. Mário não foi preso, mas alguns de seus amigos foram. O que fica evidente é que havia uma propagação do medo. Por parte dos militares, o comunismo era pintado como ameaçador, desestabilizante e carecia de esforços para sua extirpação. O medo das prisões, das narrativas de torturas e mortes, fez com que muitos militantes fugissem e destruíssem possíveis provas de vinculação com agremiações ou ideias indesejáveis.

“Eu vivi na pele isso, vivi na pele”. De todos os depoentes, é Lêda quem traz um relato mais duro de influência da Ditadura Militar na trajetória pessoal. Apesar de ter sido seu pai quem precisou fugir para se proteger das ameaças de prisão, toda sua família foi vítima do cotidiano autoritário instalado. Por mais que a depoente se refira com reverência ao ambiente de disciplina, ordem, civismo vivido no colégio - e o atribui ao Regime - se mostra descontente com a aura de perseguição e cerceamento de “liberdade de expressão e imprensa”.

O comunismo perseguido pelos militares era institucionalmente combatido. Não era apenas na cena política, ou nas margens clandestinas da ditadura, mas nos organismos de fiscalização e construção de suspeições. A Comissão Nacional de Moral e Civismo, criada junto com a EMC pelo decreto de lei 869/1969 foi responsável no MEC pela criação de materiais didáticos para as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB). Além disso, era função da disciplina fiscalizar livros, materiais didáticos, propostas curriculares que não estivessem de acordo com as expectativas ideológicas do Regime Militar.

Combater as leituras marxistas da sociedade era uma tarefa da comissão que utilizava dos serviços de informação e repressão montados pelo estado para lograr êxito. Em um documento confidencial da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o livro do sociólogo Nelson Werneck Sodré

“História Militar do Brasil” tem sua difusão desaconselhada. O documento foi enviado à Universidade de Brasília e tem como parecerista a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Alguns elementos do parecer coadunam com argumentos dos alinhados aos regimes levantados aqui. A influência do comunismo na vida da juventude, uma leitura negativa do exército e risco à democracia representado pelo comunismo. Diz o texto da CNMC:

> Agravando ainda mais, não se pode deixar de acentuar as bases marxistas do trabalho e a preocupação do autor em perturbar o exame crítico da esplêndida atuação das Fôrças Armadas Brasileiras no nosso processo democrático. Como o objetivo dessa comissão é animar por todos os meios ao seu alcance, a Educação Moral e Cívica nas escolas, o presente livro, evidentemente contraria aqueles fins, razão porque consideramos desaconselhável sua difusão. (BRASIL, 1971, p. 1)

A comissão reivindica para si a responsabilidade e o papel de zelar pela interpretação dos fatos políticos do país de modo que não desfavoreça as narrativas das Forças Armadas. Nesse sentido, é possível reafirmar que o civismo foi gestado como uma alternativa para a interpretação da realidade brasileira que fosse diferente das leituras marxistas. Para tal fim, se ancorou em perspectivas históricas, sociológicas e filosóficas que lhe desse base científica.

O esforço de extirpação do comunismo passava, também, por sua tematização nos materiais didáticos. Na Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo publicada em 1967 pode ser encontrado um verbete que define o comunismo. Antes da legislação de EMC da Ditadura Militar, o MEC já produzia materiais didáticos voltados para a formação cívica, a referida publicação é um exemplo, foi reeditada e teve muitas tiragens. Curiosamente, o verbete dedicado à definição do *comunismo* é duplamente maior que o que conceitua *civismo*.

A princípio, é realizada uma reconstrução histórica do termo comunismo, logo após, indica-se sua vinculação com *socialismo* e *marxismo.* Encontra-se uma definição do materialismo dialético exemplificada na história - tese, antítese, síntese - na qual a síntese é apresentada como o comunismo. A partir daí, o argumento passa a ser refutado a partir das características e distorções das experiências do socialismo real Russo e Chinês. Chama atenção, no fim do verbete, o recorte do tema no Brasil:

> No Brasil, dois extremos devem ser evitados, quanto ao comunismo: 1.º) não superestimar suas fôrças, pois êle não tem na realidade a penetração popular que muitos lhe atribuem, essa superestimação poderia levar à cegueira quanto aos problemas reais e inadiáveis da miséria do povo e da corrupção política.2.º) não subestimar a fôrça do comunismo, porque embora os comunistas sejam uma minoria, essa minoria é suficientemente disciplinada e ativa, inescrupulosa quanto aos meios que recorre, iniciada em táticas e expedientes eficazes de conquista do poder, o que lhe confere terrível força de penetração e destruição, mormente porque, onde existem reacionários, pelegos e exploradores, a tarefa do comunismo é sumamente facilitada, porque êles são, na verdade, seus cúmplices e aliados clandestinos (BASTOS, 1967, p. 97)

Para finalizar esse debate da tematização do comunismo pelos intelectuais do civismo a citação oferece uma interessante visão. É possível que o verbete, até pela importância do tema, tenha tido a participação do organizador da obra, o jesuíta Fernando Bastos de Ávila, S.J. Isso é presumível pelo fato do Fernando Bastos ter publicado obras que indicavam a Doutrina Social da Igreja Católica com alternativa ao comunismo. Nesse sentido, não se negava a realidade social do país, mas se levantava outras frentes de atuação para a superação da miséria que não desafiassem o *status quo.* Por último, cabe dizer que, mais uma vez, os comunistas são considerados perigosos e uma narrativa de alerta em relação a estes sujeitos é articulada.

A partir das fontes pesquisadas não foram encontrados pistas de jovens que tinham articulação com agremiações comunistas ou que, pelo menos, expressassem publicamente essas ideias, o que num contexto de Ditadura se ia se tornando mais improvável. Existem, porém, estudantes egressos do CEAT que na Escola de Agronomia entraram para a militância política pelas vias da esquerda. Na pesquisa de Heber José Fernandes de Oliveira (2013), foi apresentada a articulação de alguns destes jovens com a Frente Nacionalista de Cruz das Almas, pré- 1964. A mobilização para estadualização do Colégio em 1964 ocorreu, também, através das pressões do Grêmio. No entanto, a partir dos depoimentos, foi percebido que as atividades de natureza recreativa se destacaram e as políticas de arrefeceram.

Segundo o Professor Manoelito Sá, o Grêmio estudantil vinha se enfraquecendo. Em 1971, com implementação de outra lei que complementava o decreto de Educação Moral e Cívica, todos os Grêmios foram fechados e substituídos pelos Centros Cívicos Estudantis (CCE).

> De 80 pra cá já tava fraco, muito. Os grêmios enfraqueceu muito, a atuação estudantil. Porque os grêmios faziam festas, faziam festas muito dançantes, faziam bailes, faziam leilão, faziam quermesse, faziam barracas pra vender coisas em benefício de alguma coisa e depois da revolução que veio o centro cívico. O primeiro centro cívico que foi fundado aqui foi o centro cívico Amélia Rodrigues, que tava em fase de botar o nome de Lapa, botar o nome de Amélia Rodrigues, que hoje é Amélia Rodrigues. O primeiro centro cívico foi Amélia Rodrigues, também não levou um ano, nem ninguém chamava, não queria dizer respeitava, porque em respeito.[33]

No entanto, nos primeiros anos do Regime Militar, o Grêmio conservou alguma atuação na escola. A seguir uma fonte histórica que se refere a uma atividade proposta pelo Grêmio Lítero-Esportivo Castro Alves. Na programação, aparecem alguns nomes vinculados à esquerda na cidade, assim como temáticas de aspiração democrática. A semana de Cultura do CEAT é relembrada como um momento de reflexão política da comunidade liderada pelos estudantes.

A 1ª Semana de Cultura do CEAT foi realizada no ano de 1968. Contou com a presença de Evandro Guerra e Cyro Mascarenhas, cruzalmenses, e vinculados a movimentos/partidos de esquerda; João Ubaldo Ribeiro, lançando seu primeiro livro “Setembro não tem sentido”, ficção que tematiza algumas contradições da comemoração da semana da pátria; e temáticas como “Democracia e Jornalismo” em tempos de censura à imprensa.

No entanto, o principal sinal de insubordinação percebido pela escola vem através da arte. Um grupo de Rock, se é que essa delimitação traduziria a proposta, chamado “Os Rebeldes” têm lugar na memória dos depoentes como sinônimo de ousadia e criatividade. A arte, em especial a música, esteve sempre presente na vida do CAT. Eram realizados grandes bailes pelo Grêmio em Cruz das Almas Clube. Baile embalados pelo *Jazz* eram rotineiramente noticiados no jornal “Nossa Terra”.

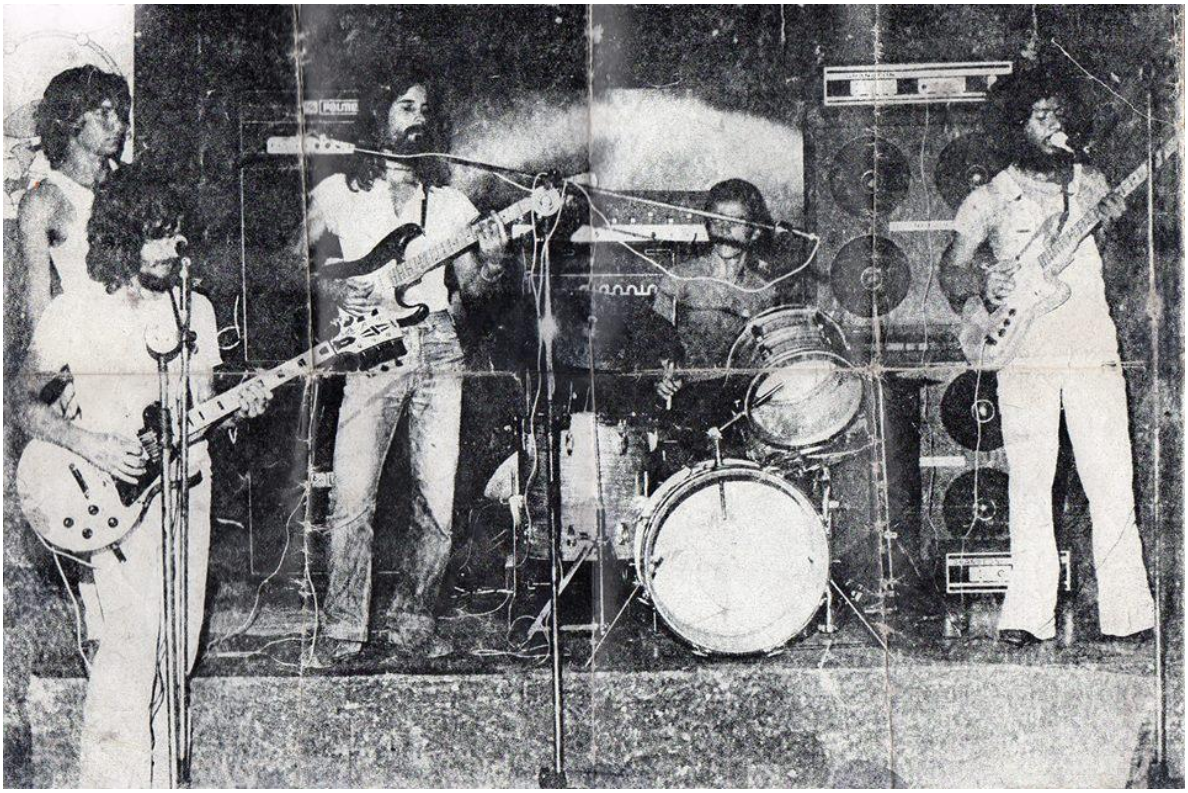
Porém, o grupo “Os Rebeldes” exprimia uma estética, através das canções, performances e vestimentas, que não era comumente aceita pela população, sobretudo adulta, da cidade. Os tropicalistas eram uma referência do grupo, assim como o movimento *hippie*. Mas, o cinema e as tradições populares de Cruz das Almas também forjavam a experiência artística dos Rebeldes, “na realidade, era

[33] Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

tudo consequência do cinema por que o cinema pra nossa geração foi mais importante do que qualquer [...] do que qualquer igreja”.⋯.

Guto Matias, Antonio Roberto Pereira (Beto), Gilson Fraga, Sergio Diniz e Marcelo Machado. Essa foi a primeira formação do grupo que surge no CEAT por iniciativa de Marcelo Machado e Antônio Roberto.

> Um dos diretores do Colégio conseguiu um instrumental pra gente tocar, naquela época como era uma novidade os jovens de 15 e 16 anos tocarem juntos, aí foi quando começou rolar aquela expressão, roupas mais coloridas, revolução, né? Que era uma coisa estranha pra aqui, para o interior, naquela época. Tinha uma olhar meio assim, mas não tinha aquele olhar ainda, aquele olhar de desprezo foi uma criação da ditadura contra o comportamento, eles queriam um comportamento, aí começou a criar esse tipo de olhar. Todo mundo andava junto brincando, sem maldade, nem drogas, nem nada[34]



Apresentação do grupo “Os Rebeldes” no Cruz das Almas Club – FONTE: Projeto “Cruz das Almas fotos antigas”

[34] Entrevista concedida por Antônio Roberto a Rafael de Jesus Souza em março de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

Para Marcelo Machado o grupo não possuía uma posição política “a gente era meio do contra, a gente simpatizava com a esquerda”, chegando em outro momento a afirmar que eles enquanto um movimento vinculado à contracultura não acreditavam nem na esquerda, nem na direita, eram “mais anarquistas”. Talvez esse debate seja secundário se tratando de um grupo de jovens que se reúnem para fazer música. O fato de mobilizaram uma forma de se expressar que era contestadora de alguns aspectos da moral já deixava professores e gestores do CEAT em vigilância. Apesar do relato de cessão dos instrumentos por um diretor, houve confisco dos instrumentos pela direção da escola em outro momento. Lêda Caldas em seu relato falou a respeito da atuação da banda na escola.

> Muita gente censurava né, muita gente censurava. O nome fazia muito jus deles, eles eram um pouco rebeldes mesmo e eles queriam, a intenção da banda, a intenção deles era contrariar justamente o regime daquela época e lá dentro do CEAT, eles muitas vezes foram podados. Porque não davam espaço para eles mostrarem o trabalho deles e eles eram mesmo, eu sempre digo, o nome fazia muito jus a eles eram meninos bons e são, mas eles eram assim eles eram rebeldes mesmo. Eles gostavam de uma bagunça, de extrapolar algumas coisas e eles mostravam mesmo aquele cenário de contradição ao que se vivia na época. Aquelas músicas que a ditadura proibia eles cantavam e a gente dançava muito ao som da banda dos Rebeldes.[35]

O nome da banda teve inspiração em um seriado chamado “The Rebel” transmitido no início da década de 60, confirmando-se as referências do cinema comentadas por Marcelo Machado. A documentarista Angela “Jango” Machado, irmã de Marcelo Machado, realizou um filme intitulado “Rebeldes em Cruz - A volta dos que não foram” no qual a memória do grupo é contado por personalidades diversas da cidade. No documentário, o professor e vice-diretor Antônio Batista comenta sobre a vigilância no CEAT/EAB requerida pelo exército e suas consequências.

> Aqui era uma área de risco para o comando revolucionário. Porque era que área de risco? Porque o acesso era difícil por terra, entendeu? Pra chegar em Cruz das Almas .. Tendo em vista que era a única cidade da Bahia distante da capital que tinha uma universidade federal onde reunia culturas diversas. Então vinha através do tiro de guerra que se fazia perseguição. Não digo perseguição, não vou falar esse nome, mas da busca. Então, quando

[35] Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas

> chegava uma ação dessa era através do exército. Eu, por exemplo, comandei patrulhamento de recolher radioamador dentro dos laranjais, laranjal de Zeca Sampaio. Porque essa organização ela se comunicava com os grupos. [36]

Mais especificamente em relação aos "Rebeldes" o Professor Antonio Batista recorda a função de "orientação" que ele desempenhava. Pode ser notado que as relações na instituição escolar com as práticas que poderiam ser lidas como subversivas não são em todos os momentos proibitivas. Havia certa negociação entre os jovens "Rebeldes" e a gestão do CEAT que permitia ensaiar na escola e se apresentar nos eventos do colégio.

> Em 1969, quando eu comecei a ensinar Educação Física no Colégio Alberto Torres, logo depois eu fui nomeado vice-diretor. E a Professora Maria Alves, uma das grandes mestres que tivemos aqui se preocupava muito com a juventude, se preocupava muito com a situação. E como eu era militar, era sargento da polícia. Eu era vice-diretor. Então ela me encarregava de uma fiscalização, uma orientação [...] O que ela fazia, "olhe você tenha cuidado com os meninos" [...] Tudo me considerava, como me consideram, os que estão aí me consideram até hoje. Tinha as denúncias e eu checava as denúncias, mas eu sempre aconselhava.[37]

A grande tensão que o grupo enfrentou foi consequência da forma irreverente e ousada que regia suas apresentações. Era comum que nas apresentações os "Rebeldes" acontecesse firulas que iam desde tocar guitarra nas costas até brincar com o Hino Nacional. O solo de guitarra do Hino Nacional por vezes se mistura com o de outras músicas, ou tocado em samba, mas nunca com a reverência que "liturgicamente" era pretendido. Em um desses episódios, eles tiverem seus instrumentos presos e levados para a antiga cadeia pública de Cruz das Almas. Sérgio Diniz relata no documentário um dos episódios brincadeira com o Hino Nacional

> Geralmente nessas festas as autoridades políticas compareciam e a gente tirara uma historinha com eles, por meio de uma música, de um solo. O Gilson, ele era assim, uma pessoa incrível. Ele sempre gostava de dar uma curtida meio do solo dele, ele incluía o hino nacional, simula com a voz solo de guitarra do hino nacional, aí entra em outro solo, ai a gente dava uma gargalhada. O pessoal olhava assim pra gente, não entendia nada. Aí a gente cantava: O bom

[36] Trecho do documentário "Os rebeldes – a volta dos que não foram", a fala é de Antônio Batista, militar aposentado e ex-diretor do CEAT

[37] Trecho do documentário "Os rebeldes – a volta dos que não foram", a fala é de Antônio Batista.

> menino não faz pipi na cama, o bom menino respeita os mais velhos, aquela história, né?[38]

Mesmo sendo adolescentes e não tendo grandes compromissos com a política da época "Os Rebeldes" se posicionavam expressando as novas ideias surgidas no campo da arte em um período de hiato da democracia. "Sob o teto desse país que esconde seu fim", dizia a canção do grupo, reflete bem o esforço do civismo de reforçar o otimismo-desenvolvimentista que embalava o discurso e propagando o "Brasil potência" projetado pelos militares. A memória dos "Rebeldes" aponta para outra forma possível de experiência com a política, de uma forma ampliada, que não estava à esquerda, assentada no temido "comunismo", nem à direita, ancorada nos princípios cívicos de amor incondicional a uma pátria sem democracia.

[38] Trecho do documentário "Os rebeldes – a volta dos que não foram", o relato é de Sérgio Diniz, integrante do Grupo "Os Rebeldes".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação dos Estados Nacionais na modernidade foi também possível graças à articulação de esforços para construir um repertório de símbolos que representassem a pátria. Os ritos cívicos, as narrativas sobre personagens históricos, os símbolos nacionais, carregam uma gama de significados para determinado povo e essas significações traduzem as expectativas e concepções de sujeitos que devem ser forjados.

No Brasil, o percurso de construção de um panteão cívico acompanhou as tentativas de organização do próprio Estado. Os símbolos nacionais foram enfatizados em alguns momentos de reacomodação poder político. Alberto Torres e Olavo Bilac tinham uma preocupação que se aproximava com este debate que era a de como formar consciências cívicas para promover a participação dos brasileiros na construção do país.

Enquanto Olavo Bilac defendia que o exército deveria ser a instituição responsável pela constituição do civismo nos brasileiros, para Alberto Torres, era papel da família forjar este pertencimento. O antagonismo dos dois pensadores nessa discussão evidenciou o interesse deles em oferecer saídas para os brasileiros se identificarem com sua pátria e seus símbolos. No entanto, é Bilac que se torna uma grande referência para o civismo, sendo considerado como patrono do serviço militar, do qual era uma apologista.

A Educação Moral e Cívica surge anos depois do período de contribuição em vida dos dois autores, levando em consideração parte de suas ideias, em especial as de Olavo Bilac, que foram incorporadas à disciplina através de seus contos, poemas, hinos cívicos. A criação da disciplina, em 1940, iniciou a articulação de uma demanda que já existia, o ensino moral, porém, lhe garantiu um lugar no currículo escolar.

No Estado Novo (1937-1946), a Educação Moral e Cívica já era vista de forma ampliada. Para o então presidente Getúlio Vargas, era, também, um papel do rádio e do cinema, meios de acesso da população não letrada, estimular o zelo aos símbolos da nação. O civismo já era apontado como um meio para atenuar os riscos das ideologias consideradas subversivas.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) a Educação Moral e Cívica (EMC),

Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) foram instituídas em diferentes níveis da educação. Além das disciplinas, foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo responsável pela criação de material didático, planejamento de comemoração das efemérides políticas e cívicas, fiscalizar o cumprimento da legislação da EMC, emitir pareceres sobre livros e materiais didáticos. Assim, pode-se afirmar que, na Ditadura, foi criada uma institucionalidade mais sofisticada para garantir uma educação para o civismo.

No entanto, pensando algumas práticas cívicas como desfiles, saudação à bandeira, não houve uma inauguração de uma rotina escolar essencialmente nova, mas, somado com a obrigatoriedade da disciplina, da vigilância nas escolas e nas finalidades expressas em lei havia uma visível preocupação de formar os estudantes para uma nova ordem política.

O estudo da temática, centrado no Colégio Alberto Torres, permitiu explorar as dinâmicas das atividades cívicas que marcaram a vida da instituição até mesmo antes da lei 869/1969. A participação da escola nos desfiles cívicos, a sua relação com a Igreja Católica, os ritos internos de canto do hino do CAT, do Hino Nacional, apontam para uma cultura cívica já experimentada pelos estudantes desde a fundação da instituição.

O discurso que associava o Colégio Alberto Torres com a missão de formar um Brasil grande era percebido nas palavras do seu fundador, Clodoaldo Gomes, que tinha o civismo como um de seus princípios, assim como a democracia. O diretor e fundador era também um grande entusiasta do projeto ruralista de Alberto Torres, que ganhou ressonância na cidade que acolheu a Escola de Agronomia da Bahia.

Nos livros de memórias, jornais, corografias, pode-se notar um em comum ao descrever o colégio, seus estudantes e professores. A escola é sempre evocada como uma escola de excelência, modelo, pois seu corpo docente era, em grande maioria, formado pelos catedráticos da EAB. Essa caracterização coincide com a memória saudosista que faz parte da narrativa dos depoentes que celebram os feitos do colégio no passado.

A Escola de Agronomia da Bahia (EAB) e o CEAT têm uma história compartilhada pelas vinculações territoriais, administrativas e do seu corpo docente. Durante a Ditadura Militar, dada a proximidade com a Escola de Agronomia, houve

um contexto de maior vigilância no CEAT, assim como um esforço de afastar os jovens das ideias comunistas ou de organizações que demonstrassem risco à ordem pública propagandeada pelos militares.

Essas circunstâncias de vinculação do colégio com a EAB e de seus professores com a política local foram possíveis de serem lidas através da abordagem proposta por Justino Magalhães, de um estudo da instituição escolar a partir das redes de relações socais que ela estabelece. A proposta de diálogo entre a História Política e História da Educação também foi possível de ser feita, como sugere Cynthia Greive, a partir das relações entre a Educação Moral e Cívica como um meio de difusão de uma noção de nacionalidade/identidade nacional no ambiente escolar, também responsável pela coesão social/nacional.

O espaço público pode ser notado como um lugar privilegiado para a experiência do civismo. Nas ruas é que as celebrações das festividades da pátria aglomeravam a população para acompanhar os desfiles das instituições escolares, religiosas, culturais, militares, etc. Assim, a participação das escolas nesses espaços confirmava seu compromisso em representar uma organização que formava as novas gerações e endossava seu compromisso com os valores da pátria.

Foi possível afirmar que as normas e práticas propostas pelo decreto-lei 869/1969 só ganharam adesão de professores e alunos, pois traziam consigo muitos elementos consolidados por uma cultura cívica, que já era experimentada nas escolas e partilhada por muitos brasileiros. A obrigatoriedade parece representar uma dinâmica que é nova nessa experiência, pois alguns relatos destacam as possíveis punições da não participação nas atividades da disciplina. A nova legislação da Educação Moral e Cívica, proposta pela Ditadura Militar (1964-1985), tornou os meios de difusão do civismo mais sofisticados, pois vinculavam com as experiências de aparição pública da instituição nas atividades cívicas e formulavam novas formas de agremiação estudantil, os Centros Cívicos.

As memórias que surgem dos depoimentos de ex-alunos e professores do CEAT carregam variadas lembranças sobre os tempos áureos do colégio. A instituição foi responsável pela formação de várias gerações de jovens do Recôncavo da Bahia e se notabilizou, através relatos, pela infraestrutura e rigidez no ensino. Durante a Ditadura Militar o “Alberto Torres” recebeu atenção especial das forças repressivas do Estado, pois recebia estudantes de muitas cidades e tinha

proximidade com a Escola de Agronomia que era um dos focos da vigilância no interior do estado.

Das lembranças da disciplina de Educação Moral e Cívica, estritamente falando, pouco restou. De forma genérica, os depoentes se lembravam de algumas temáticas que eram discutidas pelos professores. O estudo dos símbolos nacionais e dos hinos cívicos foi o que marcou a maioria dos sujeitos. As memórias das festividades cívicas, estas sim, são recorrentes e lembradas com grande carga afetiva pelos entrevistados.

No entanto, não foi possível perceber no CEAT apenas as memórias da ordem e contemplação da pátria. O descontentamento pela interdição de algumas discussões, as posturas rígidas dos professores militares, são recordadas com desagrado por alguns entrevistados. A disciplina de Educação Moral e Cívica não parecia o braço do regime tal como os confessos olheiros da Ditadura.

Não foi só ordem e disciplina que compôs os tempos autoritários do país no CEAT. O grupo “Os Rebeldes” representavam o movimento mundial protagonizado pela juventude de construção de novas formas de ser e estar no mundo. A rebeldia do grupo foi notada no descompromisso com a estética formal no vestir, na forma de cantar e se apresentar. Além disso, em determinados momentos, “Os Rebeldes” desafiaram as expectativas de comportamento da época. A “dessacralização” do Hino Nacional é um indício da postura contestatória da banda e este foi o estopim para os que não simpáticos a sua proposta.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro, M.E.C., 1967.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa nacional, casa da Moeda, 1985.

BILAC, Olavo. O documento é parte do acervo digital da USP integrante do projeto Brasiliana Digital. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00291000>. Acesso em: 03/03/2019.

BILAC, Olavo & NETTO, Coelho. **Contos Pátrios**. **Francisco Alves,** Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

_____. **Decreto de Lei 869 de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

_____. **Decreto Nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971.** Regula a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1971. Seção 1.

CARDOSO, Lucileide Costa. ***Entre o movimento estudantil e a luta armada*: Eudaldo Gomes da Silva e o "Massacre da Chácara São Bento" (1960/1970)**. História Oral, v. 15, dez. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed, 2002.

_____ "**A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil". São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER. Roger. O mundo como representação. In: ____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In:. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, Clodoaldo Gomes. **Poeira da Gleba.** Cruz das Almas. 1964

COSTA PINTO, Luis da. ***Recôncavo. Laboratório de uma experiência humana*.** Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais,1958.

CUNHA, Mário Pinto da. **Aquarelas de Cruz das Almas**. Cruz das Almas. 1982.

_____. **Histórias de Cruz das Almas** – Monografia Corográfico- Histórica e informativa do Município de Cruz das Almas, Bahia. Cruz das Almas. 1954.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica.** São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Revista História Oral, v 6, 2003, p. 9-25

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros. Oficina de serviços gráficos do IBGE**. Brasília- DF. XX volume: Rio de Janeiro 1958

FONSECA, Thaís e GREIVE, Cynthia.(orgs). **História e historiografia da educação no Brasil.** BH, MG: Ed. Autêntica; 2003.HISTÓRIA ORAL, v. 6, 2003

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; HERNANDEZ, Maria Hermínia Oliveira (Org.). **Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia. Salvador: EBA-UFBA; Cachoeira: CAHL-UFRB, 2014.** Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2019.

GARCIA, Nélson Jahr**. Sadismo, Sedução e Silêncio**: Propaganda e Controle Ideológico no Brasil. Loyola. São Paulo 1990

GOMES, Ângela de Castro. **República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal**. Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História. **Anais**. Fortaleza. 2009.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Autores Associados. Campinas. 2012.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./ dez. 2013. p. 182 - 206.

_____ Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1969-1985). Simpósio Nacional de História. **Anais**. Natal, 2013.

_____ Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975) **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 34, nº 67. 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política.** IN: X Encontro Regional de História da AMPUH/MG. LPH: Revista de História. Nº 6, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. Historia y problemas del siglo XX**. Revista Contemporânea.** Uruguai, v?, 2011, p?

MAGALHÃES, Justino. Contributos para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal.** Braga: Universidade do Minho, 1999,

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 07 ago. 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. Contexto. São Paulo. 2010

Schwarcz, Lilia Katri Moritz. Complexo de Zé Carioca- Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, Anpocs, p. 49-63. 1995.

Narradores de Javé. 102 min. NTSC Cor. Produzido e distribuído por Videolar S.A, de Manaus, sob licença de Videofilmes Produções Artísticas LTDA, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre Cruz e as espadas: Inter-relações culturais no São João em Cruz das Almas – BA (1950 – 1990)**. 2012. Dissertação de Mestrado. UNEB. Campus V. Santo Antônio de Jesus. 2012

OLIVEIRA, Heber José Fernandes De. **O movimento de luta nacionalista em Cruz das Almas-Recôncavo Baiano (1957-1964).** 2013. Dissertação de Mestrado. UNEB. Campus V. Santo Antonio de Jesus. 2013.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão: a publicidade inspirada na propaganda do governo Médici**. 2014. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói. 2014

POLLAK, Michael. Memórias e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

_____ Michael. Memórias, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

SÁ, Manoelito Roque. ***Actas e Atos*: resumo histórico da Câmara Municipal de Cruz das Almas.** Cruz das Almas: Gráfica e Editora Nova Civilização Ltda, 2007.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. Os arquivos da Ditadura e a Comissão Nacional da Verdade. **Revista Perspectiva Histórica (Dossiê: Ditadura Militar)**, v. 2, n° . 3, jul./dez., 2012.

SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo.** Tradução de João Alves Portella. Bahia: Typ. de A. O. de França Guerra e Comp., 1854.

THOMÉ, Nilson. Movimento escoteiro: projeto educativo extra-escolar. Revista HISTEDBR-Online, Campinas, n.23, 2006, p.171-194.

TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: Cynthia Greive Veiga; Thais Nivia de Lima e Fonseca. (Org.). História e Historiografia da educação no Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2003

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República e manuais escolares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 325-340. 2012.

LISTA DE FONTES

Fontes Jornalísticas:

Jornal *Nossa Terra*: 105 edições – de 29/08/1954 a 20/10/1957 – Arquivo da Biblioteca
Municipal de Cruz das Almas.

Revista Reflexos de Universos, N° 83, Segunda Edição, Julho de 2018 – Acervo pessoal de Hermes Peixoto

Fontes Orais:

Entrevista concedida por Antônio Roberto a Rafael de Jesus Souza em março de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em novembro de 2016 na cidade de Cruz das Almas.

Entrevista concedida por Manoelito Sá a Rafael de Jesus Souza em março de 2018 na cidade de Cruz das Almas.

Entrevista concedida por Marcelo Machado a Rafael de Jesus Souza em março de 2019 na cidade de Salvador

Entrevista concedida por Lêda Caldas a Rafael de Jesus Souza em janeiro de 2019 na cidade de Cruz das Almas.

Fontes Documentais:

Carta de agradecimento da professora Eliacy Eloy ao professor Manoelito Sá – Arquivo do CEAT

Cartaz da 1ª Semana de Cultura do CEAT, 1968 – Projeto “Cruz das Almas Imagens Antigas”

Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo sobre a obra “História Militar do Brasil – Sistemas de Informação do Arquivo Nacional

Planejamento anual de História do Brasil do Professor Manoelito Sá, 1970 – Arquivo do CEAT

Fontes Fílmicas

REBELDES em Cruz. Produção de Angela Jango Machado.Bahia. Gravação

Independente. DVD, 72 minutos. Legendado. Port.

ANEXOS

Anexo 1 - Convite da 1ª Semana da Cultura em 1968

Convite

O GRÊMIO CULTURAL CASTRO ALVES, do Colégio Alberto Tôrres tem o prazer de convidar V. S. e digníssima família para abrilhantarem com suas presenças a programação da 1.ª SEMANA DA CULTURA, a realizar-se de 10 a 17 de novembro, em Cruz das Almas.

1.ª SEMANA DA CULTURA

PROGRAMAÇÃO

Dia 10

19 hs. - Instalação. Conferência do Bel. EVANDRO GUERRA
"A Posição da Igreja e o Desenvolvimento sócio-econômico da América Latina"
Local: Cruz das Almas Clube.

21 hs. - Inauguração do I SALÃO DE ARTES DE CRUZ DAS ALMAS.
Local: Rotary Clube.

Dia 12

19 hs. - Conferência do Secretário da Agricultura Dr. EDSON MARQUÊS.
"Cultura e Desenvolvimento"
Local: Cruz das Almas Clube.

Dia 13

19 hs. - Conferência do Dr. ORLANDO PEREIRA
"Preconcepção, Gestação e Parto"

21 hs. - Apresentação do coral do Colégio Alberto Tôrres.
Local: Cruz das Almas Clube.

Dia 14

19 hs. - Conferência do Dr. CYRO MASCARENHAS RODRIGUES
"Literatura cruzalmense"
Local: Cruz das Almas Clube.

Dia 15

19 hs. - Conferência do Prof. JOÃO UBALDO RIBEIRO
"Integração da universidade no desenvolvimento regional"

21 hs. - Lançamento, em Cruz das Almas, do Romance **"Setembro não tem sentido"** - de João Ubaldo Ribeiro.
Local: Cruz das Almas Clube.

Dia 16

16 hs. - Conferência do Dr. REYNALDO PAMPONET SAMPAIO
"Desajustamento Conjugal"

21 hs. - Show de Música Popular Brasileira. **Apresentação:** ROBERTO SANTANA. **Roteiro:** WALTER QUEIROZ JR.

23 hs. - Festa Dançante em homenagem aos participantes da Semana.
Local: Cruz das Almas Clube.

Dia 17

16 hs. - Conferência do Jornalista FLORISWALDO MATOS
"Democracia e Jornalismo"
Local: Cruz das Almas Clube.

20 hs. - Festa de Encerramento com Show Folclórico - Mestre Canjiquinha e sua academia de capoeira.
Local: Praça Municipal.